

**Angola**  
esforço da paz

CADERNOS DO

# terceiro mundo

CORTESIA DO  
EDITOR

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 125 • NCz\$ 20,00 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 26,00 • ANO XII



# A VEZ DO POVO

**COLÔMBIA:**  
a guerra  
da  
cocaína

**BRASIL-ARGENTINA:**  
impulso  
à  
integração

**AIDS:**  
ação  
da  
solidariedade



# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
Telefones: 263 9711, 263 4988, 263 4911  
Telefones Aeroporto Internacional: 398 3112 e 398 3113

### LUANDA / RIO

#### SABADO

Saída Luanda: 12:30  
Chegada Rio: 17:00

### RIO / LUANDA

#### DOMINGO

Saída Rio: 16:30  
Chegada Luanda: 04:30  
na sequência



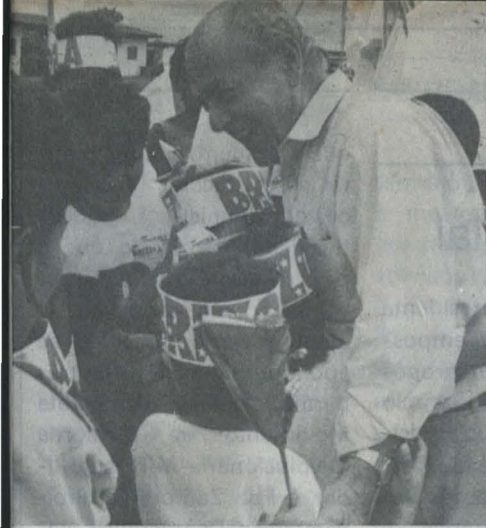
# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



SUMÁRIO



Um programa de mudanças profundas é o que o candidato pedetista Leonel Brizola (p. 59) está propondo à nação, com vistas a dois objetivos básicos: equilibrar o desenvolvimento e tornar o brasileiro beneficiário do progresso econômico

A rebelião palestina está às vésperas de completar dois anos: a incapacidade da repressão israelense em abafar o movimento expressa o impasse em que se vê o governo de Shamir (p. 32)



Os interesses de apenas sete países, os mais ricos, determinam o andamento da economia mundial (p. 38), onde os menos desenvolvidos têm pouquíssima possibilidade de influir, como bem demonstrou o fórum-protesto de julho, em Paris, quando se reuniram os sete países mais pobres do planeta

SUMÁRIO

2	<b>PANORAMA TRICONTINENTAL</b>	31	<b>Namíbia:</b> Às vésperas da independência	46	<b>Quênia:</b> Preservar paga a dívida
8	<b>CARTAS</b>				
	<b>AMÉRICA LATINA</b>				
10	<b>Colômbia:</b> A riqueza que vem do pó	32	<b>Palestina:</b> O plano de Shamir	48	<b>Eleições:</b> A unidade da esquerda
12	Los sicarios: prata o plomo			49	Retomar o fio da história
14	Medellín, a multinacional da droga	34	<b>ÁSIA</b>	54	A grande conquista
15	CIA das drogas no Brasil			57	Um governo democrático
18	<b>México/EUA:</b> Uma fronteira sinistra	37	<b>INFORMÁTICA</b>	59	Brizola - Um programa para mudar
20	Legítima defesa				
22	<b>Integração:</b> O destino da integração	38	<b>ECONOMIA</b>	62	<b>ECONOMIA</b>
25	Uma nova reflexão teórica				<b>Privatização:</b> O risco da desnacionalização
27	No movimento da história				
28	Reorganizar a produção				
	<b>ÁFRICA</b>				
30	<b>Angola:</b> Unita rompe a trégua	40	<b>MULHER</b>	63	<b>SAÚDE</b>
					<b>Aids:</b> Nomes para lembrar
		44	<b>MEIO AMBIENTE</b>	64	<b>PANORAMA NACIONAL</b>
				68	<b>PÁGINA ABERTA</b>





Malvinas: ainda uma dor mal resolvida no espírito argentino

## ARGENTINA

### Diálogo com ingleses

Argentina e Grã-Bretanha iniciaram um diálogo diplomático, pela primeira vez desde a guerra das Malvinas, ocorrida em 1982. O embaixador argentino Lucio Garcia del Solar e o representante permanente da Grã-Bretanha nas Nações Unidas, Crispin Tickell, se reuniram em Nova Iorque, e concordaram em continuar o diálogo sobre questões bilaterais, deixando de lado o tema da soberania. Tal recurso diplomático permitiu que ambos os países retomassem as conversações, deixando em reserva a questão mais explosiva: a soberania do arquipélago do Atlântico Sul. Em um comunicado dado a conhecer, simultaneamente em Londres e Buenos Aires, os dois embaixadores anunciaram, que se reunirão novamente em Madri, nos dias 17 e 18 de outubro, para continuar a cautelosa abordagem iniciada em Nova Iorque.

O comunicado destaca a intenção de ambos os governos de aproveitar os atuais contatos para encorajar a normalização das suas relações, rompidas desde a guerra. O comuni-

cado especifica que promoverão seus interesses comuns pela paz e pela estabilidade do Atlântico Sul, um tema que também preocupa todos os países vizinhos.

O chanceler argentino Domingo Cavallo assinalou, que a reunião de Madri debaterá as relações argentino-britânicas. Pretende-se fomentar a confiança mútua e evitar incidentes na esfera militar.

Os entendimentos de Nova Iorque representaram a maior aproximação alcançada depois da guerra. Nos encontros futuros, poderão ser abordadas questões substanciais, pois os obstáculos formais já foram ultrapassados.

As conversações de Madri abordarão as relações comerciais e financeiras, e os problemas de comunicação aérea e marítima. Outro tema da discussão será o regime da pesca. Depois da guerra, a Grã-Bretanha estabeleceu uma área de exclusão em torno das ilhas, impedindo a aproximação de barcos argentinos. Posteriormente, a proibição se ampliou a todos os barcos pesqueiros.

## BOLÍVIA

### Pacto social

O governo do presidente Jaime Paz Zamora, empossado dia 6 de agosto, propôs para a Bolívia um amplo pacto social, com a participação do setor privado, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias e igreja, além do próprio Estado, a fim de se estabelecer uma base para o desenvolvimento econômico e social do país.

A proposta foi anunciada pelo ministro de Indústrias, Guido Céspedes, para enfrentar o desafio da transição. "Devemos diminuir", disse ele, "as incertezas, através do diálogo, e evitar qualquer sobressalto que possa colocar em perigo a estabilidade a médio e longo prazos. É preciso implantar, no país, regras claras, para que o setor privado tenha uma exata noção das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado. Não queremos 'adesismo', mas, sim, o diálogo frutífero de ampla participação social, que nos permita assegurar crescimento econômico na próxima década".

O ministro reconheceu a necessidade de medidas,

#### Zamora: juntando forças



que eliminem, gradualmente, os obstáculos burocráticos da administração pública boliviana, afirmando que o país precisa aumentar e diversificar sua produção. O atual governo boliviano se apóia numa coalizão de três partidos: o social-democrata Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR, cujo líder é Paz Zamora; a direita Ação Democrática Nacionalista-ADN, do ex-ditador Hugo Banzer (presidente de 1971 a 1978) e o Partido Democrata Cristão.

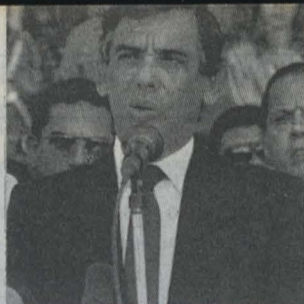
## PANAMÁ

### Governo provisório

O Conselho-Geral de Estado indicou, no dia 31 de agosto, um governo provisório para o Panamá, até à realização de novas eleições no país. No dia 1º de setembro, foi empossado na presidência da República Francisco Rodriguez, até então procurador-geral, tendo como vice-presidente Carlos Ozores, que presidia a junta diretora do Canal do Panamá.

Segundo o Acordo nº 1, do Conselho-Geral de Estado, de 31 de agosto, "após a anulação das eleições (realizadas em maio e tornadas sem efeito pelo Tribunal Eleitoral, em ato de legitimidade reconhecida pela Suprema Corte de Justiça), o governo, com colaboração da OEA, realizou esforços para achar solução negociada para a situação política, sem lograr êxito antes da





Rodrigues: emergências

data constitucional para a mudança de governo".

O Conselho-Geral de Estado assinala, ainda, que "o presidente e o vice provisórios exercerão as funções constitucionais e legais, até que se celebrem novas eleições. Estas serão realizadas tão logo existam condições adequadas, entre as quais devem figurar, de maneira indispensável, o fim da agressão praticada pelos Estados Unidos e o descongelamento dos fundos panamenhos retidos arbitrariamente pelo governo de Washington".

As atividades legislativas serão exercidas, também a título provisório, por uma câmara de 41 cidadãos, escolhidos pelo Conselho-Geral de Estado, que prevê, para dentro de seis meses, a edição de nova lei eleitoral e a possibilidade de se marcar uma data para um pleito geral.

## CUBA

### Fim da conexão

O governo cubano publicou um volumoso informe, dirigido à opinião pública internacional (480 páginas, muitas fotos e provas documentais), compilado das atas taquigráficas do julgamento sumaríssimo, que

terminou com a condenação à morte, por fuzilamento, dos quatro altos oficiais envolvidos com o narcotráfico.

O livro, cujo título é "Causa 1/89: fin de la conexión cubana", segundo seus editores tem o objetivo de proporcionar a informação precisa e necessária sobre o escândalo, que envolveu Cuba durante dois anos com o narcotráfico colombiano. Feliz Sautie, diretor da editora José Martí, explicou que, a partir do documento, o leitor estrangeiro poderá interpretar adequadamente os fatos, uma vez que terá amplas informações sobre os procedimentos legais do processo judicial. O governo cubano tem afirmado que o Ocidente, especialmente os Estados Unidos, continua distorcendo os fatos, com o objetivo de fazer crer que a punição aos envolvidos com o tráfico se deve ao endurecimento do regime de Cuba contra os dissidentes políticos.

René Rodríguez Cruz, presidente do Instituto Cubano da Amizade com os Povos-Icap, declarou que jamais um processo judicial de tão sérias implicações para um país foi divulgado com tamanha amplitude. Segundo Rodríguez, que tem sido acusado pelo go-

verno norte-americano de suposta participação no narcotráfico, a divulgação de documentação reservada do processo de investigação servirá para "corrigir as distorções do imperialismo e seus cúmplices reacionários. Desde os primeiros momentos, nos Estados Unidos, os fatos são apresentados de forma fragmentada, omitindo-se sua verdadeira essência, para ocasionar danos à credibilidade do governo de Cuba".

O secretário adjunto norte-americano para narcóticos, Melvyn Levitsky, por exemplo, disse, em 26 de julho, no Senado do seu país, que duvidava "seriamente de que um tráfico de drogas, a nível de funcionários de alto escalão, possa ser feito durante anos, sem o conhecimento e possível aprovação dos irmãos Castro". (Ele se referia a Fidel e seu irmão Raul Castro, ministro da Defesa). Levitsky disse que o governo cubano deve prestar esclarecimentos aos Estados Unidos sobre algumas denúncias, especialmente a respeito de quatro altos funcionários, acusados por um grande jurado norte-americano de tráfico de drogas.

Em Havana, não houve pronunciamento oficial so-

bre o assunto, embora a apresentação pública de alguns dos funcionários apontados por Levitsky confirme o fato de que o governo cubano considera que se trata de "acusações falsas".

## PORTO RICO

### Futuro independente

"As Nações Unidas esperam que o povo de Porto Rico possa exercer seu direito de autodeterminação e independência".

Essa manifestação partiu do comitê especial da Assembleia Geral da ONU sobre descolonização, em resolução aprovada por nove votos a favor, dois contra (Chile e Noruega) e 11 abstenções. A resolução, que agora deverá ser aprovada pela própria Assembleia, foi patrocinada por Cuba e ressalta o "caráter e a identidade claramente latino-americanos do povo e da cultura de Porto Rico". Durante as reuniões, o comitê ouviu os depoimentos de diversos grupos porto-riquenhos, a respeito da situação política do país e sobre a realização de um plebiscito. Essa consulta aos porto-riquenhos, que, segundo a proposta norte-americana, deveria ser feita em 1991, vai oferecer três opções: a independência, a anexação do país aos Estados Unidos, ou a continuidade do sistema de livre associação com os norte-americanos, que é o que existe hoje.

Ochoa: os detalhes do julgamento que abalou Havana





## MOÇAMBIQUE

## Proposta de paz

O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, recebeu uma resposta formal do movimento armado opositor ao governo, a Resistência Nacional Moçambicana-Renamo, grupo financiado pelo regime racista da África do Sul, à sua proposta de paz de 12 pontos, elaborada com o objetivo de se obter uma eventual solução pacífica para a guerra civil que sofre o país.

O documento da Renamo, de 16 páginas, foi entregue ao presidente pelos líderes religiosos moçambicanos, que, em 12 de agosto, concluíram, em Nairóbi, capital do Quênia, uma primeira rodada de negociações com os representantes do grupo opositor. O cardeal Alexandre dos Santos, arcebispo de Maputo, que coordenou a delegação dos religiosos, mostrou-se cauteloso ao comentar o resultado do encontro. Segundo ele, a Renamo diz querer a paz, "mas, continuam existindo dificuldades que devem ser superadas".

As declarações do religioso foram feitas dois dias depois da entrevista do líder da Renamo, Alfonso Dlakama, ao diário da África do Sul, "The Star". Dlakama manifestou estar em desacordo com os princípios da proposta de paz do governo de Chissano.



Chissano: abertura ao diálogo

A Renamo, na sua resposta, assinala que "o povo é soberano e tem o direito de eleger seus dirigentes". Nesse contexto, os rebeldes se autodenominam "força política ativa", afirmando que qualquer solução para a paz deve considerar esta "realidade, assim como a tradição, cultura, nível de desenvolvimento e características do atual momento". A Renamo assinala que "nunca aceitará que a força militar seja utilizada para impor ao povo um governo ou opções políticas".

Os 12 pontos, elaborados pelo governo Chissano e divulgados em julho deste ano, exigem o fim de todos os atos de terrorismo e destacam que a guerra é uma operação de desestabilização, que não deve ser confundida com um conflito entre dois partidos.

Se a normalização da vida do país parte destes pontos, todos os cidadãos, incluindo aqueles que até o momento estão envolvidos em atos de violência e desestabilização, podem participar da vida política e social do país. Para o governo de Chissano, nenhum grupo ou pessoa tem o direito de usar a intimidação ou a violência, para impor seus desejos à sociedade.

Alguns observadores estão otimistas, quanto ao futuro das negociações, afeta-

das pela situação tensa em várias regiões do país. Um comunicado do estado-maior conjunto das forças armadas de Moçambique indica que mais de 500 integrantes da Renamo foram mortos, em diversas operações, em agosto. Apesar disso, o grupo contra-revolucionário insiste em suas práticas terroristas, promovendo seguidos massacres de civis.

O governo de Quênia, que patrocinou as conversações dos líderes religiosos com os representantes dos rebeldes, diz que houve "relativo progresso" nas negociações.

As autoridades do Quênia sugerem que se deve insistir na realização de encontros regulares, para preparar o caminho para uma reunião entre o governo de Chissano e a Renamo.

## ÁFRICA AUSTRAL

## Economia cresce

Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue registraram crescimento de 4,5%, em média, nos seus produtos internos brutos, no período 1988/89, segundo o Comitê de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral-SADCC.

Um comunicado da cúpula do SADCC informou que a recuperação dos preços de alguns produtos básicos, em especial dos minerais, e o aumento da produção agrícola, devido a condi-

ções climáticas favoráveis, assim como os incentivos aos preços no setor agropecuário em geral, têm sido os fatores principais do crescimento dos nove países da África Austral.

O SADCC aprovou medidas para buscar a industrialização regional e reestruturar a produção agrícola, de modo a tornar a África Austral auto-suficiente. O presidente do SADCC e da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, disse que a região necessita, antes de tudo, conseguir essa auto-suficiência alimentar e estabelecer um sistema previdenciário mais eficaz, de forma a melhorar a capacidade regional de enfrentar os períodos de escassez, decorrentes dos problemas climáticos, especialmente das secas.

Um dos grandes problemas que afetam a produção dos países da África Austral diz respeito à infra-estrutura de transportes, porque faltam locomotivas e vagões, além de estarem as estradas de ferro em péssimo estado de conservação. A próxima reunião da cúpula do SADCC será na capital de Zâmbia, Lusaca, dia 1º de abril de 1990, para comemorar o 10º aniversário do comitê.



A urgência de produzir alimentos





Rafsanjani: com maiores poderes

## SUDÃO

## FLE perde dirigente

Foi assassinado, em Kasal, capital da província oriental do Sudão, Mahmoud Hassab Mohamed, chefe do estado-maior da Frente de Libertação da Eritreia-FLE, organização que combate militarmente o governo da Etiópia.

Segundo o porta-voz da FLE, três suspeitos, que admitiram ser membros da Frente Popular de Libertação da Eritreia-FPLE, principal movimento armado de luta contra o governo etíope, foram detidos pelas autoridades sudanesas. A mesma fonte acrescentou, que Mahmoud Hassab Mohamed foi abatido em frente a sua residência, com seis balas, por um homem que estava acompanhado de dois outros indivíduos armados. O porta-voz da FLE acusou a FPLE de ter organizado uma operação de eliminação física dos dirigentes das organizações armadas rivais, que concordaram, em agosto,

com a constituição de uma frente única, com a qual o governo etíope aceitou manter conversações de paz.

## IRÃ

## O novo presidente

Ao ser empossado como presidente do Irã, Akbar Hashemi Rafsanjani, colocando os problemas econômicos como prioritários do seu programa de governo, comprometeu-se a privatizar a produção e a melhorar as relações exteriores do país.

Ao transmitir o cargo, o ex-presidente Ali Kameini pediu a Rafsanjani que resolva os problemas do país e, sobretudo, as dificuldades que enfrentam os pobres, lembrando os poderes mais amplos do presidente empossado, conforme a Constituição, que recebeu emendas neste sentido, aprovadas nas últimas eleições.

As dificuldades econômicas do país são muito graves. As atividades produtivas entraram em declínio, logo no início da guerra com o Iraque, em 1980. Posteriormente, a economia do país sofreu enormes prejuízos, com as quedas nos preços do petróleo, sua principal fonte de receita. A saída para Rafsanjani está na "redução do papel do governo na atividade produtiva e abertura da economia a mais investimentos privados".

Quanto à melhoria do relacionamento externo, o Irã está distanciado da

maioria dos países ocidentais, situação que piorou depois da ordem do desaparecido líder espiritual do país, o aiatolá Komeini, de matar o escritor britânico Salman Rushdie, cujo livro, "Os versos satânicos", foi considerado uma blasfêmia pelos muçulmanos.

Mas, pelo lado dos países socialistas, há uma certa aproximação. O ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Eduard Shevardnadze, fez uma visita de dois dias ao Irã, a segunda em cinco meses, depois que ambos os países firmaram acordos econômicos superiores a dois bilhões de dólares.

Durante a solenidade de posse, com a presença de funcionários civis e militares do mais alto escalão, líderes religiosos e outros convidados, a mensagem do ex-presidente Kameini foi lida à nação por Amed Komeini, filho mais velho do ex-líder religioso. Para os observadores políticos, tal fato é um forte indicador de que não existe luta política pelo poder entre as figuras mais importantes do Irã.

**Bombas rebeldes como protesto pela execução de civis cingaleses**

Muitas das áreas habitadas pelas populações de etnia cingalesa, majoritária no Sri Lanka, paralisaram suas atividades, em agosto, em protesto pelos massacres populares em massa, realizados pelas forças policiais, a pretexto de combater a Frente de Libertação Popular-FLP, de tendência esquerdista.

Apoiado pela FLP, o Centro Nacional de Ação Operária-CNAO, que havia convocado uma greve geral de 24 horas, no final de agosto, decidiu estender a convocação para uma semana de paralisação de atividades, a fim deter o genocídio contra o povo cingalês.

A província a noroeste da ilha, onde vive a minoritária população tamil e opera a poderosa guerrilha separatista dos Tigres, quase não foi afetada pelas medidas de protesto. No resto do país, a violência entre a FLP e as forças do governo intensifi-

## SRI LANKA

## Massacre





Muitas das áreas habitadas pelas populações de etnia cingalesa, majoritária no Sri Lanka, paralisaram suas atividades, em agosto, em protesto pelos massacres populares em massa, realizados pelas forças policiais, a pretexto de combater a Frente de Libertação Popular-FLP, esquerdista.

Apoiado pela FLP, o Centro Nacional de Ação Operária-CNAO, que havia convocado uma greve geral de 24 horas, no final de agosto, decidiu estender a convocação para uma semana de paralisação de atividades, a fim de deter o genocídio contra o povo cingalês.

A província a noroeste da ilha, onde vive a minoritária população tamil e opera a poderosa guerrilha separatista dos Tigres, quase não foi afetada pelas medidas de protesto. No resto do país, a violência entre a FLP e as forças do governo intensificou-se, logo que os rebeldes ameaçaram assassinar os parentes dos membros das forças de segurança, que não renunciassem a seus postos. Como resultado, as famílias de muitos militares e policiais fugiram de casa para as zonas rurais.

O número oficial de mortos, nas zonas cingalesas ao sul, oeste e centro da ilha, chegou a 41, mas os ativistas das organizações independentes de defesa dos direitos humanos disseram que as mortes, em agosto, passavam de mil, sendo a maioria civis inocentes.

"A FLP declarou guerra ao governo, que respondeu declarando guerra ao povo",

afirmou um estudante de Colombo, a capital de Sri Lanka. Nos muros da cidade, apareceram enormes cartazes, advertindo que o exército matará doze guerrilheiros por cada familiar de soldado que seja morto pelos rebeldes. Um funcionário do governo, porém, disse que "as forças armadas não podem declarar, abertamente, que vão assassinar pessoas. Isso é imperdoável".

## BIRMÂNIA

### Mudando a cara

O regime militar que tomou, ano passado, o governo da Birmânia, depois de uma repressão sangrenta sobre os estudantes e trabalhadores, que reclamavam abertura política e reformas econômicas, substituiu a denominação de República Socialista de Birmânia por União Myanmar.

A supressão do antigo nome teve o objetivo de apagar da memória popular os 25 anos de uma administração muito ruim para o país, implantada em nome do socialismo. Os militares, no entanto, não parecem dispostos a atender às reivindicações sociais e dar início à construção de uma sociedade realmente democrática e mais justa, em termos econômicos.

O governo diz que a mudança da denominação do país reflete melhor a diversidade étnica, já que o termo Birmânia faz alusão a uma única etnia, que embora majoritária, exclui as minorias. Os diferentes grupos

étnicos lutaram sempre pelo direito a uma autonomia política maior.

A lei, que estabeleceu a alteração, deu novo nome à capital birmanesa, que passou de Rangun para Yangon. Também a nacionalidade do povo deixou de ser birmanesa para chamar-se myanmarese. O atual governo reprimiu o movimento de democratização do país, aumentou o controle sobre a literatura política e reabriu as escolas primárias, depois de um ano em que estiveram impedidas de funcionar. Mas, as escolas secundárias e universidades continuam fechadas.

## CAMBOJA

### Nova guerra

O Camboja corre o perigo de cair em nova guerra civil, por causa do fracasso da conferência internacional de paz, realizada em Paris. A opinião é do vice-primeiro-ministro da União Soviética, Victor Rogatchev, que advertiu também que o país pode se tornar vítima de outro genocídio, aludindo ao extermínio de um milhão de cambojanos, no final dos anos 70, quando a nação era governada pelo Khmer Vermelho.

A autoridade soviética, entretanto, destacou que a conferência, que reuniu representantes das grandes potências (Estados Unidos, União Soviética, China, França e Grã-Bretanha, além do secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar), iniciou um processo de acordo global que

nada pode deter.

Para Rogatchev, é indispensável que se diminua, e eventualmente cesse, a ajuda militar que recebem as diferentes facções cambojanas, e que se concretize a retirada das tropas vietnamitas, que ocupam o país desde 1978, quando derrotaram o Khmer Vermelho. O representante soviético se queixou do fato de que, durante a conferência, não se alcançou resultado a respeito desse ponto, em relação ao qual não há acordo algum, no momento, embora os vietnamitas já estejam retirando suas forças desde o início do ano.

O momento atual é particularmente perigoso, porque a região entrou na estação seca, o que facilita às forças em conflito - as do regime pró-vietnamita de Phomn Penh, dirigido por Hun Sen, e as três facções da resistência - tentar dirimir suas dúvidas no campo militar. Os representantes ocidentais e soviéticos temem, em particular, a possível reação do Khmer Vermelho.



Hun Sen: apostando na paz



A possibilidade de uma participação do Khmer Vermelho no governo de transição, que deveria se formar com a partida das tropas vietnamitas, foi o ponto principal da divergência, no encontro de Paris. A resistência, liderada pelo príncipe Norodom Sihanouk, opôs-se à constituição de um governo bipartidário, como queria o regime pró-vietnamita de Hun Sen, que excluiu o Khmer Vermelho, aliado da China.

"A solução do problema cambojano", disse Roland Dumas, ministro do Exterior da França – país que apostou boa parte de seu prestígio no êxito da conferência – "passa, antes de tudo, por um esforço suplementar, das grandes potências direta e indiretamente relacionadas com o conflito".

## NÃO-ALINHADOS

### A década perdida

Entre os dias 4 e 7 de setembro, aconteceu em Belgrado, Iugoslávia, a Nona Conferência de Cúpula do Movimento Não-Alinhado-MNA, em meio a um clima internacional, marcado pela aproximação entre Estados Unidos e União Soviética.

A conferência reuniu 102 membros do MNA – eram 101, mas na ocasião foi aceito o pedido da Venezuela para ingressar, como membro pleno – e analisou as principais reivindicações dos países subdesenvolvidos, em especial as de uma nova ordem econômica e

informativa mundial, rejeitadas pelo Norte industrializado, com o pretexto de que "afetariam a liberdade de comércio e de informação".

O presidente recém-saído do MNA, Robert Mugabe, do Zimbábue – país anfitrião da oitava conferência, que por tradição assume a direção do movimento, por um período de três anos – entregou o cargo ao mandatário iugoslavo, Janez Drnovsek, depois de fazer um relatório sobre sua gestão, iniciada em 1986, e exortar todos os membros a impulsionarem a reforma do MNA, sem abandonar seus princípios. "Uma reforma nos ajudará a alcançar nossos objetivos", ressaltou Mugabe.

A Iugoslávia dirigirá os destinos do Movimento Não-Alinhado até a realização do próximo encontro, em 1992, em país ainda não-determinado. De acordo com o princípio de rotatividade geográfica, a décima conferência deverá ser na América Latina. As últimas reuniões foram em 1979, em Cuba; em 1982, na Índia; em 1986, no Zimbábue, e, agora, na Iugoslávia. Dessa forma, o anfitrião da recente conferência se converteu no primeiro país não-alinhado, no qual se realizaram dois encontros: a anterior foi em 1961, quando o MNA reuniu-se pela primeira vez, em Belgrado, com a presença de 25 países do Terceiro Mundo, com o apoio de estadistas como Nehru (Índia), Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia) e Tito (Iugoslávia).

Mugabe disse, no discurso de abertura que, "nossa

oposição ao imperialismo, ao colonialismo, ao *apartheid*, ao sionismo, às interferências estrangeiras e às políticas de dominação são princípios inegociáveis. O desafio, agora, é como promover esses princípios na atualidade". Ele lembrou que a dívida externa do Terceiro Mundo alcança 1,24 trilhão de dólares e que os fluxos de capitais são negativos desde 1984, para os países do Sul. Considerando a piora dos termos de intercâmbio comercial internacional, o aumento da dívida externa e o agravamento da crise no Sul, Mugabe disse que a década do desenvolvimento promovida pela ONU (1981-1990) converteu-se numa "década perdida para o desenvolvimento".

Aprovado por aclamação, o discurso do antigo presidente tornou-se uma peça fundamental para a análise dos problemas do Terceiro Mundo. Mas, apesar de seu duro realismo, o relatório de Mugabe não significa que haja fracasso do MNA. Ao contrário, numerosos problemas regionais – África Austral, América Central,

Oriente Médio – puderam ser melhor dirigidos, em parte graças à influência política e moral dos Não-Alinhados. Isso também deu ao Movimento uma nova dimensão ante as potências do mundo industrializado, que não podem ignorar o peso de um foro de 102 nações.

"Um passo decisivo para redefinir o papel do MNA, sua estratégia e suas prioridades", foi como avaliou a nona conferência o chefe da diplomacia iugoslava, Budimir Loncar. "A esse esforço do MNA, corresponde agora que o Norte faça sua parte, para que possamos, juntos, encontrar as soluções. O mundo continua apresentando enormes desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, o que equivale a uma bomba social geradora de instabilidade".

A América Latina esteve representada na Nona Conferência dos Não-Alinhados por cinco presidentes (Argentina, Equador, Peru, Nicarágua, Venezuela e Suriname) e pelo chefe de governo da Jamaica, Michael Manley.

### Não-Alinhados: realizar a força de 102 nações







### Nova direita

Gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho que **terceiro mundo** vem fazendo, como um veículo digno de receber, em cada edição, mais e mais elogios. Principalmente pelo Suplemento Brasil da edição 122. Todas as matérias estão ótimas, completas, porém, vou destacar a "Nova Direita". Gostei do panorama dado por Neiva Moreira, a respeito das direitas que se instalam nos países do Primeiro Mundo, as suas contradições, e como os países do Terceiro Mundo foram, de uma maneira ou de outra, influenciados.

A postura de muitos meios de comunicação está passando dos limites. Eles estão comprometidos em transmitir a verdade ou a realidade dos fatos, mas será que isso ocorre? Na verdade, eles estão efetivando uma campanha aberta para determinados candidatos, apostando, nesta eleição, como se aposta no time que irá ganhar o campeonato de futebol.

Em suma, com essa reportagem, a revista comprovou que é assim que se apresenta uma realidade. Na análise detalhada, nas comparações e nos fatos, fazendo com que o leitor fique satisfeito ao ler. Por isso, passo aos meus alunos as reportagens que a revista oferece.

**Maria Clara Teixeira**  
Rua Isabel Morales Motta, 34  
Tatuapé-São Paulo  
CEP 03321

### Eleições presidenciais

Levando-se em conta a guerra dos meios de comunicação contra os governos de caráter progressista, em particular contra aqueles administrados pelo Partido dos Trabalhadores-PT, sugiro que esta importante revista divulgue as experiências populares nas prefeituras municipais. Teríamos, assim, a oportunidade de ver o problema analisado sob a ótica dos trabalhadores, a partir dos interesses populares e progressistas, e não como o encontramos nos grandes meios de comunicação, sempre sob a perspectiva do poder dominante.

Tais artigos poderiam ser, inclusive, uma contribuição importante na luta ideológica que se trava, ao longo da presente campanha presidencial, já que, no interior do Brasil, não se recebe informação sobre essas experiências, salvo aquelas divulgadas pelos grandes veículos de imprensa e pela televisão.

**Braz Augusto Menezes Barretos-São Paulo**

### Apoiar a Namíbia

Os fatos mais recentes mostram que o processo eleitoral, na Namíbia, será levado adiante de forma a favorecer o regime da África do Sul e seus fantoches. Essa constatação tem gerado grande preocupação na organização de libertação da Namíbia, a Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo e, o que é mais importante, constitui ameaça aos interesses do povo namibiano.

Por essa razão, a Swapo exorta a comunidade internacional a lançar campanha com o objetivo de frustrar tais manobras. É necessário que se envie à Namíbia, por todos os meios

e reunindo os esforços possíveis, observadores que possam viajar por todo o país e estar presentes nas menores e mais remotas aldeias, para fiscalizar a realização das eleições. Assim, será possível comprovar se as eleições se processam no almejado clima de paz e tranquilidade, se são respeitadas as garantias de liberdade de expressão e se são cumpridos todos os requisitos de uma eleição democrática.

Esses observadores deveriam ser figuras públicas proeminentes, legisladores, representantes de organismos internacionais, membros de governos, religiosos, jornalistas, professores e militantes de todos os movimentos progressistas do mundo.

**Sam Nujoma**  
Presidente da Swapo  
Namíbia



### Namíbia: luta pela independência

### Poesia ecológica

Gostaria que a revista **terceiro mundo** publicasse uma poesia feita por um garoto de apenas sete anos e que tem um imenso problema de saúde (alergia a quase tudo). O nome dele é Jonathan Wilson Fuller cuja poesia, que me comoveu muito, dedico a todos os ecologistas do Brasil e, especialmente, aos parentes e amigos do grande defensor das florestas, matas e campos, Chico Mendes, assassinado friamente,

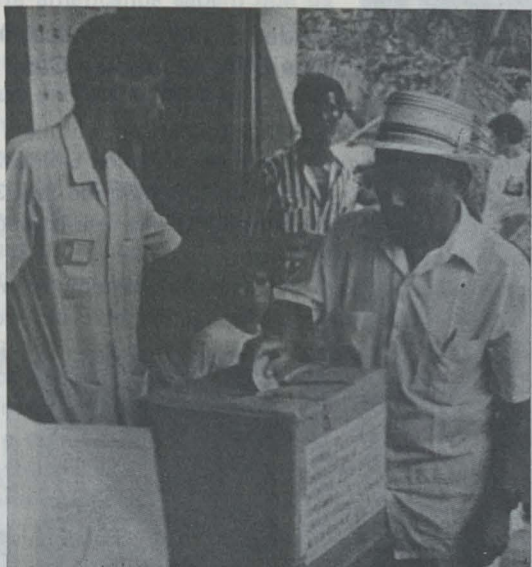
e a todos do mundo que ainda morrerão, combatendo a destruição de florestas e animais. Por que escarnecer da teoria de um garotinho?

Tenho uma experiência a partilhar com você;/ Sou um garotinho de sete anos;/ E tenho uma idéia formidável;/ Tenho uma teoria de uma máquina de despoluição./ Uma máquina de despoluição para salvar a terra da extinção./ A máquina para salvar o homem da autodestruição./ Mas,/ Como sou apenas um garotinho;/ Quem me dará atenção?/ Que possibilidade tenho eu de sanar o problema do mundo?/ Um pequeno ninguém./ Um ninguém com pouco conhecimento científico./ No entanto,/ As invenções se iniciam com idéias,/ Será que ninguém quer me ouvir?



### Bopal: contra gases da Carbide





Somos, realmente, todos iguais perante a lei?

**A integridade moral de Raúl Sendic**

Em 28 de abril, morreu Raúl Sendic. Incansável lutador social, ele mostrou a um país incrédulo as condições subumanas em que vivem e trabalham os camponeses da cana-de-açúcar, organizando caminhadas, desde o departamento de Artigas, no norte do país, até Montevideu, com a União dos Trabalhadores Açucareiros de Artigas-UTAA.

Essa e outras inquietudes levaram-no a fundar o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, que justificava sua ação guerrilheira com a frase "Habra patria para todos ou para nadie" (Pátria para todos ou para ninguém).

Hoje, quando fisicamente Raúl Sendic não está mais vivo, todos nós - os que concordam com ele e os que discordam dele - devemos estar de acordo em um ponto: sua integridade moral e exemplar comportamento, quanto à justiça de suas reivindicações.

**Fernando Manzon**  
Montevideu-Uruguai

**Direitos humanos**

"Todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza. O Estado garantirá a todos, nacionais e estrangeiros

residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade..." (Art. 5º da Constituição do Brasil).

Com suas origens no cristianismo e na revolução francesa, esse artigo, escrito há mais de 40 anos, é subscrito por todos os representantes das nações chamadas "civilizadas", mas, permanece como letra morta em quase todas as partes (...) O abismo que separa os homens em classes, fronteiras, culturas e oportunidades etc. é enorme e o passar do tempo só tem servido para agravar esta situação.

Essa dura e brutal realidade, em vez de desanimar-nos, leva-nos a abrir um novo espaço de luta para tentar colocar em prática aquilo que, na teoria, todos dizem admitir. Inauguramos um boletim mensal que deseja transformar-se num instrumento de denúncia contra todas as violações aos direitos humanos e contribuir para a promoção e divulgação dos direitos individuais e sociais.

**Roque Zimmermann**  
Comissão dos Direitos Humanos de Passo Fundo  
Rua Senador Pinheiro, 304  
Caixa Postal 52  
Passo Fundo-RS

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês.

Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Synval de Souza**  
Rua Caetano Benincasa, 15  
Bela Vista - Nova Odeosa - SP  
CEP 13460
- **Mateo Barbot**  
Gustavo Galliano 2068 - apto. 3º  
Montevideu - Uruguai
- **Ricardo Figueiredo de Castro**  
Caixa Postal, 108422  
CEP 24401 - São Gonçalo - RJ
- **Daniel Albano**  
A/C Antonio Dumbo  
Caixa Postal, 1435  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Carlos Din**  
Caixa Postal, 32  
C.F.B. LTT - Lobito  
República Popular de Angola
- **Josilda Peres Fernandes de Oliveira**  
Rua Carmo de Minas, 3065  
Conjunto Pirargi  
Natal - RN - CEP 59080
- **Fernando Rodrigues da Silva**  
Caixa Postal, 5179 - Centro  
Goianã - GO - CEP 74000
- **Ricardo Tito Mukinela**  
Caixa Postal, 1039  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Antônio Uyeque**  
A/C Cipriana Angosementes  
Caixa Postal, 82  
Lobito  
República Popular de Angola
- **Ricardo C. P. dos Santos**  
Caixa Postal, 1336 - Lobito  
República Popular de Angola
- **Wilton Correo da Silva**  
Rua Tupi, 158 - Santo Amaro  
CEP 04753 - São Paulo - SP
- **Nilson das Neves Silva**  
Av. Rondonia, 358/B.  
CEP 45100 - Ibirapuera  
Vitória da Conquista - Baía

- **Canda Paulo A. da Costa - Little**  
Rua Rainha Ginga, 153-A  
Luanda  
República Popular de Angola
- **Rosa Maria Vidal**  
Apartado, 589  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Antônio José Cândido**  
Apartado, 589  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Adelia da Conceição**  
Caixa Postal, 1343  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Ester Mariza Marques**  
Apartado, 589  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Monico Isidro Pedro**  
Apartado, 589  
Benguela  
República Popular de Angola
- **Januária José Alex**  
Caixa Postal, 8  
Saurimo Lunda - Sul  
República Popular de Angola
- **Emelindo Teixeira**  
Vaz Quaresma  
A7C Albano Sebastião  
Rua Rainha Ginga, 153-A  
Luanda  
República Popular de Angola
- **Julio Gonçalves Candieiro**  
Av. da Bela-Vista  
Caixa Postal, 1243  
Lobito  
República Popular de Angola
- **Mauro Luis Borges Matiotti**  
Caixa Postal, 1388 - Centro  
Porto Alegre - RS  
CEP 90001
- **Roberto Saruche**  
Av. Rubens Carames, 36  
Itapevi - SP  
CEP 06650
- **José Freire Bento**  
Av. João de Barros, 1343/102  
Espinheiro - Recife - PE  
CEP 52021
- **Francisco Mainieri**  
Caixa Postal, 2027  
Agência Ponta  
CEP 59085 - Natal - RN
- **Aline Talcone Gomes**  
Rua Conde de Bonfim, 590/104  
CEP 20520  
Tijuca - RJ
- **Emanuel da Cruz Fonseca**  
Caixa Postal, 233  
Luanda  
República Popular de Angola



# A riqueza que vem do pó

O submundo das drogas evoluiu do patamar de simples quadrilhas a grandes organizações econômicas, capazes de fazer frente ao Estado colombiano ou ameaçar a segurança dos EUA, segundo a Casa Branca

José Louzeiro

**A**té inícios da década de 70, as autoridades norte-americanas responsáveis pelos serviços de informação, concentradas basicamente na CIA e no FBI, viveram momentos de relativa tranquilidade, tratando, de modo geral, com inimigos externos: espões, organizações terroristas e, ocasionalmente, mafiosos com raízes na velha camorra italiana.

Mas, de 1980 para cá, vem-se registrando tal expansão nos negócios das drogas que os governos de Ronald Rea-

**Sob a sombra do veículo militar, desenvolve-se o drama, cujos atores são Barco, os colhedores de coca, os traficantes e Bush**

gan e, agora, de George Bush têm-se desdobrado no confronto com um novo tipo de guerra: dos traficantes de cocaína. "É um caso de segurança nacional", disse, em 18 de setembro último, o secretário de Defesa, Richard Cheney, ao encarregar o Pentágono de elaborar um

plano militar de combate às drogas dentro dos Estados Unidos. A urgência é óbvia: o Pentágono tem 30 dias para apresentar o plano e começar a executá-lo.

Existem atualmente, nos EUA, cerca de 23 milhões de consumidores de dro-





gas e é para lá que convergem 60% de toda a produção dos dois cartéis colombianos: o de Medellín e o de Cáli.

Os norte-americanos sabem que os negócios dos traficantes crescem a 27% ao ano, em que pese a repressão promovida pelo exército e todas as polícias colombianas.

Ano passado, a revista norte-americana "Fortune" noticiou que o colombiano José Gonzalo Rodríguez Gacha, um dos *capi* de Medellín, movimentava mais de 10 bilhões de dólares por ano, o que colocava a "empresa dos entorpecentes" entre as 50 maiores corporações do mundo. O argentino Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, alerta para o fenômeno, e diz que a droga "é a maior ameaça potencial à estabilidade democrática latino-americana surgida nos últimos anos", depois de admitir que, em países como a Colômbia, Peru e Bolívia, "já não é exagero falar-se em estado paralelo".

A primeira demonstração do poderio dos *capi* da cocaína foi marcada pela declaração do traficante Roberto Suárez (hoje preso), quando se ofereceu, em 1982, para pagar a dívida externa do seu país, a Bolívia, na época avaliada em 4 bilhões de dólares. Pedia, em troca uma anistia geral e a derrubada da lei de extradição de traficantes, então em vigor. Em 1988, o cartel de Medellín fez oferta semelhante: 11 bilhões de dólares em troca da anistia geral e do fim da extração de traficantes.

Ambas as ofertas foram rejeitadas, em benefício da moralidade pública, mas o senador peruano Javier Silva Ruete, do partido do governo, admitiu que "propostas como estas podem se tornar virtualmente irresistíveis, se a crise latino-americana continuar piorando".

Em La Paz, o subsecretário de Estado para a Defesa Social, Jorge Alderete, reconhece que não pode confiar na maioria de seus assessores encarregados da repressão às drogas, e, muito menos, na Justiça boliviana. Alderete acentua, que a corrupção do aparelho policial e judiciário do seu país fez com que, nos últimos 12 meses, a Bolívia só



**Autoridades preocupam-se com mercenários, como coronéis israelenses que treinam sicários**

tenha conseguido apreender oito, das 50 mil toneladas anuais de pasta de coca produzidas no país.

**No início, com a maconha** – No começo da década de 60, a cidade de Barranquilla, Colômbia, teve seu *boom* de progresso motivado pelo cultivo e exportação da maconha prensada para diversas partes do mundo, em especial para os Estados Unidos.

À frente dos negócios, estava o ex-contrabandista de uísque e de cigarros Lucho Benavente, que enriqueceu da noite para o dia e converteu-se, rapidamente, no Padrinho de todos os pobres da região.

A cidade prosperou. Multiplicavam-se as lojas, subiam novos prédios, os desempregados conseguiam trabalho, os camponeses dedicavam-se com afinco à plantação da erva. Em cada hectare plantado com maconha, faturavam mais que em três onde houvesse milho ou gergelim. Benavente foi, assim, o primeiro *capo* da história do banditismo colombiano.

Na localidade de La Guajira, ampliavam-se as plantações, abriam-se pistas de pouso clandestinas. Quando as autoridades quiseram reprimir o tráfico, era tarde. A máfia de Benavente havia se apoderado da cidade e estabelecido as mais complicadas ramificações, dentro e fora do país.

Em dado momento, o próprio Benavente começou a perder o controle da situação, seu grupo dividiu-se e subdividiu-se. Agora, eram divergências entre marginais. Conquistas de plantações na marra. Os assassinatos misteriosos.

As autoridades policiais de Barranquilla não sabiam o que fazer. Solicitavam reforços a Bogotá, que nem sempre podia atendê-las.

Os *capi* cresciam. Multiplicavam-se as fortunas pessoais. Os novos-ricos não tinham qualquer padrão de educação. Não tinham nada, além de muitos dólares e armas para defender seus negócios. As contendas resolviam-se a tiros. Conquistas feitas pelos mais fortes tornavam-se fatos incontestáveis. Coisa parecida com o que vemos nos faroes-



tes norte-americanos. Os homens vivendo numa cidade sem lei, em plena década de 60.

Em 1976, durante disputa de uma área em que a maconha crescia mais rapidamente, eis que Luchi Benavente termina morto por um *sicario*. O povo pobre de Barranquilla chorou, as autoridades, temerosas da guerra entre quadrilhas, pediram ajuda do Departamento de Narcóticos dos Estados Unidos, o National Narcotics Intelligence Consumers Committee-NNICC, e à Drug Enforcement Administration-DEA.

Fortemente apoiado por Washington, o governo colombiano militarizou La Guajira, em 1979. A tese dos norte-americanos era de que a polícia local estava corrompida, sendo necessário substituí-la pelo exército.

Com os militares em ação, iniciou-se uma grande operação de queima das plantações da maconha. Graças a isso, o consumo foi reduzido e os *negócios* perderam o interesse. Nessa época, também, os próprios norte-americanos começaram a plantar a *erva*, para consumo interno.

Em princípios de 80, os *capi* que restavam procuraram juntar forças. Entre eles, estavam duas mulheres: Griselda Blanco de Trujillo, a Madrinha, e Verónica Rivera de Vargas, mais tarde a Rainha da Coca. Além das duas, havia também José Antonio Cabrera Sarmiento, o Pepe; Santiago Ocampo Zaluago, o Crespo; e Alberto Bravo Agudelo, companheiro de Griselda, assassinado em 1974.

Este pequeno grupo iniciou a construção do cartel de Medellín, o maior império de drogas de todos os tempos.

"Em todo o mundo - informa a revista norte-americana 'Fortune' -, cerca de meio trilhão de dólares trocam de mãos entre produtores, traficantes e consumidores, por ano. Isso é mais do que o dobro do valor de todas as notas de dólares existentes no planeta, e quase 25% a mais do que o orçamento militar anual dos Estados Unidos, a maior potência bélica do globo."

## Los sicários de la moto

Um país empobrecido como a Colômbia, o dinheiro compra tudo. Por isso, a corrupção funciona como principal arma dos traficantes de drogas. Quando a *plata* deixa de funcionar, entra em ação o *plomo*.

À medida que os Estados Unidos começaram a pressionar o governo colombiano, para desbaratar quadrilhas que lideravam o rendoso negócio da cocaína, eis que os *capi* passaram a reagir, mostrando às autoridades locais e ao governo norte-americano que eles são diferentes dos ingênuos traficantes de Barranquilla.

Em Medellín, anos 80, quando a repressão ao tráfico de entorpecentes já era considerável, o *capo* Pablo Escobar, o Padrinho deu a tônica do que seria a reação dele e de seus parceiros: "Quem não quiser melhorar de vida conosco vai ter que comprar passagem *pro inferno*".

Os atilados agentes da Drug Enforcement Administration-DEA entraram em ação e, juntamente com eles, passaram a agir, de forma dura e constante, oficiais do exército colombiano, principalmente os que pertencem à VII Brigada, com apoio de setores significativos da Força Aérea. Era o início da guerra ao narcotráfico.

Apertados internamente e tendo que enfrentar a pressão externa dos EUA, os *capi* passaram a ser vítimas de processos, aos quais tinham que responder nos tribunais, expondo-se à execração pública e correndo risco de vida, pois os agentes da DEA não estavam na Colômbia para fazer ninguém rir.

Foi nos primeiros anos da década de 80 que dois *capi*, de larga influência nos negócios da cocaína, caíram: Gilberto Rodríguez Orejuela, o Jogador de Xadrez, e Evaristo Porras Ardila, seguidos pelo grande *lavador* de dinheiro Hernán



Pablo Pelaez, ex-prefeito morto em Medellín: como não aceitou ceder, recebeu em troca o "plomo" dos narcotraficantes

Botero Moreno, que cumpre prisão de 30 anos nos EUA.

**Estratégia para enfrentar a repressão** - Dobrados pela repressão violenta, alguns traficantes tornaram-se delatores, outros simplesmente terminaram presos, e a *gang* do Cartel de Medellín começou a acusar o golpe, até que os *capi* mais experientes, onde estaria Juan Blanco, passaram a bolar uma estratégia, para enfrentar a repressão local, a DEA e o National Narcotics Intelligence Consumers Committee-NNICC, CIA das drogas. Os chefes que participaram da



elaboração desse plano "de defesa" teriam sido: Pablo Escobar, o Padrinho, Ochoa Vasquez, Gonzalo Rodrigues Gacha, o Mexicano e Juan Blanco, o Coyote.

A estratégia impõe: intensificar a corrupção dentro dos EUA, no meio oficial colombiano, particularmente nas forças armadas e no poder judiciário; criar esquadrões da morte, em todo o país e até fora dele (para proteger os fornecedores na Bolívia e no Peru), com o cinematográfico título de *sicarios de la moto* (matadores que agem em motocicletas).

**Violência crescente** – Nos últimos dez anos, 220 autoridades colombianas, na sua maioria membros do Ministério Público, recusaram a *plata* e terminaram abatidas pelo *plomo* das metralhadoras dos *sicarios de la moto*. Entre outros nomes, os membros do Tribunal Superior de Medellín, Gustavo Zaluaga e Álvaro Medina Uchoa.

A par dessa ação violenta, os *capi* passaram a pressionar seus parceiros do cartel de Cáli, para agir da mesma forma. Sabiam eles, que, com a prisão de alguns dos *capi* do Cáli, o DEA acabaria tendo boas informações a respeito do tráfico, não só na Colômbia mas nos países aliados: Peru e Bolívia.

Mesmo com uma forte estratégia em prática, os traficantes de Medellín sofreram, em 1984, sua segunda grande derrota: a primeira foi a destruição dos laboratórios de Tranquilândia, que ficava no sudoeste do país e foram estourados por forças policiais. A segunda aconteceu nas proximidades da cidade de Doradal, a 200km de Bogotá, quando polícia e exército procuravam localizar Pablo Emilio Escobar Gaviria e terminaram chegando à fazenda Jamaica, onde havia um enorme e bem montado laboratório para o refino da coca, além de usina elétrica que gerava energia para três mil casas e um aeroporto em construção, com uma pista de mais de 2km, suficiente para receber um jumbo. Na *blitz* em Doradal foram apreendidas três toneladas de cocaína pura e mil



Bogotá: a resposta do tráfico ao governo foram quase 100 atentados no mês de setembro

barris de produtos químicos.

Mas mesmo com os revezes que vêm sofrendo, o tráfico de cocaína para os EUA continua aumentando.

**Operação Haiti** – Os *capi* deram a volta por cima e, há vários anos, vêm insistindo naquilo que o DEA chama *Operação Haiti*, onde o grande aliado dos traficantes é o coronel Juan-Claude Paul. Essa penetração mostra que a máfia dos tóxicos conta com boas cabeças, a lhes indicar o melhor caminho para seguras penetrações.

No momento, o paraíso da coca é o Haiti. Para lá já foram, de um ano para cá, mais de mil colombianos, todos eles com milhares de dólares, transformando-se em donos de hotéis, de bares, casas de diversões, empresas imobiliárias, empresas aéreas de pequeno porte e até donos de estabelecimentos de ensino. Para o DEA, o Haiti é importante aos *capi* por sua vinculação com os EUA e porque ali vão, geralmente, os magnatas em férias. Muitos deles estão sendo "cantados" pelos traficantes. É a estratégia da *plata o plomo*.

Jornais de todo o mundo publicaram, no dia 12 de maio último, que os serviços secretos americanos colaboraram com o general Manuel Noriega, o homem-forte do Panamá, acusado de estar envolvido no cartel de Medellín. Essas críticas foram feitas durante a campanha eleitoral e voltam com intensidade. Afirmam as denúncias que a CIA (serviço secreto, em 76) teve acesso a informações sobre a participação de

Noriega no narcotráfico, mas continuou apoiando o general.

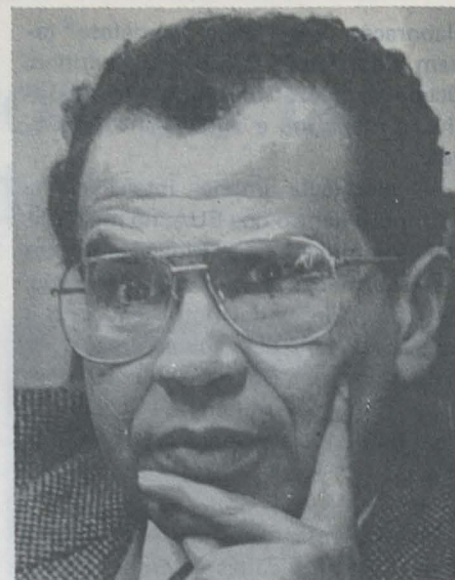
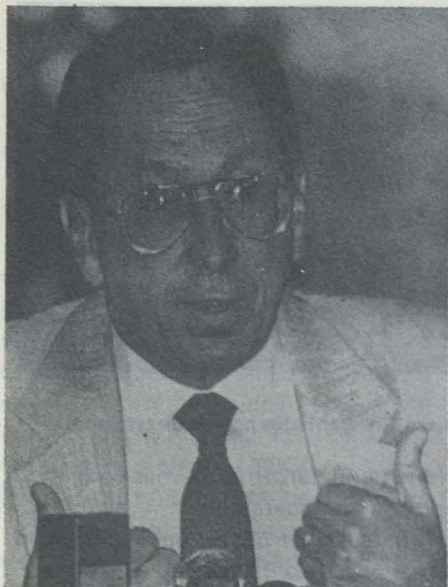
Em editorial de primeira página, o jornal oficial do PC cubano – "Granma" – denunciava, no mês de julho, o grande escândalo que envolveu Havana: o general Arnaldo Ochoa Sanchez e outros seis oficiais do exército estavam envolvidos em corrupção e no tráfico internacional da cocaína, todos eles vinculados ao cartel de Medellín. O general Ochoa, comenda de Herói da República, desempenhou missões importantes no exterior, incluindo o comando das forças cubanas em Angola. Lutou ao lado de Fidel Castro em Sierra Maestra.

Presos, julgados e condenados à morte por um Tribunal Militar Especial, Ochoa acabou fuzilado por alta traição, juntamente com seus ex-colaboradores, capitão Jorge Martinez, o coronel Antonio de la Guardia e o major Amado Padron. Outros 13 oficiais e altos funcionários do Ministério do Interior foram condenados como traficantes de cocaína, ligados aos homens de Medellín.

Em Washington, o chefe da DEA – William Bennet – declara-se a favor de, a exemplo da Arábia Saudita, aplicar pena de morte por decapitação a traficantes de drogas nos Estados Unidos.

O Czar antidroga, como é conhecido Bennet, salientou que, "se se perguntasse aos norte-americanos, qual castigo achariam moralmente justificado no caso de surpreenderem alguém vendendo drogas a seus filhos, a maioria estaria a favor não só de decapitá-los, mas de esquartejá-los."





Fábio Ochoa Restrepo (C) recorreu ao papa e a Barco, pedindo negociações com seus três filhos narcotraficantes, idéia aceita pelo prefeito de Medellín, Juan Martínez (D), enquanto o procurador-geral Alfonso Mendez (E) pensa em proteger os juízes, instalando-os em quartéis

## Medellin, a multinacional das drogas

**S**ão quatro os Três grandes do cartel de Medellín: Jorge Luís Ochoa Vásquez; Pablo Emilio Escobar Gaviria, o Padrinho; José Gonzalo Rodríguez Gacha, o Mexicano, que já foi capa da revista norte-americana "Fortune"; e o desconhecido e quase nunca mencionado Juan Blanco de Trujillo, o Coyote.

Com o envolvimento de Carlos Enrique Lehder Rivas com a Justiça colombiana, Juan Blanco assumiu as funções. É o homem *sem rosto*, como dizem os agentes do NNICC.

No seu rastro estão centenas de policiais da Colômbia, França, Itália, Argentina, Venezuela e Brasil. Tudo o que se sabe a respeito desse personagem é que seria filho de Griselda Blanco de Trujillo, a Madrinha, presa e extraditada para os EUA em 1985.

Pelo cronograma do cartel de Medellín, o Coyote seria irmão, ou no mínimo primo, de Osvaldo Trujillo Blanco, importante distribuidor de cocaína em Los

Angeles. Mas, ninguém tem certeza quanto a isso.

De outra parte, para atordoar ainda mais os agentes norte-americanos, jamais o Coyote deixou-se fotografar, como os outros costumavam fazer, antes de iniciar-se o duro período da repressão. E, além disso, ninguém sabe como Juan Blanco lava seu dinheiro e, muito menos, no que emprega.

Acreditam os espões infiltrados na massa de frequentadores dos bares, restaurantes e infirmarys de Cáli e Medellín, que o Coyote movimenta uma grande fortuna em dólares, faz longas viagens para abrir novos mercados — agora na Europa —, mas age com absoluta discrição e sempre guardado por seguranças, que não se apresentam ostensivamente. Certos agentes chegam a acreditar que a segurança do Coyote seja feita por mulheres.

**Sigilo e ação** — Uma coisa é certa, com relação a esse curioso personagem que

está tirando o sono de tanta gente: depois que ele assumiu o lugar de Carlos Rivas, os *negócios* com os EUA, que estavam em 62.569 quilos, em 1987, conforme a DEA, passaram para 86.804 em 1988, com toda a repressão registrada no governo Reagan.

Esse dado desafiador é computado ao Coyote, que, segundo informações geralmente imprecisas, costuma atuar, para furar o cerco das investigações, de duas formas: 1. manda um carregamento de pó para um determinado lugar. Esse carregamento (cocaína misturada) é para atrair a atenção dos policiais; 2. estando a polícia mobilizada para o flagrante, aqueles que vão levando a mercadoria de primeira passam sem maiores problemas.

Coyote criou os *kamikazes* da coca. São "aviões", que se lançam à aventura para serem presos. Suas famílias ficam recebendo altas somas. Além disso, quando julgados, onde quer que seja, dispõem de bons advogados.



Liberados, esses traficantes de araque, submetem-se a cirurgias plásticas e voltam ao "trabalho". Os *çapi* de Medellín vêm agindo, como nos filmes de Hollywood: muitos dólares para cuidar da cenografia e da maquiagem. Coyote, considerado gênio do cartel, destaca-se pelas iniciativas audaciosas.

Ano passado, conseguiu fazer entrar boas partidas de cocaína nos Estados Unidos, via petroleiros, que estavam de passagem pelo Canal do Panamá. Acredita-se, que a droga estivesse colada ao costado das embarcações, sendo retirada em Los Angeles (Porto de San Pedro) por mergulhadores.

Outra característica deste personagem que, para os agentes norte-americanos continua sendo o *homem sem rosto*, é que ele tem contribuído para o esvaziamento dos cartéis menores, tanto da Colômbia, quanto da Bolívia. Sua tática, nesse caso, é simples: sempre que algum *capo* do cartel de Cáli está nos Estados Unidos, cuidando de alargar mercado, ele manda fazer denúncias anônimas aos setores da repressão. Com isso, o Coyote visa a desestimular a ação de Cáli, evitando a concorrência. Acha Juan Blanco, que os parceiros de Cáli não sabem negociar, e tudo o que têm feito até aqui é colocar o rendoso negócio das drogas em perigo.

Em que pese as preocupações expansionistas do Coyote, na verdade eleva-se tanto o número de compradores de cocaína nos EUA, que, outro dia, num desabafo, disse o senador republicano pelo Texas, Thil Gramm, após longa discussão no congresso norte-americano sobre a nova lei antidroga: "Mesmo usando todo o efetivo do exército dos Estados Unidos só para o combate ao tráfico, o máximo que talvez seja alcançado é um pequeno aumento do preço da cocaína nas ruas".

Enquanto o senador afunda no pessimismo, o *homem sem rosto* planeja tornar Medellín um cartel indestrutível. •

## CIA das drogas em ação no Brasil



Romeu Tuma, do DPF, anuncia medidas para evitar entrada de narcotraficantes na Amazônia

Os agentes da Drug Enforcement Administration-DEA que estão no Brasil já faz tempo, com vistos de "adidos" e nomes supostos, obviamente, não se surpreenderam com a tonelada de cocaína encaminhada para Miami em avião da Varig. Eles acham que isso acontece nos aeroportos norte-americanos a cada dia. As empresas são vítimas da ação dos mafiosos. O importante, segundo eles, é que essa operação mal-sucedida denuncia a ponta de um *iceberg*.

Sabem os agentes da DEA, como

muitos policiais brasileiros, que, pressionados na Colômbia, no Peru e na Bolívia, os traficantes estão transferindo seus laboratórios para o Brasil, na região Amazônica, onde é difícil localizá-los.

Sabem, também, os agentes da DEA, que o depoimento de Jamil Tavares foi devidamente orientado e ele já deve ter enviado muitas outras "partidas de mercadoria, durante todos esses anos".

Tranquilamente instalados em um escritório da Embaixada dos EUA, em Brasília, os agentes da DEA fazem revi-



## Fiscalização das drogas

Os especialistas que têm escrito sobre a descriminalização e a legalização das drogas, de modo geral sectarizam nas suas avaliações e, por se encontrarem, na maioria das vezes, ligados a setores essencialmente técnicos, terminam limitando o campo de reflexão a respeito desse grave problema do nosso tempo.

De outra parte, como o tema continua sendo tabu, não se abre o debate para a sociedade, a respeito do narcotráfico, de suas causas, efeitos imediatos e projeções. Para as elites brasileiras, a questão da cocaína e das chamadas "drogas leves" constitui caso de polícia e ponto final.

Como esse comportamento nada resolve e muito menos satisfaz o messianismo do presidente George Bush, os Estados Unidos vêm investindo muitos dólares no Brasil, a fim de conter a ação dos *capi*, quer na Colômbia, no Peru ou na Bolívia.

Mas, pelo que se pode perceber,

as autoridades brasileiras não parecem dispostas a incorrer nos erros do governo de Virgílio Barco. Já está no Congresso, encaminhado pelo presidente José Sarney, o anteprojeto da nova Lei de Entorpecentes que, entre outras novidades, elimina a pena de prisão para quem faz uso de drogas.

Trata-se de matéria polêmica, que, por certo, terá poucas vozes em sua defesa. De qualquer forma, a partir desse anteprojeto, deixa o governo brasileiro transparecer, que a nova lei poderá ser um passo decisivo na direção da futura legalização das drogas, antes que os poderosos cartéis disparem contra o Brasil sua mais eficaz arma: a corrupção, como fizeram recentemente contra Cuba e estão fazendo nos Estados Unidos e em toda a Europa. Milhões de dólares — a quem aderir aos interesses do narcotráfico. Milhões de dólares — para exterminar seus opositores. *La plata o plomo* (dinheiro ou chumbo), como eles dizem.

são de casos antigos de importância para as investigações e de casos recentes. Nessa ordem de coisas, o que mais chamou a atenção dos agentes foi a ação desenvolvida em maio deste ano pelo delegado-titular de Entorpecentes da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, Roberto Precioso Jr. A Operação Condor conseguiu desbaratar uma quadrilha formada por donos de laboratórios. Na operação, foram apreendidos 5 mil tambores de éter e acetona, armas, munições e 12 aviões, usados no transporte dos produtos químicos, principalmente para Mato Grosso.

**Ramificações** — O delegado Roberto

Precioso chegou à conclusão de que o mesmo grupo abastecia, com éter e acetona, diversas refinarias de cocaína espalhadas pela América do Sul.

Um dos cabeças do grupo é Luiz

Gabriel Cano, do quase destruído "El Espectador", de Bogotá, ouve o peruano Alan Garcia



Newton de Oliveira, o Juca Galiano. Os outros, são: Francisco Mikovsky Jr., da Química Simplex; Antônio Marcelino Brandão Neto, 36 anos, da Azi Farma Indústria Farmacêutica; Rubens Prugn, 33 anos, da Unoquimil Comércio de Produtos Químicos; Antônio José Carlos Pavão, 37 anos, da Citrobrás, Comércio e Importação de Produtos Químicos e Farmacêuticos; Nivaldo Martins de Castro, 41 anos, da CI-Gisgi Vaselina e Óleos; Willis Antônio Martins de Menezes, 31 anos, da Phoeni Químicos e Farmacêutica; Joaquim Antônio Lyrio Moura, 51 anos, do Laboratório Nova Esperança; e Rosa Abid Loureiro, 52 anos, da Aki Química Representação e Comércio Ltda.

Além dos empresários já presos e colocados à disposição da Justiça, a Operação Condor agora se volta à procura de outros 19 acusados de cumplicidade com os traficantes. Desde que os trabalhos do delegado Roberto Precioso se iniciaram, provavelmente por volta de 1986, a polícia já conseguiu completar 11 volumes com inquéritos, tendo cada volume 200 páginas, onde estão arrolados, ao todo, 43 envolvidos. Como o delegado não costuma trabalhar com pressa, desses 43 ele escolheu os 19 de maior periculosidade. Agora, trabalha para que eles não fujam do país.

Outro pronunciamento que interessa aos agentes da DEA: o que fez o diretor da Polícia Federal Romeu Tuma, dia 14 de maio, ao jornal "O Dia", entrevista concedida a Ana Paula Araripe. Disse Romeu Tuma:

"O presidente norte-americano George Bush disse, recentemente, que o



## Caixa de guerra

De dez anos para cá, desde que se intensificaram as divergências dos narcotraficantes com as autoridades colombianas, já foram mortos 220 magistrados e inúmeros policiais. Entre outros, podem ser lembrados: o ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla; os juízes da Corte Suprema da Justiça, Hermano Barquero Borda e Tulio Manoel Castro Gil; o coronel Jaime Ramirez (ex-chefe antinarcóticos da Polícia Nacional da Colômbia); Gustavo Saluaga e Alvaro Medina Uchoa, magistrados do Tribunal Superior de Medellín.

No dia 17 de agosto, véspera do assassinato do senador Carlos Galán, foi morto por uma rajada de metralhadora o coronel Vladimir Franklin Quintero, comandante da polícia da província de Antioquia.

Posteriormente, dia 11 de setembro, era assassinado o ex-prefeito de Medellín, Pablo Peláez González, 45 anos, do Partido Liberal, e um dos sérios opositores dos *capô*.

viciado não pode ser desculpado, por que ele tem as mãos tão sujas de sangue quanto o plantador. Eu sou da mesma teoria. Não sou favorável à não-punição aos viciados, porque seria um estímulo ao consumo. O pequeno e médio traficantes acabariam dizendo que são simplesmente viciados, e você não teria como saber, se eles são apenas usuários ou não. Além do mais, não se tem nem estrutura hospitalar para internar todos os viciados. Acho que a punição não deve ser tão grave, como a do traficante, mas o viciado tem que ser desestimulado do uso. O que é importante é se criarem mecanismos de cons-

Fernando Rodrigues



Rio de Janeiro: as guerras de quadrilhas integraram-se ao cotidiano, indicando o crescimento da presença do narcotráfico nos grandes centros urbanos brasileiros, como um câncer

cientização e de prevenção, para que novos grupos não sejam alcançados pelos traficantes. A pressão consumidora é o grande estimulante para a pro-

dução. Nós estamos conseguindo sucesso na repressão, mas o mesmo não está acontecendo com relação ao consumo".

## Prefeito tem plano avançado para enfrentar narcotráfico

Enquanto o presidente Bush tem planos de lançar herbicida sobre as florestas peruanas<sup>1</sup>, para exterminar a coca, o prefeito alemão Henning Voscherau, de Hamburgo, apresentou, nos primeiros dias de setembro uma proposta surpreendente: propõe destinar a verba que for necessária, para adquirir drogas, das mais leves às mais pesadas, incluindo heroína, e fazer a distribuição gratuita aos viciados.

O prefeito Voscherau sabe que a máfia das drogas fatura anualmente 500 bilhões de dólares e não há outro caminho para combatê-la senão optando por um tipo de legalização. "E esse é o mais prático e o mais correto, no

meu entender", disse ele.

De outra parte Hans Bergmann, assessor do prefeito, explica: "A idéia é combater o tráfico, segundo sua própria lei, pois 9% dos alemães consomem drogas e a faixa etária dos viciados é cada vez mais baixa".

Hamburgo, segundo Bergmann, é uma das cidades alemãs mais visadas pelos narcotraficantes: somente no primeiro semestre deste ano, 34 jovens foram encontrados mortos nos banheiros públicos, vítimas de superdoses.

<sup>1</sup> O projeto herbicida leva o governo do presidente Bush a um confronto com os guerrilheiros do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Tupac Amaru-MRTA. Os produtos químicos seriam lançados, inicialmente, na região do Alto Huallaga, no Peru.



# Uma fronteira sinistra

As cenas mais cruéis dos filmes de faroeste são um tímido reflexo do que acontece hoje na fronteira entre os Estados Unidos e o México: muitos enriquecem, explorando o desespero de estrangeiros sem documentos e fugitivos da justiça



Aguascalientes: tornou-se histórico o enterro de 18 clandestinos mortos por asfixia num vagão ferroviário

Bob Khan

Doze corpos mutilados, expostos num campo a apenas 20 milhas da cidade de Brownsville, é apenas um dos macabros espetáculos que podem ser presenciados na região fronteiriça, entre o Texas e o México, convertida em terra de ninguém. As vítimas foram, aparentemente, assassinadas por traficantes de drogas que integram uma seita satânica.

O vazio de autoridade é uma realidade em comunidades inteiras, nas quais impera a lei da selva. Desde 1986, quan-

do entrou em vigência a lei de Reforma e Controle de Imigração, nos Estados Unidos, começou a dificuldade de passar a fronteira. Consequentemente, as oportunidades para explorar os imigrantes ilegais se multiplicaram. Os beneficiários são principalmente altos funcionários, policiais, empregados da aduana e outras autoridades dos governos do México e dos Estados Unidos, comprometidos nesse tráfico da miséria. O resultado dessa corrupção pode ser menos espetacular que os assassinatos citados, mas não é menos prejudicial e abrange um espectro de delitos, desde a compra e venda de documentos falsos e mercadorias de contrabando,

até o tráfico de drogas, o roubo e crimes piores.

Um exemplo desse vazio de poder é o da cidade mexicana de Matamoros, de 200 mil habitantes, onde um setor da polícia local organizou um comando para prender imigrantes sem documentação.

**Nova escravatura** – Os policiais roubam das vítimas todos os pertences e, literalmente, “vendem” os imigrantes a contrabandistas – chamados *coyotes* – como “trabalhadores forçados”, um eufemismo para designar uma versão moderna da escravatura.

Pouco tempo atrás, doze imigrantes centro-americanos denunciaram à imprensa, em Brownsville, que tinham sido roubados e vendidos por policiais de Matamoros aos *coyotes*, por 50 dólares cada um. Contaram que permaneceram sob custódia armada num posto policial precário, e que só foram colocados em liberdade depois de pagar 350 dólares, cada um.

River Escoto, um nicaraguense de 17 anos, denunciou que foi preso pela polícia mexicana e vendido aos contrabandistas, que o fizeram trabalhar na fabricação de telhas, durante 45 dias, “carregando areia e preparando o cimento”.



W. Brandy, um contador hondurenho de 23 anos, contou que desembarcou no terminal rodoviário de Matamoros, antes do amanhecer, num dia de fevereiro passado. Tinha os documentos em ordem, um visto que o autorizava a se locomover pelo território mexicano. Mas, a polícia o esperava no terminal: duas viaturas o seguiram por meio quarteirão. Em seguida, o prenderam, junto com o grupo que o acompanhava.

Segundo denunciaram outras vítimas, todos foram detidos numa casa perto do posto policial. Dali, os reféns puderam ver como os policiais, depois de se apoderarem de todo o dinheiro, negociavam a venda das pessoas com os *coyotes*, que pagavam em dólares (tanto à polícia mexicana, como aos funcionários da imigração dos Estados Unidos), cada vez que recebiam novos prisioneiros.

Mas, a corrupção oficial não se detém na margem sul do rio Bravo, que separa o México e os Estados Unidos. Do outro lado da fronteira, dois antigos inspetores dos serviços aduaneiros da cidade de Hidalgo County, 60 milhas ao norte de Brownsville – ambos com 15 anos de trabalho na repartição – foram presos e processados em março deste ano, sob a acusação de suborno e de terem contrabandeado grandes quantidades de maconha através da fronteira. Dezesete cúmplices estão sendo seguidos por agentes norte-americanos da Procuradoria Fiscal, por pessoal da Drug Enforcement Administration-DEA e pelo departamento de vigilância interna da aduana norte-americana.

**Enriquecimentos suspeitos** – A fronteira está cheia de pessoas perigosas, desesperadas, fugitivas da justiça. No meio desse sórdido panorama, qualquer um pode desaparecer ou acabar morto. Amparados nas sombras, os traficantes de drogas fazem fortunas. Grandes somas são oferecidas aos agentes aduaneiros. O comércio de artigos de contrabando e a fabricação de documentos falsos se converteram numa indústria florescente, nessa parte dos Estados Unidos. Os principais favorecidos são jovens de famílias humildes, que optaram por abandonar os estudos secundários para se dedicarem a um



Maquete mostra projeto de fosso a ser construído contra imigrantes na fronteira

“negócio mais rendoso”.

Em Brownsville, dois irmãos, de 15 e 17 anos, respectivamente, venderam papéis falsificados de imigração a muitos centro-americanos, cobrando 100 dólares por documento. Quatro deles denunciaram que os jovens delinquentes utilizaram a fotocópia de um pedido de asilo político, com o nome adulterado no original, mediante o uso de tinta corretora para datilografia. Depois, estamparam no papel um selo da imigração. O documento era inaceitável, mesmo que não fosse falsificado, mas alguns centro-americanos confiaram no ardil.

Um hondurenho de 23 anos, a quem também foram oferecidos os “documentos salvadores”, desistiu de comprá-los, quando viu como os falsificadores apagavam o nome anterior, para escrever o dele nos formulários. Outro hondurenho, de 22 anos, desistiu, quando os irmãos subiram o preço para 250 dólares. Outros, com menos sorte, foram detidos na fronteira e levados à prisão de imigrantes de Bayview, onde duas mil pessoas, nas mesmas condi-

ções, esperam pela deportação.

Os agentes especiais do setor de fraudes, do Serviço de Imigração e Naturalização de Harlingen, Texas, disseram que estão a par do tráfico de documentos falsos e “buscando os portadores”, contou o agente James Knight. “Vamos prender todos os estrangeiros que encontrarmos com esse tipo de documento”.

Para os estrangeiros sem documentos, a situação de “terra de ninguém”, que se vive na fronteira, faz com que qualquer risco futuro, em sua viagem rumo o Norte, pareça uma brincadeira de criança. “Todas as fronteiras são perigosas – diz o contador hondurenho – pois sempre existem crimes rondando as aduanas. Antes de chegar aos Estados Unidos, foi necessário atravessar duas fronteiras: a de Honduras com a Guatemala e a da Guatemala com o México. Mas, a fronteira do México com os Estados Unidos é a pior”.

\* Bob Khan, correspondente da PNS, durante sete anos cobriu temas de imigração e de fronteira para o “National Catholic Reporter”, para o “Baltimore Sun” e outras publicações norte-americanas. Atualmente, integra a equipe de redação do “Brownsville Herald”.



# Legítima defesa

Militantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos fundam entidade para enfrentar o abuso de autoridade que é praticado contra os imigrantes ilegais

Mary Jo McConaham\*



As extorsões contra os interessados em atravessar a fronteira são parte do cotidiano

A violência, que impera ao longo da fronteira entre o México e os Estados Unidos, mobilizou os grupos de defesa dos direitos humanos que trabalham em ambos os países. Representantes de diversos grupos mexicanos e norte-americanos constituíram um Centro de Informação e Documentação, destinado a enfrentar não só os delinquentes que atuam na fronteira, mas, também, as autoridades de ambos os países, que cometam abusos.

"A violência que sofrem os imigrantes motivou as organizações a promover uma 'reunião binacional'", disse John Wilshire Carrera, diretor do Projeto de Estudo sobre Imigrantes, uma coalizão de 23 grupos de defesa do menor, que atua em Boston.

Wilshire pertence a um dos 100 grupos que se reuniram recentemente na cidade de Juárez, do lado mexicano da fronteira, para formalizar o que até agora tinha sido uma entidade binacional desarticulada, que se autodenominou Comissão de Fronteira sobre Direitos Humanos. Em entrevista, os representantes da comissão disseram que tinham sido levados a empreender uma ação conjunta, devido a "uma crescente violação de direitos": mortes, em tiroteios protagonizados pelas autoridades (incluindo a polícia norte-americana e os agentes de fronteira); extorsão e

roubo contra imigrantes, cometidos pelas autoridades mexicanas; detenção ilegal de estrangeiros suspeitos e imigrantes sem documentos, por parte de autoridades norte-americanas; abusos realizados por indivíduos, que, em cumplicidade com altos funcionários, atuam como agentes ou intermediários, para "facilitar" os trâmites daqueles que querem ingressar nos Estados Unidos.

**Unir esforços** - Até agora, a informação relativa aos crimes de fronteira tinha permanecido dispersa, reunida às vezes por militantes de base ou trabalhadores sociais da igreja. Isso dificultou a confirmação de denúncias sobre o aumento de abusos de autoridade e das violações de direitos humanos na fronteira de ambos os países. Por isso, a decisão adotada por ativistas de direitos humanos, de uniformizar a coleta de denúncias, seu processamento e arquivamento das informações com a utilização de computadores.

Em Tijuana, uma das cidades mexicanas da fronteira, o antropólogo Víctor Clark Alfaro, um pioneiro na formação do grupo binacional, caminha pela Avenida da Revolução, no coração do bairro turístico, cumprimentando as mulheres índias. Pobremente vestidas e sentadas nas calçadas, elas vendem pulseiras de

madeira. A maioria é casada com peões rurais, que atravessam a fronteira para trabalhar na colheita de tomates e laranjas, nas grandes plantações da Califórnia.

As mulheres, migrantes de longínquas áreas do interior do México, consideram Clark como uma espécie de protetor. Uma jovem agradece a ajuda prestada por ele, na recuperação de seu irmão pequeno, raptado na rua por uma mulher californiana integrante de uma quadrilha de traficantes, que vendia menores nos Estados Unidos. Outra índia lhe pergunta se deve denunciar um sujeito que estava oferecendo proteção aos vendedores ambulantes em troca de dinheiro.

"Custei a me dar conta de que o meu trabalho se enquadrava no que hoje se chama defesa dos direitos humanos, explica Clark, que há anos dedica sua atuação como advogado à defesa dos índios imigrantes. Em 1986, Clark fundou o Centro Binacional de Defesa dos Direitos Humanos, que começou a funcionar num modesto escritório, na parte superior de uma loja de tapetes. O centro ficou famoso quando publicou um estudo, que documentava a tortura de 108 crianças nas prisões de Tijuana.

Hoje, o centro trabalha com dois grupos na Califórnia: um projeto de



grande porte da igreja católica sobre refugiados, cuja sede está em Los Angeles, e o projeto de fronteira do Comitê do Serviço de Amigos Americanos-AFSC, com sede em San Diego.

De tarde, sobre o dique que faz parte das 300 milhas de fronteira comum, Clark passa uma hora conversando com um rapaz, que aguarda para atravessar a fronteira. A maioria dos que tentam passar a fronteira é expulsa várias vezes. A conversa lhe permite fazer uma avaliação de como estão as coisas do outro lado. Ele pergunta ao jovem, que se mostrava curioso com sua presença ali: "Sabes o que significam os direitos humanos?" O jovem responde que sim. "Significa que existem certas coisas que não podem te fazer, mesmo quando és pobre ou tenhas entrado no país de forma ilegal", resume Clark.

**Crime: aparência latina** – Do outro lado da fronteira, em San Diego, Roberto Martínez, diretor do projeto do AFSC nos Estados Unidos, espalha uma série de fotografias sobre seu escritório. As fotos mostram um agente da Polícia de Fronteiras dos Estados Unidos capturando dois homens que, casualmente, correram até o jardim de sua casa, buscando proteção. Martínez conseguiu enfrentar os policiais com êxito, argumentando que não existiam motivos



Policiais dos EUA envolvem-se em abusos

para prender aqueles homens, a não ser por sua aparência latina. Além disso, os policiais não tinham ordem judicial para entrar em sua propriedade.

Martínez – que há pouco tempo transferiu a sede do projeto, de sua casa para um escritório de três ambientes, equipado com vários computadores – é um exemplo representativo do advogado que sente necessidade de vincular seu trabalho diário, com refugiados e imigrantes, à denúncia, em grande es-

cala, dos abusos na fronteira, para ajudar a reformular tal política.

Para sistematizar a informação que tem em mãos, confeccionou um formulário de constatação de denúncias que, possivelmente, será adotado como modelo pela Comissão Binacional. O formulário exhibe, como símbolo, a foto de um jovem com um corte no rosto, o número do caso, o nome da pessoa, o resumo dos fatos expostos por uma testemunha e um informe médico. O jovem, naquele caso, tinha sido brutalmente espancado pelos policiais da fronteira, de acordo com relato de Martínez.

**Mensagem** – "Queremos enviar uma mensagem ao Serviço de Imigração e Naturalização, apresentando-nos como uma entidade organizada, com capacidade para atuar nos problemas de direitos humanos", afirmou Martínez.

É possível que a mensagem já tenha sido compreendida pelos seus destinatários. O dirigente foi um crítico da Unidade de Fronteiras e de Prevenção de Delitos, constituída pelo Serviço de Imigração e Naturalização-INS e oficiais da polícia de San Diego. De 1984 a 1989, essa unidade esteve envolvida em 40 casos de tiroteios, nos quais morreram 20 pessoas e 32 ficaram feridas. Quando as autoridades decidiram dissolver a unidade, em janeiro deste ano, depois de um incidente no qual duas pessoas foram mortas, o chefe da polícia de San Diego, Bob Bergreen, foi ao escritório de Martínez, pessoalmente, para explicar o que tinha acontecido e os passos que estavam sendo dados, para evitar que esses fatos voltassem a acontecer.

Do lado mexicano, Víctor Clark disse que suas relações com a polícia do México eram tensas. O fato de trabalhar junto com grupos norte-americanos "nos expõe a acusações de intervencionismo", disse. Depois que o centro publicou a denúncia sobre tortura de crianças, um alto funcionário do governo mexicano declarou que o trabalho de Clark estava dirigido a desprestigiar a imagem do México nos Estados Unidos. ●

\* A editora do Pacific News Service-PNS, Mary Jo McCannham, é uma jornalista com ampla experiência em problemas de imigração e temas da América Central.



A questão dos imigrantes ilegais é tema constante nos contatos entre Salinas e Bush



# O destino da integração

Brasília e Buenos Aires discutem o aprofundamento das iniciativas que visam à integração das economias dos dois países, que podem servir de marco à efetivação de um mercado latino-americano

Fernando Mesquita

“S em pressa, mas também sem pausa”. Esta frase poderia sintetizar com perfeição o tom que dominou o Seminário “Integração Brasil-Argentina”, realizado em Goiânia no dia 29 de agosto. Patrocinado pelo governo do estado de Goiás e coordenado por uma equipe do jornal econômico “Gazeta Mercantil”, o encontro reuniu um importante conjunto de empresários, funcionários governamentais e intelectuais de ambos os países para intensa programação de um dia.

É bem verdade que a heterogeneidade das experiências dos diversos participantes proporcionou uma profusão de considerações, com diferentes ênfases. Enquanto os funcionários governamentais e intelectuais buscavam contextualizar, num plano mais teórico, a integração latino-americana como uma necessidade objetiva, imposta pela dinâmica da economia mundial, os empresários preferiam esmiuçar os tropeços e dificuldades que tal integração implica, quando se passa da reflexão abstrata para a selva real dos negócios.

Outra vertente escolheu fixar a significação política e social da integração. Discursando na abertura do seminário, o governador Henrique Santillo, de Goiás, lembrou que a integração latino-americana deve se realizar num sentido horizontal, beneficiando-se de uma ampliação dos mercados agregados, e também num sentido vertical, ampliando a faixa dos beneficiados, porque “seu sentido estratégico é o de resgatar nossos povos da miséria”. O governo de Goiás realiza uma experiência pioneira de integração, através da implantação de uma rede de hospitais



Carlos Menem e José Sarney trocam protocolos, continuando acordos iniciados com Alfonsín

médios, financiados e equipados por capital argentino.

**Construindo a viga mestra** – Um evidente ponto de consenso demonstrado pelo seminário foi o papel decisivo da integração argentino-brasileira como mola propulsora da integração latino-americana. Quanto a isso, não há dúvida possível – a articulação Brasília-Buenos Aires parece ser reconhecida por todos, de políticos a cientistas sociais e empresários, como uma questão essencial, cuja importância está expressa nas diferentes qualificações que recebeu: “viga mestra”, “pedra angular”, “motor da integração”. É perceptível, nessas metáforas, a aspiração a um processo que apresente, simultaneamente, estabilidade e dinamismo.

Dê qualquer forma, em todas as intervenções, e, de maneira mais nítida, nas palavras dos diplomatas presentes, o que transpareceu foi uma grande confiança na continuidade da integração argentino-brasileira. “A integração Brasil-Argentina é um fato necessário há muito tempo”, observou o embaixador Sebastião do Rêgo Barros, subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “mas entravado por uma série de fatores alheios à vontade dos dois governos”. Assinalando que até 1985 as relações entre os dois países eram “corretas, mas superficiais”, Rêgo Barros aponta a Ata de Iguassu, assinada em 1985 pelos presidentes Alfonsín e Sarney, como marco inicial de “uma nova etapa”, caracteri-



zada pela capacidade de "afastar fantasmas" que "não existiam", mas que estavam bloqueando uma necessidade histórica" (para os bons entendedores, Rêgo Barros referia-se às suspeitas mútuas, que Brasil e Argentina nutriram, ao longo da década de setenta, quanto às ambições de um e outro produzirem armas atômicas, desencadeando uma "corrida nuclear no Prata").

Na visão de Rêgo Barros, o diálogo necessário e imperativo foi "propiciado pela emergência de regimes democráticos nos dois países". A partir das mudanças institucionais, houve uma profunda alteração no estado de espírito das relações, possibilitando, nos inícios da década de oitenta, "um grande esforço em negociar em todos os níveis, mesmo em áreas delicadas, contornando a resistência de setores pouco interessados na integração" (ou seja, os setores nucleares de ambos os países).

**Destinos paralelos** – Já em 1985, o Protocolo nº 1 de Integração, válido para bens de capital, possibilitou um aumento de intercâmbio da ordem de 500%. Logo após, a lista de produtos foi aumentada, por iniciativa dos próprios setores privados. Novas iniciativas foram lançadas, no setor de transportes (principalmente terrestre) e, recentemente, no setor alimentício. Esta última representa, até agora, o passo mais ousado: abre, gradualmente e através de cotas negociadas, o mercado dos dois países às suas indústrias alimentícias, estando prevista, para um prazo de dez anos, a eliminação de todas as barreiras tarifárias e, portanto, a integração total num mercado único.

Na base dessas iniciativas, está a confiança sólida de que ambos os parceiros só têm a ganhar com a integração. O princípio de que "tudo nos une, nada nos separa", parece estar permanentemente presente no espírito dos negociadores da integração.

De fato, ambas as nações possuem vastos territórios com zonas intactas, que só agora começam a ser abertas à ocupação econômica. Não há pendên-



A crise argentina levou até a saques, o que torna a integração regional uma necessidade

cias fronteiriças. Suas populações são homogêneas, as línguas semelhantes, suas economias apresentam estágios comparáveis de desenvolvimento. Sua evolução histórica, cultural e política apresenta impressionantes paralelos. Até mesmo a difícil chegada à democracia, nos anos oitenta, pontuada por regimes militares autoritários, que precisaram ser custosamente desmontados, via uma longa mobilização da sociedade civil.

Atualmente, vencidas as resistências mais difíceis, trabalha-se numa ampla gama de setores. No lado argentino, a posse de Menem em nada alterou a opção pela integração. Pelo contrário. A recente visita do recém-eleito presidente argentino ao Brasil foi um ato intencional, no sentido de reforçar a decisão de integração. Rêgo Barros salienta, que "o Tratado de Integração de novembro de 1988 foi ratificado pelos Congressos dos dois países, sem sequer uma dissidência".

Do lado brasileiro, há a convicção de que qualquer que seja o presidente eleito em novembro de 1989, a aproximação seguirá em ritmo crescente. "Não vejo como um presidente eleito possa ir contra esse processo", observa Rêgo Barros. No mesmo sentido e com o mesmo otimismo se pronuncia seu colega, o embaixador Juan Schiaretti, subsecretário de Integração Econômica do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, para quem, definitiva-

mente, "soplan nuevos vientos" (veja quadro).

**Negociando com minúcia** – Naturalmente, obstáculos à integração não faltam. Como em toda experiência pioneira, torna-se necessário ir forjando, na prática, todo um aparato conceitual que norteia um árduo e minucioso processo de negociação.

Um dos problemas que mais tem embaraçado o processo de integração é o déficit argentino no comércio bilateral, atualmente em cerca de 200 milhões de dólares. Com exceção de 1986, quando a euforia consumista do Plano Cruzado levou o Brasil a fazer grandes importações de alimentos, a tendência argentina ao déficit parece ser constante.

Para enfrentá-la, estão sendo feitos novos esforços. Mas, o que se considera significativamente é que, em nenhum momento, se lançou mão de restrição de importações. O que se busca é a criação de mecanismos eficientes de equilíbrio, que não interfiram na expansão do comércio bilateral. Um deles é o "aprofundamento das margens de preferências". "Sempre que o desequilíbrio atinge 8%, globalmente, ou nos seis primeiros meses ultrapassa 20%, renegociamos, nos diversos setores, uma margem de preferência de 15% para o deficitário e de 5% para o superavitário", explica o ministro Samuel Pinheiro Guimarães, chefe do departamento econômico do Ministério das Relações



Exteriores do Brasil. O objetivo dessas tarifas móveis é estimular o equilíbrio, melhorando a posição relativa do lado deficitário. Isto, num quadro de cuidadosas negociações, não raro feitas produto a produto.

"O processo não pode ser medido somente pelo déficit. Mais importante é constatar se o mecanismo de equilíbrio é idôneo, e se verifica aumento de intercâmbio, pois o acordo está feito para que o intercâmbio cresça e não para dar superávit", observa Rodolfo Rua Boieiro, diretor de integração da União Industrial Argentina.

"Não podemos esquecer, que a integração está caminhando com um grande *handicap* negativo, isto é, o momento em que está se dando, um momento de dificuldades, de inflação altíssima e de desordem econômica e social nos dois países", enfatiza Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias-Abia. Mas, trata-se de uma desvantagem que pode se tornar vantajosa. Se formos capazes de consolidar a integração em condições tão desfavoráveis, ela deslanchará com impulso irresistível ao menor surto de prosperidade", argumenta o embaixador Rêgo Barros. "Isto se deu com a integração européia. A partir do primeiro choque do petróleo, na década de 70, houve uma crise muito grave, que só se dissipou com a recuperação econômica, no fim da década".

**Empresários, o elo decisivo** – Precedido pelas experiências multilaterais da Alalc/Aladi, o atual processo argentino-brasileiro de integração apresenta alguns "estimulantes elementos novos", decorrentes, sem dúvida, do amadurecimento das experiências anteriores.

A sua concepção reserva um papel fundamental, desde o início, para a ação empresarial. Concorde-se amplamente que, sem uma adesão firme das principais organizações empresariais de ambos os países e sem uma participação do setor na gestão de todas as fases da integração, nada caminhará. Os empresários são unanimemente reconhecidos

como "o elo decisivo" da integração. Isto quer dizer que está em definitivo superada a época, em que integração econômica era, antes de tudo, uma decisão política, tomada nas cúpulas governamentais e oferecida a *posteriori* à "participação" do empresariado, o que redundava numa "retumbante cena retórica, acompanhada de sólido irrealismo econômico".

Com efeito, os processos multilaterais das décadas de sessenta e setenta acabaram se reduzindo a operações políticas, cujo efeito maior foi o seu próprio anúncio. As dificuldades e os instrumentos para concretização da integração econômica nunca foram atacados de frente. "Criou-se, no passado, uma demasiada expectativa quanto à integração; viu-se a integração não como um instrumento de política econômica, mas, sim, como a política econômica", avalia Rodolfo Boieiro. Na prática, as trocas regionais realizadas no âmbito da Alalc/Aladi permaneceram anêmicas, estacionadas em torno de 12% do total transacionado pela região, gerando, como efeito colateral, a cristalização de mecanismos de exceção nas trocas internacionais, que, no caso argentino-brasileiro, chegou a significar 50% do total negociado.

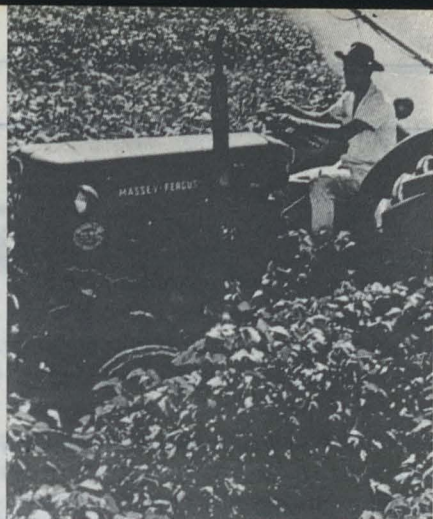
**A engenharia dos negócios** – Apesar do inegável mérito do pioneirismo e da sua significação política, a experiência Alalc/Aladi não foi muito além das intenções. Talvez porque ainda não tivessem se reunido, no continente, as condições objetivas, capazes de desencadear uma necessidade imperativa de integração. Se essas condições já existem, pode ser uma questão ainda em aberto, mas, sem dúvida, o momento encontra uma classe empresarial, em ambos os países, bastante consciente dos dilemas da integração. Cosmopolita, adestrada em operações multinacionais, sintonizada com as novidades tecnológicas e administrativas, capaz de localizar com precisão o seu papel, afirmando autoconfiança na capacidade de competir, a atual liderança empresarial,

tanto argentina como brasileira, parece decidida a tomar a peito uma questão essencial da integração: preencher a abstrata arquitetura política dos acordos bilaterais com a engenharia cotidiana, flexível, empírica dos negócios.

Mas, para estas lideranças, algumas medidas prévias condicionam a possibilidade dessa "engenharia". No seminário, falou-se muito em "clareza das regras do jogo". Com isso, os empresários enfatizam a necessidade vital de uma coordenação de políticas macroeconômicas entre os dois parceiros na área tarifária, cambial, creditícia etc., de modo a garantir, pelo menos por prazo razoável, a estabilidade de condições comerciais. "O obstáculo mais sério à integração é a existência de políticas não-homogêneas nas relações bilaterais", argumenta Rodolfo Boieiro. "Em nada adianta quebrar a cabeça para se fazer um bom negócio, se uma súbita medida, tomada por um dos lados, por exemplo, na área cambial, anula completamente a competitividade inicial".

**Entre ousar e hesitar** – De fato, a crônica instabilidade econômica dos dois países, dramatizada por altíssimas taxas de inflação, que sucessivos "planos de estabilização" não têm conseguido derrubar, parece ser um elemento fortemente inibidor dos negócios bilaterais. "Nossa indústria gira 12 bilhões de dólares, é sete vezes maior que a Argentina. Há uma evidente vantagem para ambos os lados numa associação, pois produzimos inúmeros itens que faltam lá. Já fizemos inúmeros contatos, viagens, há um enorme interesse, mas, na hora H, os negócios não acontecem", lamenta Carlos Mariani Bittencourt, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Químicas-Abiquim. "Quando avaliamos as vantagens da soma de recursos e competência técnica das grandes indústrias, tanto argentinas, quanto brasileiras, em nosso setor, decidimos que era melhor pecar por fazer do que por não fazer", recorda José Luiz Menghini, diretor do grupo argentino Pescarmona S/A, cujo carro-chefe é a pro-





A agropecuária abre amplas possibilidades

dução de equipamentos para hidrelétricas. Tomada a decisão, a Pescarmona começou a buscar, sistematicamente, sócios brasileiros. Fazendo uma retrospectiva das dificuldades encontradas, Menghini enumerou algumas "pérolas" que ouviu de empresários de ambos países, céticos quanto às possibilidades da integração: "A diferença de custos e de economias de escala vai nos arruinar" (empresário argentino); "Estamos trocando uma fazenda por um quintal" (empresário brasileiro); "Quem vai lucrar com tudo isso é unicamente o setor de transporte" (idem). Menghini conta que, "inevitavelmente", os esforços para uma associação com empresas brasileiras se chocaram com obstáculos burocráticos "labirínticos", nos dois países, sem falar na lentidão exasperante dos trâmites dos documentos necessários, de modo que, "afinal, a associação aconteceu, mas, não no Brasil, nem na Argentina. Atualmente, operamos associados com empresas brasileiras em dois empreendimentos: uma hidrelétrica no Chile, com a Siemens do Brasil, e outra em Oklahoma, EUA, com a Villares. E pretendemos, apesar de tudo, seguir firmes com a política de associação".

Talvez o relato mais sugestivo tenha sido feito pelo engenheiro Rafael Kohanoff, presidente da Confederação Geral da Indústria, uma influente associação de pequenos e médios empresários argentinos. Kohanoff contou que, logo após a assinatura do recente tratado com a Itália, objetivando o apoio à média e pequena empresa argentina, a partir da experiência italiana, verificou que a atitude dos poucos associados que tinham conhecimento do Tratado era negativa, no sentido de temer que "a concorrência européia vai nos arruinar". Estupefato, Kohanoff descobriu, que a grande maioria dos associados não tinha a menor idéia do que era o tratado e quais as vantagens que ele poderia proporcionar. Decidimos, então, a partir da entidade de classe, esclarecer a questão para os associados". Kohanoff viajou por todo o país, realizando palestras para dezenas de grupos de

empresários e estimulando-os a colocar suas propostas de negócios no papel. "Recebemos umas quinhentas propostas. Não sabíamos como fazer. Chegamos a pensar em colocar anúncios nos jornais italianos do tipo: pequeno empresário argentino, com idéias promissoras, procura sócio italiano, etc.. No fim, acabamos elaborando uma espécie de dossiê de cada empresário". Cerca de 200 desses dossiês foram enviados para a associação congênere da Itália, com o objetivo de servirem de ponto de referência para empresários italianos interessados. "As respostas não tardaram", conta Kohanoff, "e alguns negócios já aconteceram. Certos negócios não têm nada a ver com a proposta inicial. É que o simples contato com a realidade da pequena e média empresa italiana, muito mais evoluída, possibilitou uma modificação de visão e um precioso aprendizado para o empresário argentino".

Kohanoff acredita que, a grande empresa, "sem dúvida", tem um papel econômico básico na construção da integração. Mas, na sua visão, a pequena e média empresas, pela sua enorme capacidade de gerar empregos, pela sua simplicidade, flexibilidade e criatividade, podem garantir efeitos de estabilidade social e distribuição de renda muito importantes. Na sua proposta, a viabilização desta participação pode ser conseguida, através de "núcleos empresariais dinâmicos", que, constituindo verdadeiras redes de pequenas e médias empresas, operariam orientados pelas entidades de classe.

## Uma nova reflexão teórica

Organizar-se para competir

Vista num enquadramento panorâmico, a economia mundial, na última década do século, caracteriza-se por um intenso dinamismo, capaz de "gerar rápidas mudanças nos cenários internacional, regional e interno". Para o embaixador Felix Peña, gerente de integração do BID, qualquer reflexão sobre a realidade contemporânea tem que partir dessa constatação. "A Europa de 1992 e a perestroika soviética são os exemplos mais nítidos, que anunciam tais mudanças e ilustram as novas tecnologias e estruturas administrativas em emergência".

Citando um estudo, que avalia os "custos da Não-Europa", Peña reivindicou para a América Latina a definição do que chamou de "uma agenda do fim do século", que terá que enfrentar um tema central: "como nos organizarmos para competir".

"Esta organização", acrescentou, "supõe o surgimento de uma nova cultura, a cultura da integração que, superando os limites nacionais, é capaz de combinar competição, quase no sentido desportivo, com negociação, redundando num grande esforço administrativo e inovador, tanto a nível macro, no Estado, como a nível micro, nas empresas. Competir é o *leit motif* do futuro".

**Administrando a megadiversidade** – A necessidade de uma decisiva mobilização das sociedades latino-americanas, para acompanhar o ritmo das transformações econômicas internacionais foi uma constante na intervenção de todos os participantes do seminário. Procu-



rando sintetizar o perfil dessas transformações, o economista brasileiro Alfredo Costa Filho, diretor do Ilpes, instituto sediado em Santiago, patrocinado pela ONU e voltado a estudos econômicos e sociais na área latino-americana e caribenha, destacou os seguintes pontos: maior participação do insumo informação (cibernetização) nas plantas produtivas, diminuindo a influência de fatores como matérias-primas e capital; aceleração do processo de inovação; mudança dos coeficientes técnicos de produção; grande variação na produtividade do trabalho, que vai da faixa de 300/400 dólares até cerca de 70 000 dólares; extensão e diversidade da participação da economia informal nas economias nacionais, uma taxa que vai de 35% a 65%.

"Em consequência", concluiu, "as sociedades latino-americanas entrarão, na década de 90, muito mais complexas na sua estrutura e nas relações entre seus agentes. Quase com certeza, o futuro verá o aumento da brecha entre a necessidade de governo e a capacidade de governar."

**Oitenta, a década perdida** – O último ano da década de oitenta já permite esta constatação: para a América Latina, os últimos dez anos foram simplesmente perdidos. Nesse período, o continente marcou passo ou mesmo regressou. Esta regressão está não só transparente em todos os índices econômicos e sociais, como assume um rosto dramático, evidente, por exemplo, nas recentes crises eclodidas na Venezuela e Argentina.

Países tidos como razoavelmente prósperos, capazes de atender às expectativas de uma classe média crescente, cujo padrão de vida "intermediário" destacava-se, substancialmente, da média do Terceiro Mundo, Argentina e Venezuela foram atingidas em cheio pela crise da década de oitenta, a ponto de sofrerem explosões sociais típicas de países situados aquém da "linha de miséria absoluta".

As ocorrências venezuelana e argen-

tina, porém, podem ter chamado a atenção pelo seu ineditismo, mas não configuram, nem de longe, as situações mais graves. Na verdade, durante a década, a miséria se espalhou, com a força de uma epidemia, por todo o continente. Um só índice, o mais corriqueiro, aliás, basta para mostrar isso: dos 38 países da região, apenas 4 terminam a década com aumento da renda per capita.

Mais de trinta anos após as solenes declarações de intenção desenvolvimentista da época de Kennedy e da Aliança para o Progresso, a América Latina termina mais uma década com 80% das suas exportações ainda constituídos por produtos primários. O índice de crescimento das suas exportações foi de 1,7%, um terço da média mundial. O continente ficou à margem da prosperidade e do notável aumento do comércio mundial no período.

Mas, nem por isso deixou de sofrer os efeitos de um conhecido mecanismo, de matriz colonial: a deterioração dos termos de troca, através da baixa constante do preço dos seus principais itens de exportação. Para receber 100 em unidade monetária, no começo da década o continente precisava exportar 70 em unidades físicas; no fim, para receber os mesmos 100, 125 unidades. Ou seja, a exportação aumentou em volume físico, sem a correspondente com-

penção financeira. Isto atesta a permanência de uma situação, cujas raízes estão no modelo colonial luso-espanhol e que tem acompanhado os países latino-americanos desde a independência.

**A diversidade do futuro** – A permanência de pontos de estrangulamento ao desenvolvimento é dramatizada pelos desafios lançados pelas transformações em curso. "O mundo caminha para constituir um conjunto de fortíssimos blocos, uma sociedade internacional multifacetada e multiorganizada, para a qual a capacidade de competir e negociar é um dado absolutamente vital; uma sociedade com padrões totalmente diferentes dos das décadas de 60 e 70", adverte o diretor do Ilpes.

"O futuro será cada vez mais distinto, com mudanças cada vez mais rápidas, graças às contribuições da cibernética, da informática, dos novos materiais. O impacto da Revolução Agrícola durou dois milênios; o da Revolução Industrial, dois séculos; o da informática, quarenta anos. Acredito que a década de 90 sofrerá em cheio o impacto da biotecnologia". Para o diretor do Ilpes, o futuro será cada vez "mais distinto e imprevisível. Basta lembrar a observação de Agnelli, presidente da Fiat, de que, em quatro anos, 80% dos seus produtos deverão estar obsoletos".

**O desafio latino-americano é o de organizar-se para enfrentar o estrangulamento**





# No movimento da História

A integração econômica responde às necessidades da nova tendência mundial



Schiaretti: tecnologia e blocos econômicos regem o futuro das relações mundiais

O diplomata Juan Schiaretti é subsecretário de Integração Econômica do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e desempenha papel importante nas negociações com o Brasil. Vê Brasil e Argentina desencadeando um processo que deverá incluir, paulatinamente, outras nações do continente, melhorando a posição latino-americana frente ao capital transnacional. Veja, a seguir, a entrevista que o diplomata portenho concedeu a **terceiro mundo**.

Particularmente o mundo anglo-saxão costuma caracterizar a América Latina como "o continente da retórica". Este fato foi até mesmo referido aqui. Mas na sua exposição, assim como na de outros participantes, transparece um clima de muita confiança, ainda que cautelosa, nesse processo de aproximação argentino-brasileiro, que tomou impulso a partir de 1985. Até que ponto esse processo não tem como base uma relação pessoal de confiança mútua e de sintonia entre dois presi-

dentos, Sarney e Alfonsín, e agora Menem? Não seria uma base demasiado frágil, para se considerar este processo como consolidado?

— Quando nos falamos, a nós latino-americanos, de retórica, é preciso recordar que a idéia de integração é um sonho que nos é muito caro. Ao longo da nossa história comum, sempre se falou da necessidade de integração. Isto sempre aconteceu, mas no mundo das idéias, das aspirações. Agora, aconteceram fatos novos no mundo: a formação de blocos econômicos e a revolução científico-técnica, que está mudando o próprio processo de produção de bens e que está gerando novos blocos econômicos. Este novo fato vem se unir — e com razões que podemos chamar de objetivas — a nossos anelos e sonhos da integração. Então, a integração passa a ser uma necessidade objetiva de nossos povos e países. Por isso, podemos perceber que "soplan nuevos vientos", como se diz em espanhol. Isto, a gente percebe em todas as reuniões, na von-

tade de todos os presidentes, na vontade de todos os partidos políticos, enfim, na vontade de todas as formas de expressão das distintas sociedades. Eu diria que, hoje, podemos e até mesmo estamos obrigados a ser muito mais otimistas em relação à integração, graças a estes novos ventos.

No caso do Brasil e Argentina, esse processo resistiria a uma eventual quebra da normalidade institucional num dos dois países?

— É indubitável, que o sistema institucional desempenha um papel preponderante em todo o processo de integração. Basta olhar o exemplo da Europa. Quando os regimes políticos foram se homogeneizando, é que o processo de integração foi caminhando mais facilmente, pois esta homogeneidade é uma condição prévia para a integração. Eu não me preocuparia acerca de mudança de regime político. Vejo que nossos povos realizaram uma longa e dura caminhada em direção à democracia, sem dúvida o melhor sistema político que a humanidade conhece, e não vejo no horizonte perigo ou possibilidade de mudança do sistema democrático em nossos povos. Creio que a democracia é um valor muito caro para nossos países.

Brasil e Argentina têm economias em estágio bastante semelhante, portanto têm vias fáceis de integração conveniente para ambos os lados. Esse processo parece, como foi aqui referido, estar em vias de adquirir uma "massa crítica". Isso não poderá, paradoxalmente, na medida em que essa integração se desenvolva, dificultar a possibilidade da integração dos demais países latino-americanos?

— Não. Penso que não. Este novo modo bilateral de integração substituído com maior êxito — a prática está provando isso — o multilateralismo no processo de integração. Mas, eles não são antagônicos entre si. Acontece, que, no multilateralismo, levando em consideração que as diferentes economias de nossa região têm distintos graus de desenvolvimento, o máximo ponto de



acordo é o da economia menos desenvolvida do conjunto. Isto é o que tem acontecido com todas as experiências de integração, que a América Latina tentou. Foi importante, porque avançamos, nos compramos mutuamente coisas, avançamos na substituição de importações, que vinham de outras regiões do mundo, por produção regional. Mas, também é importante que existam novos instrumentos, como é o caso da opção bilateral, que aprofundem essas possibilidades, lhes dêem maior volume e velocidade. Não vejo nenhum risco ou impedimento de que os demais países da região se incorporem à essa dinâmica. Pelo contrário, é o desejo fundamental que foi manifestado pelos presidentes dos nossos dois países, pela totalidade da classe política, que se atinja a integração total da América Latina. E pensamos que a integração entre Argentina e Brasil é o "motor", como dizemos, da integração, ou seja, é o caminho que vai assinalando rumos, para que se incorporem os demais países.

O fato da integração Argentina-Brasil não significa que os dois vão dar as costas à América Latina. Pelo contrário: é fundamental que todos os demais países latino-americanos se incorporem, e se incorporem tendo vantagens para todos. Pois, se não há vantagens para todos, não é integração.

*As transnacionais têm um peso muito grande na economia dos nossos países. E elas têm suas estratégias de integração em escala internacional, a partir de uma perspectiva que não coincide, necessariamente, com a dos governos latino-americanos. Isto não poderá gerar pontos de resistência à própria integração?*

— Não vejo problema. Nossos países e toda a América Latina, começando esta caminhada, se transformam num bom mercado, para quem tenha capital produtivo de risco e queira investir aqui. Se, às vezes, as estratégias de um e outro lado podem apresentar contradições, não vejo que elas não possam ser resolvidas. E, na medida que exista algum tipo de contradição, será o caso de

nos sentarmos à mesa, discuti-la e resolvê-la. Tenho uma posição otimista quanto a isto.

Nós, na Argentina, por exemplo, estamos tomando medidas para que o capital estrangeiro tenha um tratamento igual ao capital nacional. Pretendemos garantir que, quem realiza investimentos assumindo riscos, possa utilizar plenamente os lucros realizados. E, sem dúvida, a América Latina constitui, potencialmente, um mercado muito bom para investimentos de risco.

*As relações especiais, que existiram ao longo da história recente entre os Estados Unidos e América Latina, e a eventual integração de Cuba a este mercado latino-americano não poderiam constituir um incômodo ponto de fricção?*

— Veja bem: no mundo, hoje, existe um processo de distensão entre os Estados Unidos e a própria União Soviética. São os Estados Unidos que estão investindo na União Soviética, e, na última reunião do Grupo dos Sete, o próprio presidente norte-americano falou na importância do mercado do Leste Europeu. Então, se há esta nova situação mundial, não vejo porque a incorporação de Cuba, que é um irmão latino-americano possa criar um ponto de atrito com os Estados Unidos.

*E a posição norte-americana, em relação a estes esforços, como tem sido? Estímulo, neutralidade ou desencorajamento?*

— Percebo que os Estados Unidos olham com muito interesse o processo de integração da América Latina. De maneira nenhuma se pode perceber alguma atitude de desencorajamento. Acredito que a tendência é de apoio. Eles, acredito, darão cada vez mais apoio, quanto mais nós formos realizando, concretamente, a integração. Aliás, reafirmo que o processo de integração, que ora Argentina e Brasil começam a desenvolver, tem impulso próprio. Nosso governo acredita que a integração vai caminhando. Sopram novos ventos, que nos levarão a nosso destino comum. •

## Reorganizar a produção

**A América Latina tem à frente o desafio cada vez mais grave do atraso e do acúmulo de frustrações econômicas e sociais**

**A**lfredo Costa Filho é diretor do Instituto Latino-Americano e do Caribe para Planejamento Econômico e Social-Ilpes. A **terceiro mundo**, ele afirma sua convicção sobre a importância e urgência do processo de integração regional, como a forma mais dinâmica de promover o desenvolvimento na América Latina.

*O pensamento sócio-econômico latino-americano, das décadas de cinquenta e sessenta, viveu a convicção de que um esforço de industrialização era a chave, para que os países do continente decolassem rumo ao desenvolvimento. Isto não se revelou verdadeiro e chega-se a falar da década de oitenta como uma "década perdida", apesar de ter ocorrido, nos últimos trinta anos, um substancial aumento do produto industrial dos países da região. Será que agora, no limiar dos anos noventa, não estaremos elaborando num erro do mesmo tipo, ou seja, encarando a integração como uma nova "chave milagrosa" para o desenvolvimento?*

— Do nosso ponto de vista, do Ilpes, a industrialização continua ocupando, evidentemente, uma posição medular, no que a gente poderia chamar de "esforço de reestruturação produtiva". Mas, hoje em dia, a articulação entre agricultura, indústria, e serviços tem um caráter muito mais integrado do que tinha há algumas décadas. Não obstante, entendemos que é fundamental que alguns segmentos produtivos se modernizem, seja em agricultura, mineração, serviços, na indústria, e realmente operem com tecnologia de ponta. Mas, isso não bastará para dar às nossas economias um caráter de dinamismo, que





Costa Filho: reintegrar marginalizados

permita incorporar os que se marginalizaram. Esse é o problema fundamental. Nós estamos absolutamente convencidos de que, na relação atual capital/emprego, não é possível nenhuma taxa de crescimento que incorpore os três tipos de marginalizados: os que foram marginalizados até 1979, quando essa região cresceu, durante duas décadas, num clima de bonança; os que foram marginalizados, a partir dos anos oitenta, durante uma depressão mais severa; e os que continuaram sendo retirados da economia regular, como consequência de um modelo tecnológico não criador de empregos.

Atualmente, num mundo de inovação tecnológica vertiginosa, nós temos uma taxa de inovação local extremamente lenta. E temos um verdadeiro surto de economia informal. Pode-se considerar mesmo que houve um desenvolvimento da economia informal, na década de oitenta, como uma resposta defensiva à própria depressão. Do ponto de vista do Instituto, a América Latina teria impulso suficiente para reverter esta tendência, através da integração?

— Entendemos que haverá que conviver, nos próximos anos, com uma situação fortemente heterogênea. Isto, no sentido de que é imperativo ativar e modernizar alguns setores e inseri-los genuinamente na economia mundial. E, igualmente, continuar trabalhando com os setores que existem, nos níveis tecnológicos que sejam — não é possível desmobilizá-los — e ir tentar, progressivamente, ajustá-lo às novas condições de competitividade e de organização produtiva. E, fora disso, há que trabalhar de uma forma distinta o problema das necessidades básicas. No fundo, haverá que avançar, no sentido de tornar o setor marginalizado capaz de produzir, pelo menos, os bens básicos que consome. Isto, na linha do que o México fez, incorporando, no artigo 25 da sua constituição, o conceito de um setor social entre o setor público e o setor privado tradicionais.

Isto não seria uma forma de cristalizar, ainda que de forma positiva, uma economia dual, típica, inclusive, da época colonial?

— Nós achamos que não é um problema de dualismo, porque há uma perfeita funcionalidade entre os dois setores. Inclusive, até mesmo uma forte imbricação. Os novos esquemas de produção, de repente, permitem que um produto moderno na sua comercialização, computadorizado na sua forma de administração, tenha na base da produção de alguns dos seus elementos um tipo de trabalho praticamente informal. Algumas indústrias de lã, outras de sapatos, têm funcionado mandando a matéria prima à casa do trabalhador — quase como se fosse uma reviviscência das corporações de ofício — e isto tudo se articula de uma forma muito veloz, muito ágil num processo absolutamente moderno de controle da produção, de distribuição, assim como de observação da demanda e do consumo, estando cibernética a escala de organização. Em suma, não falamos de dualismo, porque observamos uma articulação muito estreita entre economia informal e formal.

Só para se ter idéia da magnitude: segundo um estudo recente do BID, divulgado em fevereiro do ano passado, o número de empregos terá que duplicar entre 1985 e o ano 2000, na América Latina. Isto significa que a dinâmica de estrutura de idades que já atua, que é paramétrica e não se pode alterar, vai produzir uma influência crescente de população em idade economicamente ativa.

Desde o pós-guerra, temos, na América Latina, como modelo a ser atingido, o padrão de consumo e o estilo de vida dos

chamados países desenvolvidos. Mas, se fizermos um balanço dos recursos à disposição da América Latina, da sua capacidade de responder às suas demandas, talvez fique clara a impossibilidade de se atingir esse patamar. No entanto, todos os formuladores de política sequer mencionam tal possibilidade. Como é que seu Instituto vê a questão?

— Esta é a tese, que nós batizamos de “modernização como destino”, ou seja, a tendência irrefreável à prática de padrões modernos de consumo. Essa corrente entende, que isso se conseguiria com a inserção das economias nacionais no fluxo mais dinâmico da economia mundial. O que nós entendemos é que este destino costuma ser mal distribuído. Ou seja, nós estamos há duzentos anos da Primeira Revolução Industrial, e há uma série atividades que se fazem ainda sem nenhuma mecanização. Havia, em 1979, dois terços da população rural e um terço da população urbana abaixo da linha de pobreza. Esses números só fizeram crescer durante a década de oitenta. A esta altura, supor que toda essa massa poderia se incorporar, via introdução de tecnologias novas, no aparelho produtivo nos parece, no mínimo, uma hipótese demasiado heróica. Vamos conviver, durante os anos noventa, com situação muito heterogênea, em que é fundamental continuar insistindo na modernização em certos segmentos e, paralelamente, é fundamental atender necessidades básicas, que não serão provavelmente atendidas, exclusivamente, via mecanismo de mercado.

Na experiência do Mercado Comum Europeu, foi colocada como condicionante fundamental de participação, virtualmente decisivo, a normalidade democrática. Será que, no caso da América Latina, a tendência crônica à instabilidade institucional não oporia dificuldades quase incontornáveis ao sucesso da integração econômica?

— Isto daria para quatro horas de entrevista... ●



# Fim da trégua

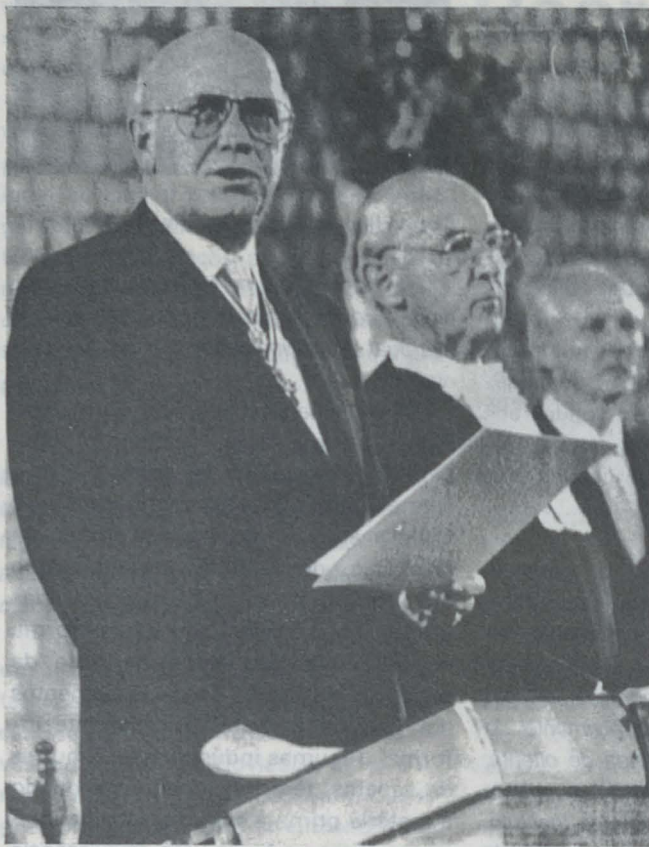
**Teses e estratégias explicam a guerra, que o grupo rebelde, sustentado pela África do Sul e estimulado pelos Estados Unidos, insiste em manter**

Felisberto Manuel da Costa

O rompimento do cessar-fogo em Angola, oficializado pela Unita em fins de agosto – dois meses depois de firmar um acordo de trégua em Gbadolite, no Zaire, ante vinte chefes de Estado africanos – remete os angolanos para uma desencontrada paz sonhada. O comunicado de rompimento do acordo foi distribuído em Lisboa, com assinatura do líder da organização, Jonas Savimbi, e anuncia, com vagos argumentos ideológicos, que quer continuar a guerra até o fim, isto é, se aposar do poder em Angola pela força.

O governo norte-americano, único a assumir publicamente o apoio à Unita, ainda não se pronunciou sobre o mais recente lance de Savimbi. O silêncio das autoridades de Washington tem sido notado, também, quanto ao processo de independência da Namíbia, onde tropas arregimentadas pela África do Sul estão intimidando populares, para que não votem na Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo, a organização favorita para vencer as eleições de novembro naquele território.

**Insinceridade** – Curiosamente, enquanto vinte chefes de Estado africanos conseguiram, em junho, um acordo de cessar-fogo entre o presidente angola-



De Klerk, novo presidente da África do Sul

no e o líder rebelde, continuava a circular, na Jamba – quartel-general da Unita, na extremidade do sudeste angolano – uma cartilha de orientações políticas de Savimbi, preconizando a tomada do poder pela força como solução final do conflito angolano.

Savimbi mandou-a distribuir, clandestinamente, apenas aos seus mais próximos colaboradores, mas, ainda assim, a existência do documento vazou para a imprensa portuguesa. O documento-programa ensina a “reprimir o MPLA”, depois da tomada do poder. Como para Savimbi o MPLA, partido governante, representa uma classe e a Unita, outra, a solução do problema angolano viria com uma acirrada luta de classes. Nas teses defendidas pelo líder rebelde, em que se incluem claras posições racistas, a Unita representaria o “povo negro angolano oprimido”, enquanto o MPLA seria a “classe de mu-

latos dominadores”.

Parece que o engajamento do presidente Mobutu, do Zaire, como mediador dos acordos de Gbadolite, levou Washington a requisitar os serviços do octogenário presidente costa-marfinense Félix Houphouët-Boigny, um rico fazendeiro, que detém a presidência vitalícia de seu país e, aparentemente, tem interesse pessoal no fracasso da mediação de Mobutu.

A política de Washington para o Sudoeste africano, de resto, é uma faca de dois gumes. A Casa Branca aplaude a ação armada como solução em Angola, mas, na

África do Sul, com a ação militar do Congresso Nacional Africano-CNA, a guerrilha nacionalista urbana. Outra contradição: os EUA reivindicam a partilha do poder em Angola, mas não têm opinião, quando se trata do regime de Houphouët-Boigny, na Costa do Marfim, onde subsiste uma ditadura de três décadas.

Aparentemente, a estratégia de recuo da Unita obedeceu à estratégia global dos EUA: obter dos países africanos o reconhecimento tácito de que é uma força política. A reação angolana ao rompimento do cessar-fogo tem sido marcada pela cautela. Há nítida vantagem diplomática do presidente Eduardo dos Santos, cujo prestígio e personalidade já contagiaram o continente.

Cabe aos Estados Unidos e a Jonas Savimbi livrarem-se da responsabilidade pela continuidade da guerra em Angola.



# Às vésperas da independência

As eleições namibianas realizam-se no início de novembro, num clima de intensa expectativa e sob a tensão de ser o processo de independência administrado, na prática, pela colonizadora África do Sul



Toivo Ja Toivo, secretário geral da SWAPO, beija a sua terra ao voltar do exílio

**S**e tudo correr como previsto, novembro marcará o primeiro passo independente da Namíbia, deixando para trás mais de um século de colonização alemã e sul-africana, um processo de libertação que se completará, segundo o cronograma estabelecido pelas Nações Unidas, no dia 1º de abril de 1990.

Mas, apesar de já durar seis meses o processo de transição – incluindo a presença de um administrador e de uma força da ONU, o retorno de 41 mil exilados e a ação política da Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo – o caminho não está sendo percorrido sem riscos.

O líder da Swapo, Sam Nujoma, já denunciara – antes mesmo de voltar ao país, na segunda semana de setembro – os variados planos sul-africanos para atrapalhar o processo de independência e, sobretudo, impedir a vitória da Swapo, prevendo mesmo o assassinato de lideranças do movimento de libertação (veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição nº 123, p. 17: “A agenda secreta de Pretória”).

O próprio Nujoma, ao voltar no dia 14 de setembro, passou a observar estritas medidas de segurança, pois sabe que é um dos alvos. O retorno do líder da Swapo ocorreu sob o impacto do assassinato de um dos mais graduados dirigentes da organização, Anton Lubowsky, um advogado branco, morto a tiros em Windhoek por um grupo de desconhecidos, enquanto recrudesciam

as denúncias de pressões e ameaças de grupos paramilitares ligados aos sul-africanos contra eleitores da Swapo, principalmente na região norte do território.

Já no final de agosto, o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas emitira uma recomendação especial, exigindo a plena observância das normas estabelecidas pela Resolução 435 sobre a independência namibiana. Foi uma advertência direta à África do Sul, devido aos inúmeros casos de desobediência aos acordos para a transição. A ONU frisou a necessidade de que os sul-africanos desativem, em definitivo, todas as forças paramilitares e étnicas, especialmente a tristemente célebre Koevoet, a polícia antimotim sul-africana, cujos membros foram incluídos na nova Polícia da África do Sudoeste-Swapo. A ONU exigiu que a estrutura de comando daquelas organizações sejam extintas, afinal, como já deveria ter ocorrido desde o início do ano.

A situação comprova o nível de resistência que a África do Sul opõe ao projeto de independência. Essa sabotagem é facilitada pelo esquema de gerência da transição, que dá ao administrador colonial sul-africano, Louis de Pienaar, o direito de iniciativa, cabendo ao representante da ONU, Martti Ahtisaari, uma espécie de poder de veto, mas que implica penosas negociações, que retardam providências e deixam o campo aberto à desestabilização. ●

Procópio Mineiro

## A volta de Nujoma

Depois de 30 anos de exílio, o líder da Swapo desembarcou em Windhoek no dia 14 de setembro, sendo recebido por uma multidão de dezenas de milhares de namibianos vestidos com roupas nas cores azul, vermelho e verde – as cores da bandeira da organização guerrilheira, que abriu a luta de libertação há 23 anos.

Sam Nujoma, de 60 anos, exilou-se em 1960, inicialmente na Tanzânia, após ter fundado a Swapo, com outros nacionalistas. A partir de 1975, Nujoma fixou-se em Angola, aproveitando as novas condições políticas da ex-colônia portuguesa, que chegou à independência.

Ao líder da Swapo cabe um papel decisivo nas eleições de novembro e no trabalho de estruturação do novo país. Ele está dirigindo pessoalmente a campanha eleitoral da organização, que deverá fazer maioria na Assembleia Constituinte a ser eleita agora em novembro, o que será determinante para a candidatura presidencial de Sam Nujoma. Como exige a lei, o próprio Nujoma teve que comparecer ao tribunal eleitoral, dias após o desembarque em Windhoek, para inscrever diretamente seu nome. Passadas as eleições, a tarefa de administrar um país borbulhante de problemas e dependente da África do Sul exigirá, organização e competência.



# O plano de Shamir

Quase um ano depois da proclamação do Estado palestino pela OLP e a quase dois do início da Intifada, Israel insiste em desconhecer a mudança dos ventos e tenta consolidar a dominação nos territórios árabes



Às pedras dos escolares palestinos, o soldado israelense responde com disparos de fuzil

*Matti Peled\**

**A**s decisões adotadas pela OLP, na última reunião do Conselho Nacional Palestino, alteraram a posição relativa dos adversários no conflito árabe-israelense. Enquanto a OLP surge agora impulsionando o processo de paz, Israel converteu-se, lamentavelmente, num ator que se nega a rever as posições de hostilidade contra o povo palestino e seus dirigentes.

A repercussão dessa profunda mu-

dança nas posições dos antagonistas tem consequências muito importantes para ambos. Por todo o mundo, multiplicam-se as expressões de simpatia e apoio às legítimas aspirações do povo palestino à independência e liberdade. Já a intransigência de Israel levou até mesmo aliados firmes a duvidar da sinceridade das suas declarações de que pretende acabar com o conflito e trabalhar pela paz no Oriente Médio.

Está claro para todos que a Intifada é uma forma legítima de resistência pacífica contra os 23 anos de ocupação israelense dos territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia. E isso lhe garante a

simpatia internacional. O tipo de repressão utilizado pelo exército e polícia de Israel, para apoiar a administração militar dos territórios ocupados, transformou-se em um crime contra a humanidade.

No interior de Israel, é crescente o repúdio da opinião pública contra a política governamental para enfrentar a situação. Cada vez mais cidadãos israelenses reconhecem que a única solução para o conflito é a negociação direta com a OLP, e numerosos jovens negam-se já a participar da repressão militar contra a Intifada.

Nesse contexto, as consequências econômicas da política de ocupação e repressão converteram-se num peso insuportável para a economia israelense, que, após um período de relativa recuperação, voltou a cair num processo de inflação e recessão. Sem dúvida, a Intifada acelerou este processo.

**Proposta inócua** – Ante a situação inédita, o governo israelense sentiu-se obrigado a apresentar alguma iniciativa



Exército explode casas de palestinos





O bloco direitista Likud, de Itzak Shamir, é contra o diálogo de paz e o Estado Palestino proclamado pela OLP de Yasser Arafat

nova, sem que, em verdade, represente qualquer possibilidade de mudança. O gabinete aprovou, em maio, a proposta de realizar eleições nos territórios ocupados, nome, aliás, que induz a certa confusão. Já que se trata da única reação israelense a quase dois anos de Intifada, a proposta merece ser analisada com muita atenção.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que não está dirigida a ninguém em particular. Em consequência, ninguém se sente obrigado a dar-lhe uma resposta. Em segundo lugar, ao contrário do que muita gente crê, o documento não se propõe a buscar uma solução para o problema palestino, mas apenas a fazer uma paz com a Jordânia. Isto é afirmado quatro vezes na proposta, o que permite evitar qualquer erro de interpretação. O que não fica claro é o motivo pelo qual a paz entre Israel e Jordânia impõe eleições nos territórios ocupados.

A idéia de um processo eleitoral pressupõe três elementos: um objetivo final, uma plataforma política e candidatos. Na proposta, não existem indicações de qualquer desses elementos. Insinua-se que, em documento à parte, serão divulgadas as condições para a realização das eleições. Até agora, o documento não saiu. Mas, existem na iniciativa original alguns elementos orientadores. O objetivo das eleições seria – de acordo com o que se declara – buscar a paz com a Jordânia e achar uma solução para os “árabes da Judéia, Sa-

maria e Distrito de Gaza”, assim como para os “refugiados” dessas regiões. Também se lê que Israel se opõe ao estabelecimento de “outro Estado palestino na região, entre Israel e Jordânia”.

Isto é uma novidade. Até agora, formavam um pequeno grupo no Likud, sob liderança do general Ariel Sharon – o que comandou a invasão ao Líbano, em 1982 – os que sustentam que o Estado palestino é a Jordânia e que o anseio da OLP significaria um segundo Estado. Desde o lançamento da proposta israelense em maio, sabe-se, então, que esta interpretação tornou-se a posição oficial do governo, isto é, do Likud, do Partido Trabalhista, etc.. Mas, obviamente, não é a posição do rei Hussein, nem do governo da Jordânia.

Outra premissa do documento é que não haverá negociações com a OLP, nem “qualquer modificação no estatuto da Judéia, Samaria e Gaza”. Embora o regulamento eleitoral não tenha sido publicado, certamente proibirá os candidatos que sejam partidários do Estado palestino ou do reconhecimento da OLP.

Israel propõe, além disso, manter o controle sobre uma série de questões: segurança, política externa e todos os temas referentes aos cidadãos israelenses estabelecidos nos territórios ocupados, isto é, nas colônias judaicas. Mas, a segurança, no entendimento do governo, pode abarcar tudo, desde o horário de funcionamento do comércio até o ti-

po de legume que deve ser plantado, passando pelas normas de circulação de automóveis.

O maior perigo reside na questão das colônias judaicas. Calcula-se que novos assentamentos desses serão instalados no futuro e tudo o que se refere a eles (propriedade da terra, expropriações, confisco, uso da água, etc.) ficaria fora da jurisdição das novas autoridades. Em consequência, os eleitos “para governar a vida cotidiana da região”, como diz o documento, na prática teriam poderes sobre assuntos de pouquíssima importância.

Com tais características, a proposta é inócua e não merece ser levada em consideração. A única lição que nos deixa é que a solução do conflito palestino-israelense só poderá ser alcançada através da justiça e da igualdade.

A complexidade da questão, o perigo de nova guerra – de consequências imprevisíveis, devido à existência de armas nucleares e químicas em mãos dos adversários – e o fato de as superpotências, que permitiram a corrida armamentista na região, terem perdido o controle sobre a utilização desse material bélico, tornam aconselhável a celebração de uma conferência internacional de paz. Antes que tenhamos de nos arrepender, quando já for tarde demais.

\* Matti Peled é professor de Literatura Árabe na Universidade de Tel Aviv e ex-deputado do parlamento israelense (Knesset) pelo Bloco Progressista pela Paz. O texto acima é parte de uma conferência que pronunciou em Nova Iorque, em junho, reproduzida por “Israel and Palestine”.



# Reformas no papel

Mais de três anos após a queda de Ferdinando Marcos, apesar do que o governo chama de "recuperação econômica", a situação nas Filipinas é desoladora

Joseph Collins

O governo da presidenta Corazón Aquino não cumpriu ou não teve condições de cumprir o mandato popular, que recebeu para empreender mudanças significativas em áreas fundamentais para o presente e, mais ainda, para o futuro do país: a pacificação (negociando o fim das atividades guerrilheiras), a reforma agrária, a dívida externa e as bases militares norte-americanas.

Nada pode trazer um alívio maior à vida de milhões de filipinos – em especial das crianças – que a paz e o fim dos indiscriminados ataques militares à população civil, sob o pretexto de combate ao "comunismo".

Quando chegou ao poder, Aquino tomou medidas que pareciam destinadas a conseguir a paz e a restabelecer o controle do poder civil sobre os militares. Num de seus primeiros discursos, a presidenta declarou: "A raiz da insurgência está nas condições econômicas do povo e na estrutura social que o oprime". Em oposição à opinião das forças armadas, liberou muitos prisioneiros políticos, designou para seu gabinete, advogados de direitos humanos, cujos clientes tinham sido vítimas de abusos dos militares, e anunciou sua intenção de iniciar conversações

com a Frente Democrática Nacional (NDF, do inglês) e seu Novo Exército Popular.

No entanto, nas conversações que manteve em dezembro de 1986 e janeiro de 1987, durante um breve cessar-fogo, Aquino tanto se negou a discutir as "condições econômicas em que o povo vive" e a "estrutura social opressiva", quanto exigiu uma rendição incondicional dos insurgentes, o que, como era de se esperar, foi rejeitado.

Vários observadores independentes dizem que, se Aquino tivesse apresentado um programa confiável de reforma agrária e uma proposta para a retirada das bases estrangeiras, o caminho para a paz teria ficado aberto. A partir de fevereiro de 1987, ela iniciou uma política contra a insurgência que denominou de "guerra total". Numerosos militares aposentados foram designados para

postos-chave do governo, e os membros do gabinete que não tinham apoio dos militares foram substituídos. Nem um só integrante das forças armadas foi levado à justiça por violação dos direitos humanos.

Corazón Aquino foi além: reconheceu, oficialmente, aos chamados *vigilantes*, treinados e armados pelo exército, apesar das repetidas provas de sua responsabilidade na matança indiscriminada de civis. Em abril de 1988, a Comissão de Justiça e Direitos Humanos, do Senado filipino, afirmou que os *vigilantes*, apoiados pelo exército e, em alguns casos, financiados por grandes proprietários de terra, "oprimem a população civil, mediante um medo debilitador e paralisante".

Como parte de sua "guerra integral" contra a subversão, os militares lançaram uma campanha, que acusa todas as



O protesto dos jovens atesta o inconformismo com a situação, que frustrou as esperanças



# O JOGO DA DIREITA

## na nova república

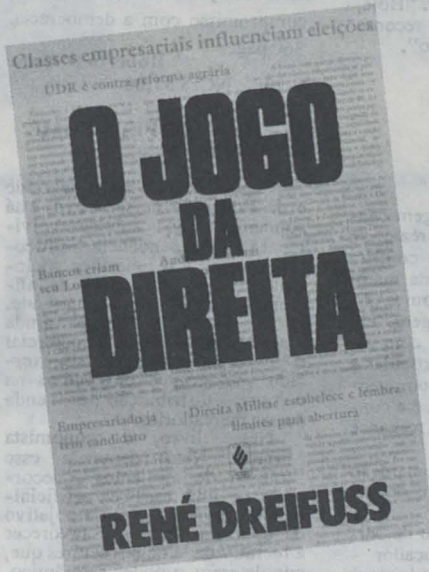
### O JOGO DA DIREITA

De: René Dreifuss

Sabe-se, há tempos, que as elites "plantam" notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares "confiáveis" e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste "O jogo da direita", o autor apresenta, passo a passo, o "frio" e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e "normalidade". O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita souberam avaliar as mudanças, sempre atentos a qualquer ensaio de avanço social.

Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixinha de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça. No desenho final, uma lição das mais simples: este é o país em que o povo, desde os idos do Império, jamais passou de mero espectador dos conchavos de elite.

295 pág.  
E-207 NCz\$ 70,00



### A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

De: Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não

só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com

### ATENDENDO A PEDIDOS

Solicite agora os livros de sua preferência, por carta ou telefone. Ligue: (021) 252-7440 e faça seu pedido.

Preços válidos até a próxima edição, nº 126

### CONVERSAS COM BETINHO

De: Ricardo Gontijo

"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. As *Conversas com Betinho*, de Ricardo Gontijo, faz luz sobre muitos episódios de uma etapa decisiva da nossa história contemporânea.

Afonso Romano de Sant'Anna escreve o seguinte, na apresentação do livro:

"Há uma certa candura neste livro. E uma juventude irremissível. Aí, a narrativa de como o irmão de Henfil e Chico Mário derrota a morte, diariamente. É um livro alegre, luminoso, pra cima. Betinho não é apenas um líder sedutor e carismático. É uma inesgotável usina de utopias."

184 pág.  
E-195 NCz\$ 42,00

Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

Eles repensam o passado à procura de respostas para a pergunta-chave do livro: por que a esquerda perdeu em 64, quando parecia que, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao poder para fazer as "reformas de base"?

379 pág.  
E-202 NCz\$ 84,00



**O PILÃO DA MADRUGADA**  
De: Neiva Moreira  
(Depoimento a José Louzeiro)

**LANÇAMENTO**



Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208 NCz\$ 130,00

**MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO ASSASSINADA**  
De: Newton Cuña

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 págs.

E-206 NCz\$ 30,00

**BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA**  
De: Neiva Moreira

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, O período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontréi" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento".

73 págs.  
E-184 NCz\$ 15,00

**MIGO**  
De: Darcy Ribeiro

Em Migo o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raras personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 págs.

E-178 NCz\$ 90,00

**A BESTA DO JARDIM BOTÂNICO**  
De: Licínio Rios Neto

A Besta do Jardim Botânico é, me parece, a primeira tentativa ficcional de analisar o que existe por trás do monopólio da informação no telejornalismo. É um livro que ousou assumir, poeticamente, um título polêmico, mas que corresponde à dimensão de como a notícia é manipulada no dia-a-dia e passa pelo filtro dos grandes interesses econômicos.

A besta do jornalismo brasileiro não é simplesmente lantejola na notícia ou os fatos reduzidos à banalidade. Ela é a omissão do jornalismo diante da verdade. Licínio tenta, através da ficção desvaivada, resgatar a dignidade de uma profissão. Nesse livro, longe das rotativas, das câmaras de TV, das manchetes, Licínio Rios Neto chega bem perto das vitórias e das derrotas que fazem do jornalismo, ainda um compromisso com a democracia. 360 págs.

Roberto D'Avila

E-205 NCz\$ 51,00

**DOMINAÇÃO PELA FOME**  
De: Miranda Neto

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência político-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político. 135 págs.

E-193 NCz\$ 47,00

**UM MUNDO INTOLERÁVEL**  
De: René Dumont  
(O liberalismo em questão)

O tema do livro atravessa as questões que mais preocupam a opinião pública mundial, em nossos dias: os riscos e custos, terríveis da corrida armamentista, a exploração desenfreada dos recursos naturais não renováveis, a deterioração do meio ambiente, a estrutura lógica que comanda a miséria crescente a que estão condenadas as grandes massas da população dos países subdesenvolvidos.

O modo muito pessoal e inteligente com que René Dumont aborda, reúne e articula essas questões, entretanto, é o que marca o vigor do livro. 240 págs.

E-203 NCz\$ 42,00

**A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986**  
De: René Armand Droffuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "élites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 págs.

E-165 NCz\$ 74,00

**COMBATE NAS TREVAS**  
De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 págs.

E-188 NCz\$ 32,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel: .....  
Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 200,00
- 10% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 250,00
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 350,00

terceiro mundo postal cultural

**PREÇOS VÁLIDOS ATÉ A PRÓXIMA EDIÇÃO, Nº 126**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE



# A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

## GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem “vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos.”



### Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.  
Suplemento especial sobre Brasil.  
Mais 1000 mapas e gráficos.  
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.  
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

### Atende a:

Professores, Estudantes, Jornalistas, Administradores, Economistas, Industriais, Políticos, Exportadores, Diplomatas e outras atividades.

### O produto:

Impressão em papel de qualidade.  
Formato amplo (21x28cm).  
Diagramação moderna e ilustrada.  
Acabamento reforçado (costurado e colado).

# O TERCEIRO MUNDO Visto com os próprios olhos

**Cadernos do Terceiro Mundo** é uma revista que trata de política, cultura, economia e meio ambiente. Contém notícias e análises de fatos que ocorrem na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio.

A revista é feita por jornalistas do Terceiro Mundo e a informação nela publicada não é filtrada por nenhum centro internacional de poder.

Qual é a perspectiva de **Cadernos do Terceiro Mundo**? É a do Sul em relação ao Norte. A revista não representa nenhum partido político nem governo. Defende o direito de cada povo escolher o seu sistema político próprio. O seu objetivo é dar aos leitores uma visão do Terceiro Mundo sem as distorções causadas pelos preconceitos de hegemonias políticas, das falsas supremacias raciais ou culturais e dos interesses de grupos de poder. Os próprios meios de comunicação do Terceiro Mundo costumam divulgar notícias superficiais e até tendenciosas sobre os países do Sul, em sua maioria veiculadas pelas agências transnacionais de notícias. A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não só reage a este tipo de notícias como divulga e analisa fatos que estas agências não se interessam em noticiar.



CADERNOS DO  
**terceiro mundo**

**Assine agora e ganhe da inflação por 12 meses**

**GUIA DO TERCEIRO MUNDO**

**Adquira já seu exemplar**

**Aqui, a informação que completa você.**

TABELA DE BRINDES	
Nº DE ASSINATURAS E/OU GUIAS DO SEU PEDIDO	BRINDES A RECEBER DE ACORDO COM O SEU PEDIDO
1	-
2	1 Livro da escolha da editora
3	1 Livro da escolha do remetente
4	1 Assinatura semestral de "Cadernos"
5	1 Guia do Terceiro Mundo

Obs: Os livros de brinde são os que constam da seção "Postal Cultural"

NOSSOS PREÇOS	VALORES EM NCz\$
• Assinatura anual de "Cadernos"	220,00
• Guia do Terceiro Mundo	220,00
• Assinatura anual de "Cadernos" mais 1 Guia do Terceiro Mundo	410,00
• Assinatura por 2 anos de "Cadernos"	390,00
• Exemplar avulso de "Cadernos"	20,00
• Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal	300,00

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Crupo 104 a 106 Rio de Janeiro - RJ CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440**

ASSINALE. ( ) Assinat. de "Cadernos": ( ) 1 ano, ( ) 2 anos  
 PEDIDO DE: ( ) Guia do Terceiro Mundo: ( ) pago, ( ) r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....

ASSINALE. ( ) Assinat. de "Cadernos": ( ) 1 ano, ( ) 2 anos  
 PEDIDO DE: ( ) Guia do Terceiro Mundo: ( ) pago, ( ) r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....

ASSINALE. ( ) Assinat. de "Cadernos": ( ) 1 ano, ( ) 2 anos  
 PEDIDO DE: ( ) Guia do Terceiro Mundo: ( ) pago, ( ) r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....

ASSINALE. ( ) Assinat. de "Cadernos": ( ) 1 ano, ( ) 2 anos  
 PEDIDO DE: ( ) Guia do Terceiro Mundo: ( ) pago, ( ) r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....

ASSINALE. ( ) Assinat. de "Cadernos": ( ) 1 ano, ( ) 2 anos  
 PEDIDO DE: ( ) Guia do Terceiro Mundo: ( ) pago, ( ) r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....

**CUPON DO REMETENTE EDIÇÃO 125**  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel: .....  
 Profissão: .....  
 De acordo com a ( ) Livro Código: .....  
 tabela de Brindes, ( ) Assinatura semestral de "Cadernos"  
 opto por: ( ) Guia do Terceiro Mundo



entidades que trabalham para melhorar as condições de vida da população – incluídos sindicatos, grupos de mulheres, organizações comunitárias e organismos eclesiais, como o Conselho Nacional de Igrejas das Filipinas – de serem “fachadas do comunismo”. E aqueles que trabalham nessas entidades se converteram em alvo de ameaças, sequestros, prisões, torturas e assassinatos.

O esforço da guerra custou, só este ano, mais de 21 bilhões de pesos (1 bilhão de dólares), que equivalem a nove vezes o orçamento anual do Ministério de Saúde Pública. Na compra de um único helicóptero Sikorsky, se gasta o equivalente a todo o orçamento anual do Hospital Geral das Filipinas, e o preço de 15 projéteis utilizados pelo fuzil norte-americano M-16 é igual ao de uma refeição completa, à base de peixe e arroz, para seis pessoas.

**Reforma Agrária** – A maior parte das famílias filipinas trabalha na agricultura, 70% da população rural cultivam terras alheias, sendo que 80% da terra cultivável estão em mãos de 20% da população. A maioria dos grandes proprietários agrícolas explora seus estabelecimentos, através de contratos de arrendamento e outras formas de trabalho rural. Os camponeses sem terra devem entregar dois terços de sua colheita ao dono do campo ou pagar-lhe somas fixas pelo arrendamento, independente do resultado da colheita. O que obtém, geralmente, não é suficiente para seu sustento.

Pior é a situação dos assalariados rurais: seu trabalho é temporário e, invariavelmente, recebem salários mais baixos que o mínimo estabelecido por lei. O nível de vida do trabalhador rural filipino está muito longe do que o próprio governo considera como o nível mínimo de pobreza.

Obrigadas a pedir créditos para financiar suas necessidades, as famílias de camponeses não-proprietários estão endividadas com taxas de juros reais de 100%. Nesse contexto, não deve surpreender que dois terços das crianças mais



As ameaças de golpe militar contra Corazón Aquino são frequentes

pobres das Filipinas formem parte das famílias de arrendatários e peões rurais.

Na sua campanha presidencial, Aquino prometeu que a “prioridade mais importante” de sua gestão seria a reforma agrária. No entanto, durante os primeiros 18 meses de administração, antes que se instalasse o novo Congresso, a presidenta tinha plenos poderes legislativos, que não utilizou, para iniciar a reforma no campo. Mais tarde, o Parlamento – onde os grandes proprietários estão protegidos pela maioria dos legisladores – votou uma lei de reforma agrária, que, apesar da publicidade oficial, não mudará em nada a situação atual.

Como já aconteceu muitas vezes na história das Filipinas, a lei apresenta tantas exceções, limitações e lacunas, que não é um instrumento apto. As escassas propriedades que serão vendidas aos camponeses são terras ou fazendas confiscadas da fortuna do ex-ditador Ferdinando Marcos e de latifundiários dispostos a se beneficiar das generosas compensações oferecidas pela lei.

A própria Corazón Aquino possui grandes extensões de terras nas Filipinas. Junto com seus quatro irmãos e irmãs, é dona da fazenda Luisita, a maior plantação de arroz do país. O irmão de Cory, José, foi um dos legisladores que se opôs, com a maior veemência, à sanção de qualquer lei substancial em matéria de reforma agrária. José foi eleito pelo distrito eleitoral, onde se encontra a imensa propriedade da família Aquino.

Numa visita à estância Luisita, em

março de 89, pudemos confirmar que a presidenta e sua família se beneficiam de uma cláusula da lei, que permite aos grandes proprietários evitar o confisco de suas terras, se deixam os trabalhadores participar nos lucros da empresa agrícola. Os últimos dividendos repartidos entre os trabalhadores da Luisita chegaram a dois pesos (dez centavos de dólar) per cápita, por dia. Uma cifra que – desnecessário dizer – não modifica em nada a vida dos beneficiários. Os que não desfrutam de uma relação laboral estável – incluídos 3.000 cortadores de cana, que são imigrantes extremamente pobres e trabalham durante cinco meses na Luisita – não têm acesso ao sistema de bônus de participação.

Um levantamento, feito em cinco dos dez bairros da fazenda por um médico do hospital da Luisita, revelou que 50% das crianças examinadas sofriam de desnutrição leve, havendo, inclusive, casos graves. Uma visita às pequenas casas, onde se hospedam os cortadores de cana temporários na propriedade de Cory Aquino, também mostrou sinais evidentes de desnutrição infantil.

**A dívida externa** – O ex-ditador Ferdinando Marcos hipotecou o futuro dos filipinos, ao contrair uma dívida externa pública de 28 bilhões de dólares, antes de ser derrubado e obrigado a deixar o país. Essa enorme soma é o resultado não só de empréstimos solicitados e recebidos em forma fraudulenta, mas também de oferecimentos irresponsáveis, praticados generosamente pelos principais bancos europeus, japoneses e



norte-americanos. O Banco Central das Filipinas admitiu que 10 bilhões de dólares nunca entraram ao país. Foram diretamente depositados em contas suíças ou gastos em propriedades nos EUA.

O empréstimo mais oneroso foi para comprar uma usina nuclear à empresa Westinghouse. A fábrica, superfaturada, custou 2,2 bilhões de dólares e foi construída perto de uma falha geológica. Os defeitos de fabricação, reconhecidos pelos próprios construtores, impediram sua utilização e nunca chegou a ser posta em funcionamento. Entre as numerosas irregularidades, que cercam essa obra, está o "desconto" de 80 milhões de dólares, que a Westinghouse fez ao ex-presidente Marcos.

Os juros anuais, que ainda se pagam pelo avultado crédito, são mais elevados que o orçamento da saúde para um ano. E apesar das evidências de fraude na contratação dos empréstimos, Aquino preferiu não desconhecer, nem questionar a legitimidade dessa dívida. Pelo contrário, a política de pagamento do capital e dos serviços da dívida externa recai nos ombros da maioria dos filipinos. (Os serviços da dívida absorvem 44% do gasto total do governo. Menos de 19% do orçamento se destinam a gastos sociais).

A opção pelo pagamento da dívida externa levou o país a adotar uma agressiva política de exportação de recursos primários. O resultado será o progressivo esgotamento dos solos, para aumentar as colheitas de produtos de exportação; a destruição dos arrecifes de coral por efeito da pesca predatória, também para exportação; e o desmatamento de árvores tropicais, para produzir madeira. Em 25 anos, vinte milhões de hectares de selvas tropicais foram reduzidos a seis milhões.

Os Estados Unidos oferecem agora um "mini-Plano Marshall" de 10 bilhões

de dólares de ajuda, que começará a implementar-se em 1990. O programa, que está em estudo, contempla a autorização de créditos para refinarçar a dívida de longo prazo com a participação do Japão, Estados Unidos, Coréia do Sul, Formosa e países europeus. E permitirá às empresas estrangeiras adquirir ativos lucrativos nas Filipinas, a baixo preço. Ainda no suposto caso de que essa "ajuda" tivesse aportado ao país integralmente 2 bilhões anuais, durante cinco anos), a devolução desses novos empréstimos obrigará o povo filipino a pagar um bilhão e meio, ou dois bilhões de dólares a mais do que efetivamente



Mulheres protestam contra bases estadunidenses

receberá. Os beneficiários do novo programa serão, na realidade, os credores – como o Citibank – que nos tempos de Marcos outorgou créditos de 1,4 bilhão de dólares.

**As bases militares** – Os Estados Unidos confiam que esse mini-Plano Marshall conseguirá o efeito desejado de obter a permanência das bases norte-americanas nas Filipinas, depois que expire o contrato atual, em 1991. Os porta-vozes da Casa Branca negam, logicamente, toda vinculação entre os novos créditos e as bases militares. Deixaram claro, no entanto, que o clima de aprovação dos novos créditos se verá prejudicado por

qualquer decisão do governo filipino de fechar as bases.

Enquanto o tratado militar está sendo discutido por delegados do governo dos Estados Unidos e das Filipinas, a posição pessoal de Aquino foi a de "manter todas as possibilidades abertas". E tem insistido nessa atitude ambígua, apesar das fortes pressões populares para que as bases sejam fechadas. A maioria dos senadores também apóia a não renovação do tratado.

Enquanto os EUA mantiverem suas instalações militares nas Filipinas, continuará seu interesse em controlar a política interna do país, através tanto da intervenção direta como indireta. Todo o movimento em favor de uma maior justiça social está vinculado a uma exigência de maior exercício da soberania nacional e passa assim a ser visto como uma ameaça aos interesses dos EUA.

Depois do desastre nuclear de Chernobyl, as bases norte-americanas nas Filipinas passaram a ser vistas pelos habitantes das áreas próximas e, em geral, por todos os habitantes do país, como uma ameaça. No porto da base naval norte-americana de Subic Bay, frequentemente atracam navios com cargas nucleares. E é sabido que os barcos, submarinos e aviões norte-americanos, estacionados nessas bases, estão equipados com armas nucleares. Ao risco de um acidente nuclear, se soma assim a possibilidade de um ataque nuclear ou convencional a essas instalações, caso aconteça um conflito entre qualquer potência e os EUA.

Esta última década do século XX será, sem dúvida, decisiva. Se o governo não pode assegurar às crianças o alimento adequado, terá no futuro uma população com grandes problemas de saúde física e mental. Se, as crianças continuarem sendo obrigadas a trabalhar para subsistir, amanhã as Filipinas serão uma nação de analfabetos. E, caso se insista na solução militar para os problemas internos e milhões de crianças sejam utilizadas na guerra, corre-se o risco de transformar o império da lei numa utopia. O tempo corre. ●



# Ajuda ao campo

Organização não-governamental, com sede em Bérghamo, Itália, patrocina o projeto Agrodata, no Uruguai, de ajuda ao campo



O computador melhora o desempenho dos pequenos agricultores

Com o objetivo de atender a pequenos e médios produtores, o Agrodata oferece hoje serviços de computação, sem fins lucrativos, a 14 sociedades de fomento rural e cooperativas, com a colaboração da entidade italiana "Cooperazione e Sviluppo-Cesvi" (Cooperação e Desenvolvimento).

"Levamos a informação eletrônica, sobre semeadura, qualidade de solo, colheita e comercialização, a setores da pequena e média produção agrícola, que não teriam possibilidade de realizar esse trabalho por conta própria", explicou o subdiretor do Agrodata, Ubaldo Manfrini. "Daí a importância da ajuda internacional, pois sem ela seria impossível executar o projeto. Esses setores não despertam o interesse do governo (voltado para os grandes produtores de lã e carne) e, ao mesmo tempo, nenhuma empresa privada poderia vender esse serviço eletrônico, porque os produtores não teriam condições de comprá-lo".

Atualmente, o departamento de es-

tatísticas da empresa trabalha com cinco hortigranjeiros: batata doce, cebola, cenoura, pimentão, tomate industrial e tomate fresco, considerados os plantios de maior peso na economia dos pequenos e médios produtores agrícolas.

"Temos uma equipe", explica Manfrini, "de quatro carros, com dois engenheiros agrônomos e dois pes-

quisadores que saem e fazem perguntas aos camponeses sobre suas plantações. Os dados são computados e dois estatísticos tiram as conclusões". Depois disso, conta o subdiretor, "as cooperativas e sociedades de fomento rural, que congregam os produtores, fazem reuniões, onde se discutem essas conclusões".

A meta do Agrodata é, já nos próximos anos, abranger também os produtores de elite e a produção agrícola extensiva. Para Manfrini, quando o serviço se estender a esses setores, a informação sobre as cotações do mercado mundial de cereais será automática. "Hoje", observa, "quando baixa a cotação da soja em Chicago, a informação é logo passada adiante. No entanto, o mesmo não acontece, quando os preços sobem".

Os produtores de carne e lã ficam excluídos das metas do Agrodata, por serem, segundo o subdiretor, poucos e grandes latifundiários. "Apenas 10% são pequenos produtores de carne e lã. O

restante são grandes proprietários de terras, que constituem um freio para o desenvolvimento agrícola do país".

Um setor, entretanto, que atrai o Agrodata é o leiteiro, que, nos últimos 20 anos, multiplicou sua produção e tem previsão de continuar crescendo. O Uruguai se compara nesse ramo à Nova Zelândia, pelo seu solo excepcional, suas condições climáticas favoráveis e custos pequenos, se comparados, por exemplo, à Holanda.

O Agrodata está criando o 1º banco de dados bibliográficos da agropecuária uruguaia. Com ele, o usuário poderá se informar, por exemplo, sobre a história da produção leiteira, tendo acesso a todas as publicações existentes sobre o assunto, o local onde se encontram (museus, bibliotecas) e podendo ainda solicitar fotocópia do material.

Em sua recente visita ao Brasil, Manfrini assinou um convênio de colaboração com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase. Com isso, o Agrodata terá possibilidade de utilizar o Alternex - o sistema gerenciado pelo Ibase - e trocar informações com produtores da região sul do Brasil. "O que acontece na Argentina e no sul do Brasil é decisivo para a economia do Uruguai", diz o técnico. A cotação internacional, principalmente da soja, interessa diretamente ao Uruguai, Paraguai, sul do Brasil e nordeste da Argentina, e a informática vem atualizar a comercialização do produto.

O Agrodata, segundo Manfrini, é a prova da possibilidade de que a cooperação internacional aconteça, efetivamente, como um estímulo ao desenvolvimento econômico alternativo, com forte incidência social. Ele constata também que a informática é uma tendência, crescente no Uruguai dos anos 80. Em Montevidéu, com 500 dólares se adquire um microcomputador japonês, norte-americano, tailandês ou coreano. E, ao que tudo indica, mesmo sem reserva de mercado no setor, na terra de Artigas a inteligência é controlada em benefício do desenvolvimento nacional. ●

Nereida H. Daudt



# Sete governam o mundo

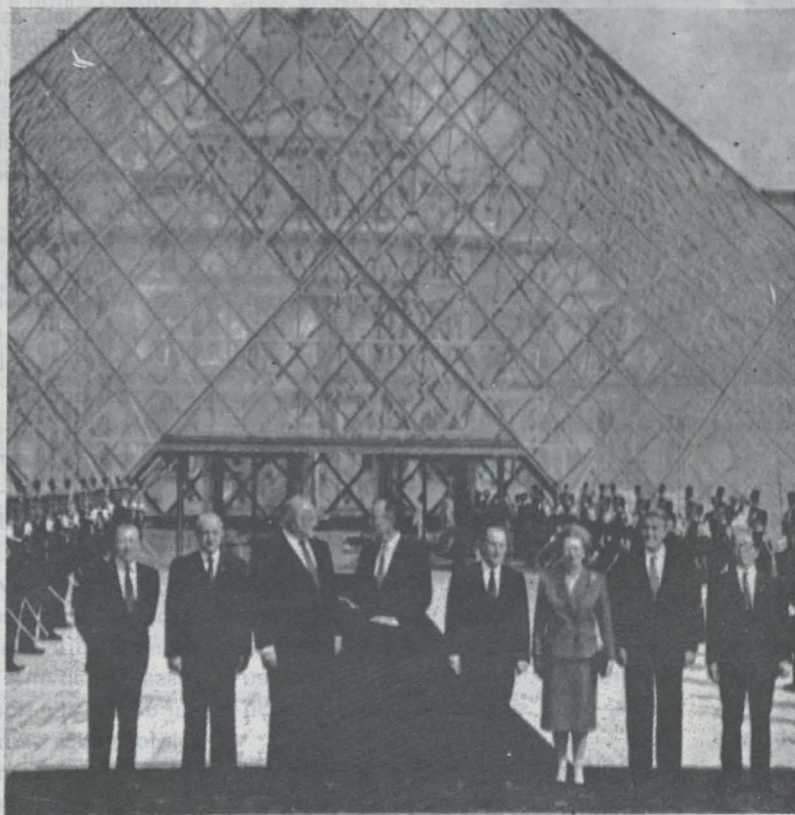
Um poder compartilhado entre os mais ricos do pós-guerra põe o Terceiro Mundo ante condicionamentos que visam a preservar interesses daquele grupo

Pablo Piacentini

**A** cada ano, sete pessoas se reúnem para decidir o rumo dos 5 bilhões de habitantes do planeta. Castigam aqueles que desobedecem suas decisões e premiam os que a acatam. Não se trata de metáfora, é simplesmente a definição do poder mundial que acumularam e coordenam os mandatários das sete maiores potências capitalistas.

O instrumento que canaliza a soma de tanto poder é a conferência anual dos chefes de Estado e de governo dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, Inglaterra, França, Itália e Canadá.

Essa conferência teve origens relativamente modestas. No início, tratava-se de uma reunião para coordenar as políticas econômicas desses países. Em função de não existir outra instância que permitisse o diálogo direto entre os governantes dos Sete, outros temas (os políticos em primeiro plano) foram engordando as agendas dessas reuniões. Desse modo, ampliou-se cada vez mais o horizonte de suas ambições, até constituir-se um "clube", no qual se decide para onde deve e para onde não deve se



A última reunião dos Sete coincidiu com as comemorações da Revolução Francesa

encaminhar o mundo.

Foi um processo gradual, mas os alcances desta supercoordenação ficaram em evidência, no decorrer da décima quinta conferência celebrada em Paris, coincidindo com o ducentésimo aniversário da Revolução Francesa.

Se aquelas incursões implicaram a universalização temática, a coordenação da ajuda econômica para favorecer as reformas e o pluralismo político nas nações socialistas significou a universalização geográfica.

No princípio, foi a projeção Norte-

Norte (a área capitalista desenvolvida); em seguida, partiu-se para a direção Norte-Sul (particularmente o endividamento do Terceiro Mundo e a ajuda que se concede aos países pobres), e finalmente, para o sentido Leste-Oeste (capitalismo *versus* comunismo).

**Diretório mundial** – A tendência é, portanto, nítida: consolidação de um poder mundial, que cresce ano após ano. A forma dessa coordenação se expressa através das reuniões de cúpula e dos periódicos encontros dos ministros de economia dos Sete, que controlam o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-Bird.

Além das formas, o processo que levou à constituição desse "diretório mundial" foi o resultado de grandes transformações, que se verificaram entre a última guerra e nossos dias. Assim como os Estados Unidos surgiram da guerra como primeira potência, sem contrapeso no cenário europeu e ante um Japão em ruínas, o dualismo de ontem (USA-URSS) deu lugar a um policentrismo, que Washington deveria reconhecer cedo ou tarde, querendo ou não.

O Japão é hoje uma potência econômico-financeira, e as projeções indicam que essa privilegiada condição aumentará ao longo do futuro próximo. Ainda que o peso político da potência



asiática seja, por agora, relativo, a hegemonia econômica mundial não poderia completar-se sem colocar o Japão na mesa de decisões.

Em relação à Comunidade Econômica Européia-CEE, sobretudo depois da incorporação do Reino Unido, é hoje com seus doze países-membros, o maior mercado mundial e um centro de poder político capaz de rivalizar com a superpotência norte-americana, na medida em que vai se forjando a unidade de seus integrantes.

Em função dessa realidade modificada, para os Estados Unidos colocavam-se dois caminhos: continuar como a maior potência mundial, mas em competição e contradição com os pólos crescentes do poder no próprio âmbito capitalista, ou reconhecê-los, e obter a primazia num sistema de hegemonia compartilhada.

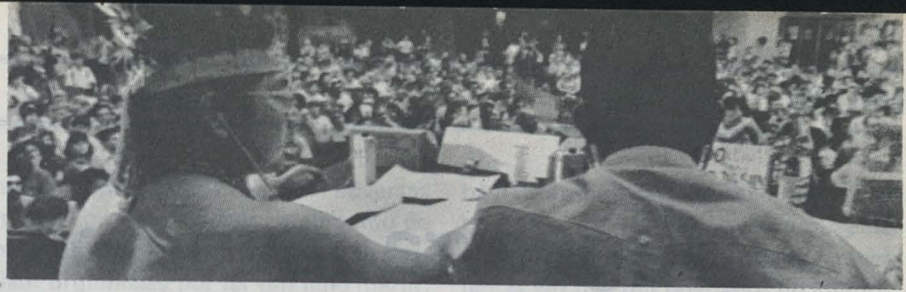
Este último, que é o caminho do realismo e provavelmente o mais eficaz, é o que triunfou e deu lugar à forma em que se expressa a multipolaridade contemporânea.

Passou-se do dualismo de pós-guerra — não ao multipolarismo imediato que se supôs fosse seu sucessor — mas, a um mútuo reconhecimento e coordenação dos três grandes pólos mundiais, com exclusão da União Soviética. Parafrazeando a concepção cristã da Santíssima Trindade, se poderia dizer que é um poder "trino e uno".

**As mudanças no Leste** — Paralelamente, outro grande processo está ainda em desenvolvimento e poderá provocar grandes mudanças políticas e econômicas nos próximos anos. Trata-se de transformações nos países socialistas, que, ao se consolidarem, manifestarão pontos de contato significativos com as democracias liberais.

A área socialista se debate entre a conservação do modelo clássico, instituído pela Revolução Russa, e sua reforma. Esta traria consigo distintas formas de pluralismo político (de acordo com os países), o reconhecimento do mercado, um espaço para a propriedade e a iniciativa privada e a consequente abertura a capitais e à tecnologia das potências capitalistas avançadas.

A ascensão de Mikhail Gorbachev ao



O Terceiro Mundo protestou em Paris através de governantes e de entidades sociais

poder, em Moscou, concede, no momento, primazia à corrente reformista da *perestroika*: não se trata de uma posição estabelecida, mas em luta para se impor. Afastada na China, triunfa na Polônia e na Hungria, mas ainda não chega a outros países da Europa Oriental. Mesmo dentro do Partido Comunista da União Soviética, conta com adversários.

Nesse contexto, os Sete se comportam como um verdadeiro centro do poder mundial. Gorbachev envia-lhes uma mensagem, que é, ao mesmo tempo, um reconhecimento e um convite ao diálogo: "Apesar da permanência de um certo número de contradições no âmbito das relações econômicas internacionais, existe uma área de interesses convergentes entre os Estados, que é bastante ampla, a ponto de constituir uma base para esforços comuns. A União Soviética é favorável a uma interação construtiva e isenta de preconceitos, com a finalidade de definir os princípios que orientem o desenvolvimento econômico mundial, em benefício de todos os países".

**Gestos e diálogo** — A resposta dos Sete é indireta, mas clara. A decisão de delegar à CEE a coordenação da ajuda conjunta à Polônia e à Hungria significa que se passam a condicionar economicamente as relações com os países socialistas, com todo o poderio que somam essas potências e sua área de influência. Em outras palavras, tomam partido pela corrente reformista, e se dispõem a favorecer sua primazia e a aproximação a seu próprio campo. Assim como instituem este prêmio, guardam para a China um castigo, por sua oposição à reforma.

Condicionar é o meio pelo qual se expressará, fundamentalmente, a hegemonia dos Sete, não só na relação ao Leste. A cooperação econômica com o Terceiro Mundo se manifesta, sobretudo, em três direções: a conduta política,

econômica e ambiental.

Condicionamento de créditos e a ajuda referente à política e à economia não são novidades, mas, sim, a introdução da tutela do meio ambiente, no âmbito das conferências dos Sete.

Levando-se em conta que a maior parte das nações do Terceiro Mundo está debilitada pela crise e um número grande delas suporta uma dívida sufocante, as grandes potências contarão com instrumentos poderosos, para induzi-las a formas de industrialização convenientes a seu próprio modelo ambiental. As grandes linhas da relação entre industrialização e meio ambiente em escala planetária saíram, precisamente, das conferências dos Sete.

Também o Terceiro Mundo reconhece, em geral, a realidade de poder deste diretório, pede-lhe diálogo e propõe que considerem seus problemas econômicos. A presença paralela, em Paris, dos presidentes da Índia, Egito, Venezuela e Senegal, teve precisamente como meta a convocação de uma conferência Norte-Sul que discuta os problemas econômicos globais, sem excluir deles o meio ambiente.

Um diálogo semelhante implicaria a discussão entre dois interlocutores de pesos diferentes. Desse modo, não se poderia eliminar o condicionamento, mas, ao menos, contrapô-lo e, sobretudo, conseguir a consideração dos temas que interessam ao Terceiro Mundo, de acordo com sua própria visão. Talvez seja por isso que os governos mais conservadores dos Sete — o norte-americano e o inglês — se opuseram à iniciativa apresentada pelo presidente francês François Mitterrand, o mais progressista do grupo.

Indesejado o diálogo Norte-Sul, pelo menos por agora, o condicionamento fica às claras. Consequentemente, é muito provável que o utilizem, sem incremento dos fundos de cooperação econômica. Quer dizer, menos ajuda e mais imposições.



# A guerra muda os hábitos

As dificuldades dos oito anos de guerra com o Irã levaram as mulheres iraquianas a assumirem importantes funções na sociedade

**A**os 39 anos, grávida do quarto filho, Sajida Al-Mousawi é jornalista e poeta consagrada no país e no exterior. Tem quatro livros publicados e o quinto aparecerá em breve. Seus poemas já foram traduzidos ao inglês, francês e espanhol. Sajida também é a editora da revista da Federação de Mulheres do Iraque<sup>1</sup>, organização na qual ocupa o cargo de secretária do Departamento de Relações Públicas e Informação.

Conversar com ela é uma experiência interessante, porque de alguma forma simboliza a dualidade da sociedade iraquiana atual: por um lado, coloca a religião islâmica como algo importante em sua vida, mas, ao mesmo tempo, condena os que, por interpretação fanática ou distorcida do Islamismo, contribuíram para seu desprestígio. Ocidentalizada na forma de vestir e em certos estilos cotidianos, ela confessa, no entanto, que nunca permitiria que sua filha ou suas irmãs mais novas tivessem uma experiência sexual antes do casamento. Afirma que, em seu país, se respeitam todas as liberdades políticas, mas reconhece que, na falta de outras restrições, muitos poetas e romancistas iraquianos abordam o problema da censura social a certos comportamentos como tema predominante de suas produções literárias.

Em seus poemas, escritos em árabe, Sajida cobre uma ampla temática, mas, nos trabalhos mais recentes, aborda em profundidade o tema da guerra, essa presença marcante na última década na região do Golfo.

Ao falar a **terceiro mundo** em Bagdá, na sede da revista que dirige, Sajida mostrou grande sensibilidade humana e uma inegável inteligência. "Como mu-



Sajida Al-Mousawi: mulher e intelectual comprometida com as realidades de seu país

lher - afirma - nunca enfrentei restrições, nem no jornalismo, nem na poesia. Digo e escrevo o que quero, em qualquer lugar". Sajida acredita que a tendência em seu país é o aprofundamento cada dia maior da democracia, com o incentivo à liberdade de opinião nos mais variados níveis, processo favorecido agora pelas condições que estão surgindo a partir do precário cessar-fogo com o Irã.

Como exemplo do tipo de discussão que se dá hoje em seu país, nos citou a reunião que acabara de ter - da qual tinha chegado diretamente para a entrevista -, com o ministro do Planejamento, a pedido da secretária executiva da Federação de Mulheres.

"Entre as reivindicações que lhe colocamos - afirma - está o tema dos direitos da mulher após o parto. A legislação iraquiana reconhece à grávida o direito de seis meses de férias, com salário integral, e outros seis meses com metade do salário. Mas, do mesmo modo como em sociedades onde o regime é capitalista, no Iraque, de definição socializante, também esse direito atua como uma faca de dois gumes: agora as

empresas - inclusive as estatais - preferem evitar a contratação de mulheres em idade de procriar."

Essa lei acabou por afetar o trabalho da mulher. A federação reivindica que os ministérios e as empresas do Estado assumam a maternidade como uma tarefa adicional da mulher, ainda mais agora, que o governo lançou uma campanha de incentivo à natalidade, para compensar o desequilíbrio causado pela guerra. "Esse é o tema que estamos analisando com o ministro", disse Sajida.

Mas, o problema não existe só na órbita do Estado. Embora o chamado "setor socialista" da economia ofereça à mulher mais vantagens<sup>2</sup>, e empregue mais mão-de-obra, ultimamente a mulher iraquiana também começou a trabalhar no setor privado. É o caso da agricultura, onde 44% da mão-de-obra é feminina. Mas, em função da nova legislação, também os empresários do setor privado estão criando dificuldades à contratação de mulheres.

**Herança de guerra-** Como aconteceu com todas as conversações que tivemos



no Iraque, também com Sajida Al-Mou-sawi o tema da guerra predominou. A poetisa e dirigente feminina nos comentou que, ao longo dos oito anos de guerra, a mulher iraquiana teve que ir assumindo responsabilidades novas. Não só participou ativamente na defesa de sua pátria, mas, além disso, a ausência de homens – convocados para assumir tarefas militares – a obrigou a assumir cargos de responsabilidade nas mais diversas esferas da administração pública. “A mulher foi obrigada a fazer algo mais do que simplesmente substituir os homens. Teve que trabalhar em hospitais, nas organizações de massas, etc..., como “linha secundária de defesa”, explica.

E, dessa forma, levada pelas circunstâncias, “a mulher mostrou que estava em condições de cumprir suas funções tradicionais, substituir os homens nas tarefas vinculadas ao desenvolvimento e manter todas as necessidades de uma sociedade em guerra”.

Sajida assinala que a mulher se acostumou, ao cabo destes oito anos, a levar adiante vários trabalhos simultâneos: educar os filhos, preencher o vazio deixado por seus colegas homens nas repartições públicas e outras dependências, e – o que para ela foi fundamental – manter uma presença ativa na área cultural, como a poesia e a arte em geral. “Através dessas atividades, incentivávamos o homem a seguir lutando, a defender a pátria, a manter o

moral elevado, ainda nas mais adversas horas. Foi tão forte esse sentimento de resistência que muitas mulheres se sentiam orgulhosas por ter um filho mártir, morto na guerra”, afirma.

**A mulher pobre** – Um dos objetivos da Federação de Mulheres do Iraque é dirigir-se à mulher “que não está totalmente formada culturalmente, que poderíamos chamar de nível de educação médio”. Ela e a mulher das camadas pobres são as que sentem mais dramaticamente as sequelas da guerra. A federação organiza cursos políticos e ensina à mulher do campo alguma profissão ou trabalho, como costura, datilografia e cabeleireiro. Quando o curso termina, a própria federação a põe em contato com as repartições do Estado, para conseguir-lhes um trabalho.

Também se publicam folhetos, para elevar o nível educativo da mulher e para ajudá-la a organizar suas despesas, a educar suas crianças e orientá-la nas mais diversas tarefas que deva desenvolver.

A Federação de Mulheres também atua no plano da saúde pública. Com a cooperação do Unicef, desenvolve um programa para reduzir a mortalidade infantil, através de campanhas de vacinação, para as quais conta com a cooperação do Ministério da Educação e dos centros de atendimento materno-infantil. A mulher do campo é o alvo de 80% desses programas. Nas áreas rurais

há 125 grupos da federação de mulheres, com carros, infra-estrutura, etc., para levá-los adiante, prestando assistência em três mil povoados do interior. E se espera aumentar o número de grupos, no futuro, para oferecer serviços a 150 mil mulheres.

**Aumentar a natalidade** – Num país recém-saído de uma guerra, existe interesse em aumentar a população. Mas, perguntamos a Sajida o que acontece com uma mulher que já tem vários filhos. Pode tomar algum contraceptivo?

A poetisa explica que com a campanha em andamento para fomentar a natalidade, só em casos específicos está permitido o uso de anticoncepcionais. O aborto nunca esteve autorizado, mas é possível praticá-lo em casos de necessidade, quando existe risco de vida para a mãe.

Abordamos com Sajida outro tema difícil em qualquer sociedade e, em particular nas islâmicas, onde se adota a **sharia** (lei do Corão): o do adultério.

“Nos países muçulmanos, o adultério está proibido pela religião e pela lei”, explica. Existem punições, tanto para a mulher, como para o homem, mas é difícil aplicá-las, porque necessita-se de quatro testemunhas. “Não é por uma simples acusação que se pune o adultério: tem que haver quatro testemunhas, e isso é muito difícil. Daí que, na prática, a lei não se aplica”.

Mas, a **sharia** vigora também em outros países islâmicos, como no Paquistão, onde a pena de morte já foi aplicada a mulheres declaradas culpadas. “O problema é que, atualmente na comunidade de países islâmicos, há muita gente que não entende o Islã. Existem países, como o Paquistão, em que talvez pelas dificuldades da língua (se refere a que o idioma oficial, nesse caso, não é o árabe, língua na qual está escrito o Corão, livro sagrado dos seguidores do islamismo), se deformou a essência da religião.

Em relação à poligamia – aceita pelos muçulmanos –, Sajida diz que podem haver casos isolados, mas de acordo com a legislação vigente no Iraque, para que um homem se case pela segunda vez tem que contar com o consentimento da primeira mulher. Isso, geral-

terceiro mundo – 41

A participação feminina no esforço de guerra volta-se agora para a reconstrução





mente, acontece, se a primeira mulher não pode ter filhos. Então, caso queira continuar casada, deve aceitar que seu marido case pela segunda vez.

No Iraque existe divórcio e a mulher pode requerê-lo por sua única e exclusiva vontade. No entanto, a dirigente da federação de mulheres reconhece que a sociedade iraquiana é ainda bastante conservadora em relação a esse aspecto e que o divórcio não é bem visto.

**A repressão sexual** – Sajida se mostra aberta a abordar qualquer tipo de assunto. Quando lhe perguntamos, se no Iraque existe repressão sexual (e mencionamos alguns contos de autores jovens iraquianos, que fazem referência ao problema), a poetisa responde que os alcances da liberdade e a repressão sexual estão em discussão em todo o mundo, não só nas sociedades islâmicas. “Em alguns contos iraquianos, aparece o tema da repressão sexual – assinala – em parte porque é muito mais atraente para uma abordagem literária do que uma relação amorosa normal entre um casal. Trata-se de uma questão que interessa a todo o mundo.



#### A política oficial estimula a natalidade

A falta de outro tipo de repressão – no Iraque não existe repressão política – o autor aborda o tema da repressão sexual das mulheres”. Sajida reconhece, no entanto, que a repressão sexual existe, como existe em todas as sociedades, “inclusive num país como os Estados Unidos”. E assinala que, nesse sentido, têm um importante papel as

tradições e o tipo de educação, a família, a sociedade e as práticas religiosas.

Num aspecto, ela é taxativa: “No Iraque, não há libertinagem sexual”, diz. “Existem normas religiosas, que controlam a sociedade. Mas, ao invés de ser um problema, isso é algo positivo. Sobretudo, num momento histórico, em que o processo começa a reverter nos países ocidentais mais liberais, que se dão conta de que o caminho pelo qual transitavam era extremamente perigoso, particularmente em função do que está sucedendo em suas sociedades, depois da propagação da aids”.

Sajida entende, no entanto, que a repressão sexual diminuiu sensivelmente: no Iraque de hoje, a mulher escolhe o homem com o qual quer casar, seleciona suas amigas, pode ter uma relação amorosa sem interferência social ou familiar. Mas, as relações sexuais antes do casamento estão proibidas, ou melhor, são mal vistas. “Eu conheci meu marido na universidade e fomos noivos por vários anos. Nunca houve problemas, apesar de minha família ser muito religiosa e isso ter sido há 20 anos. Eu vejo como normal que minhas filhas ou minhas irmãs mais novas tenham uma relação de amor, com o homem que elas escolham, mas a fim de estabelecer uma família, de casarem. E esse sentimento é igual entre muçulmanos e cristãos. Não tem a ver com a religião, mas com a estrutura de nossa sociedade.”

Beatriz Bissio

## Uma verdadeira rede

Existem, no Iraque, quatro associações de mulheres, que compõem a Federação Geral de Mulheres. “É como se fosse uma árvore”, explica Sajida. “Cada órgão ou ramo tem relação com a outra. A divisão responde a uma determinada estrutura geográfica”.

O estatuto da federação a define como um “órgão de massas, popular e democrático”, que tem liberdade de trabalhar de forma legal e recebe o apoio do Estado, para incentivar a participação da mulher na sociedade. “Não integramos nenhum partido político, mas, obviamente, pelo tipo de atividades que desenvolvemos, estamos fazendo política. No jornalismo também se faz política”.

O mesmo acontece, acrescenta

Sajida, quando a federação opta por participar das campanhas para reduzir a taxa de mortalidade infantil, ou quando se empenha em oferecer serviços às mulheres das classes populares. “Em todas essas atividades, buscamos servir a pátria e isso também é um modo de fazer política”.

A poetisa também destaca o papel da federação durante a campanha eleitoral. Afirma que se ensina à mulher como votar, mas não se faz um proselitismo político direto. “Sempre que a mulher sofre opressão por parte do Estado ou de um indivíduo, atuamos em sua defesa. Por essa razão, várias vezes a federação pediu aos poderes do Estado a promulgação de leis favoráveis à mulher”.

<sup>1</sup> A Federação de Mulheres do Iraque integra a Federação Mundial de Mulheres-FMM, participa no Fórum de Organizações Não-Governamentais da ONU, sobre temas da mulher e no Unicef. Participou na conferência de Nairóbi, da Década da Mulher (1975).

<sup>2</sup> De acordo com as leis trabalhistas vigentes no Iraque, no setor estatal o horário é menor que no privado. Existe seguro social, reconhece-se o direito à aposentadoria e existem outros estímulos.

<sup>3</sup> O governo se encarregou de dar benefícios e apoio material à família dos mártires, para lhes assegurar independência econômica. Tal apoio vai desde um carro a cada família até outras facilidades, como bolsas-de-estudo para as crianças.



# Um poema

Os mais recentes poemas de Sajida Al-Mousawi foram publicados este ano. Intitulada "Quando brilha a lua", essa coletânea inclui 19 poemas sobre a guerra com o Irã, que abordam principalmente o sofrimento da mulher iraquiana durante o conflito.

Nascida em 1950, em Bagdá, Sajida cursou a Escola de Artes e é licenciada em Literatura Árabe. Começou a escrever quando ainda estava na escola e seu primeiro livro de poemas, "O menino da palmeira", foi publicado em 1979.

O poema que publicamos a seguir – tradução livre da versão em inglês – foi escrito sob impacto emocional, provocado pela morte de várias crianças iraquianas, quando um míssil iraniano atingiu uma escola primária de Bagdá, no dia 13 de outubro de 1987.

## "Interrogações"

Quem despertou no cáqui  
a cor dos lírios?  
A pureza suave da água,  
o perfume da madeira do pistácio?  
Quem deu a luminosidade  
do sol à cor cáqui,  
O calor do sol,  
A escuridão de uma noite negra?  
Quem cravou em teu peito  
este coração?  
Que pode ser mais forte que o ferro  
É mais leve que o vôo de uma borboleta  
Alguém cravou um coração em  
teu coração,  
Imenso como os mares terrestres  
tão amplo como todo o Universo.  
Quem traçou os limites do teu coração  
entre as cidades de Zakho e Fao?  
Quem?  
Por que é só em meu país,  
que o sol de Deus Todo Poderoso nasce  
no Leste?



Por que somente no meu país,  
o sol se põe a Oeste?  
Por que em qualquer outro lugar  
as coisas não são assim,  
Todas as teorias estão ao reverso,  
Por quê?

Por que se meteu o vento  
Em teu coração aquela noite?  
Que te disse al-Sayyab  
sob a luz tênue da sua lanterna?  
Te pediu, talvez, que cuidasses  
de Ghilan e seus irmãos?  
Ou das crianças de Bassorá?

Que colocou a mão  
na mochila do soldado?  
Que pôs dentro da valisa branca de  
plástico?  
Dispôs um coração palpitante...  
sentimentos  
Deixou uma alma vibrante,  
pastéis, lápis,  
Para que o soldado escreva os manda-  
mentos de Deus  
e suas notas cotidianas...  
Que restará para a mãe  
quando ele se for?  
Existe algo mais?

Quem é esse soldado  
que ficou acordado,  
que passou cinco dias e noites  
sem dormir?  
Quem lhe pôs sal nos olhos  
para aguentar tanta vigília?  
Quem?

Que vale mais?  
Um pouco de esforço,  
Um pouco de sangue,  
Um pouco de lágrimas,  
Ou um pouco de amor  
Em um lugar onde  
as letras que escrevem teu nome e o da  
minha pátria  
se uniram?

Quem disse aos Guardas do Impostor  
que as chaves do céu  
não fecharão as portas de Deus  
em seus narizes?

Quando cair o míssil,  
quem estará presente  
para registrar o nascimento  
de milhões de crianças,  
de centenas de milhares de heróis?



# Os conflitos da ecologia

A degradação ambiental europeia tornou aguda a consciência preservacionista e começa a viabilizar uma "indústria" no setor, a qual começa a visar o Terceiro Mundo



Leões-marinhos do Alasca sofrem com derrame de petróleo no mar

frente aos problemas da poluição no mundo. De certa maneira, as campanhas de imprensa em torno da Amazônia, onde os brasileiros estariam destruindo o patrimônio verde da humanidade — sem que seja sublinhada a responsabilidade dos latifundiários e das multinacionais — têm provocado, ultimamente, um debate de fundo sobre um novo aspecto das relações

Norte-Sul.

Por ocasião da conferência dos Sete, reunida em Paris, em julho, cinquenta organizações não-governamentais do meio ambiente publicaram, na cidade francesa de Fontainebleau, um documento, no qual lembram que os próprios países ricos não respeitam, fora das suas fronteiras, as regras que se impõem para lutar contra a poluição e a destruição da natureza. É o caso da chamada Guiana Francesa, onde as autoridades resolveram inundar 300 quilômetros quadrados da selva amazônica, para construir uma barragem hidrelétrica. E concluiu: "Começamos por dar uma varrida diante da porta da nossa casa".

**Pressão dos excessos** — É que o problema do meio ambiente na Europa tem tomado proporções inesperadas. Depois

da catástrofe nuclear de Tchernobil, da poluição química do rio Reno, das chuvas ácidas sobre as florestas da Alemanha Federal, e de outros desequilíbrios ecológicos provocados pelo homem, a opinião pública começou a se mobilizar contra os governos e as empresas industriais ou agrícolas, que colocam os seus apetites de ganância acima do bem-estar da comunidade. Foi assim que os Verdes conseguiram, nas últimas eleições para o Parlamento europeu, em junho de 1989, aumentar de maneira notável o número de seus deputados. Em certas cidades, eles já controlam o poder municipal, em detrimento dos partidos tradicionais.

Nos Países Baixos, o governo caiu, por não ter tomado medidas drásticas para impedir que uma espessa neblina, carregada de dióxido de azoto e ozônio, cobrisse o país, pondo em perigo a saúde da população. Durante cinco dias, em maio de 1989, todas as crianças e pessoas idosas ou com problemas coronários tiveram de permanecer em casa, a pedido das autoridades, nas cinco regiões mais industrializadas.

O caso do Mar Mediterrâneo é particularmente significativo das graves modificações ambientais que estão aparecendo, afetando o desenvolvimento de dezoito países, além da possessão britânica de Gibraltar. Com uma população total de 350 milhões de habitantes e mais de cem cidades, cuja população oscila entre 300.000 e 4 milhões de habitantes, esses países estão sofrendo, mais que quaisquer outras regiões do mundo, as consequências do crescimento industrial.

Além do mais, durante o verão europeu, isto é, de junho a agosto, dezenas de milhões de turistas, procedentes de todo o continente, frequentam as praias e se amontoam em cidades balneárias, que nem sempre reúnem as condições necessárias para tamanha avalanche humana. Só na Espanha, entre os Pirineus e a cidade de Cádiz, no extremo sul, cerca de 40 quilômetros de litoral são destruídos, anualmente, com as urbanizações novas e os conjuntos comerciais. É interessante lembrar, a este propósito, que nos últimos trinta anos a população espanhola à margem do Mediterrâneo aumentou em 56%, repre-

Edouard Bailby

**R**aymond Van Ermen, secretário-geral da Federação Europeia das Associações do Meio Ambiente-BEE, com sede em Bruxelas, é taxativo: "Nós, os países ocidentais, não temos o direito de dar lições, nem impor exigências, no que se refere à proteção do meio ambiente nos países pobres, se não estivermos dispostos a mudar o nosso método de desenvolvimento econômico e as regras de intercâmbio, às quais submetemos os países menos favorecidos".

Estas palavras de Van Ermen, uma das autoridades mais conceituadas da Europa Ocidental no campo do meio ambiente, refletem a nova tomada de consciência da opinião pública europeia,



sentando hoje 38% da população total do país. Ao passo que o Brasil vai descobrindo e desenvolvendo as terras do interior, a Europa tende a multiplicar os seus núcleos habitacionais em toda a costa mediterrânea, com exceção do sul da Itália e da Albânia.

**Mediterrâneo apodrece** – As consequências são catastróficas: devastação da natureza, lixos industriais, detritos químicos, algas assassinas etc... Segundo os últimos dados estatísticos publicados, o Mediterrâneo recebe, cada ano, 800.000 toneladas de nitrogênio, 320.000 toneladas de fosfato, 150.000 toneladas de hidrocarbonetos, 60.000 toneladas de detergentes, 12.000 toneladas de fenóis, 3.800 toneladas de chumbo e 100 mercúrio.

A situação do Adriático é ainda pior. Em julho de 1989, começou a aparecer no litoral italiano, entre Trieste e Ancona, numa extensão de 300 quilômetros, uma massa gelatinosa, de cor amarelada, com uma largura compreendida entre 20 e 30 metros. São algas assassinas, carregadas de azoto, fosfato e nitrato, que provêm da poluição dos rios. Só o rio Pó, de 625km, lança ao mar, anualmente, 82.000 toneladas de azoto e 11.000 toneladas de fosfato. Basta dizer que Milão, a maior cidade industrial do norte da Itália, não possui nenhum sistema de depuração das águas. Resultado: o Adriático, que representa a vigésima parte do Mediterrâneo, recebendo cerca de 30% das águas da bacia mediterrânea, está sendo progressivamente poluído, inclusive por milhares de barcos de todo tipo.

A situação chegou a tal extremo que, duas vezes nos últimos três anos, centenas de milhares de turistas não tiveram outro recurso, senão beber água mineral durante mais de uma semana, para evitar doenças. Recentemente, Giorgio Ruffolo, ministro italiano de Ecologia, declarou que seu país não podia lutar sozinho contra a poluição dos rios que desembocam no Adriático, provocando a eutrofização das águas, a saber um excesso de nutrientes. "Para enfrentar esse fenômeno, disse, os países da região devem com urgência pôr em prática uma política conjunta".

**O negócio verde** – Na verdade, a defesa do meio ambiente não tem apenas aspectos positivos, mobilizando importantes setores da opinião pública, que temem o agravamento das consequências do desenvolvimento econômico e industrial, em numerosos países da Europa. Ela já serve de pretexto a empresas médias e grandes, para criar novos negócios e aumentar lucros. Tyll Necker, patrão dos patrões alemães, resumiu muito bem o problema, ao declarar: "A proteção do meio ambiente é o terceiro fator de produção hoje em dia, depois do capital e do trabalho". Rudolf Von Benningsen-Foerder, presidente da empresa Veba AG Dusseldorf, um dos maiores consórcios da Alemanha Federal, não pensa de outra maneira. "Devemos partir do princípio, diz ele, que, no futuro, o capital e o trabalho não serão mais os únicos fatores determinantes do desenvolvimento, mas, sim, também o meio ambiente".

Segundo a Oficina Federal de Estatísticas do governo de Bonn, a produção de bens e serviços relacionados com a preservação do meio ambiente já representa mais de dez bilhões de dólares, sendo que o número de empregos correspondentes se avizinha de meio milhão. Ninguém duvida, nos meios espe-



Produtos químicos para combater poluentes

cializados da Europa, de que esses dados aumentarão de maneira espetacular nos próximos anos.

Calcula-se que o mercado do meio ambiente, nos doze países da Comunidade Econômica Européia, alcançará rapidamente 40 bilhões de dólares por ano. O economista austríaco Karl Aitinger considera que as despesas do Estado, na proteção do meio ambiente, criam de 20% a 40% de empregos a mais do que a média das demais despesas estatais. Como se sabe, a Alemanha Federal foi a primeira nação européia a fazer, a partir dos anos setenta, investimentos importantes nesse campo. Hoje, cerca de 650 empresas privadas no Vale do Ruhr, empregando 100.000 trabalhadores, têm como especialidade as tecnologias do meio ambiente. Segundo uma fórmula que já é do domínio público, "cada marco investido na ecologia evita três marcos de prejuízos ao meio ambiente".

Compreende-se melhor, a partir desses dados, por que os industriais dos chamados países ricos aproveitarão o fenômeno da indústria ecológica, para expandir os seus mercados e realizar altos negócios com os países em desenvolvimento, como o Brasil. Não há, pois, uma idéia sempre desinteressada ou generosa por trás dos apelos em favor da proteção do meio ambiente numa escala internacional. Uma formidável luta de influências entre as transnacionais terá lugar, antes do final deste século, para dominar o mercado ecológico, sendo utilizadas todas as formas de manobras políticas e pressões econômicas ou financeiras, para orientar o desenvolvimento do Terceiro Mundo segundo os interesses do Norte.

No entanto, dentro dos próprios países ricos, a batalha pelo meio ambiente tomará novas proporções com a mobilização crescente da opinião pública. Foi Brice Lalonde, secretário de Estado francês encarregado dos problemas do meio ambiente, que declarou, em abril de 1989, a propósito da necessidade de produzir e consumir de outra maneira, para evitar uma catástrofe ecológica: "São os países ricos que devem dar o exemplo. Eles têm a responsabilidade financeira, técnica, econômica, moral e política de fazê-lo". De que maneira? •





## Preservar paga a dívida

O governo queniano é o primeiro a realizar uma operação de redução da dívida externa, em troca do compromisso de proteger o meio ambiente

Ramesh Jaura

**A** Alemanha Federal é o primeiro país desenvolvido a abater parte da dívida externa de um país do Terceiro Mundo, no caso o Quênia, em troca da garantia de que o governo de Nairóbi aplicará quantia correspondente em projetos de proteção ambiental. O acordo envolveu uma soma de 405 milhões de dólares, segundo anunciou Rolf Lerch, do ministério da Cooperação Econômica da RFA, o qual expressou a intenção do governo de Bonn, de ver o gesto imitado por outros países credores.

Segundo setores ambientalistas alemães, o acordo com o Quênia é parte de uma nova política de ajuda ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, o que dará uma dimensão "verde" à ajuda oficial de Bonn. Mas, destacaram que os países do Terceiro Mundo certamente rejeitarão uma vinculação obrigatória entre o acesso à assistência alemã para o desenvolvimento e a proteção ao meio ambiente. O funcionário de Bonn procurou esclarecer este aspecto, assegurando que não haverá qualquer ato que fira a soberania dos países endividados. Segundo Lerch, "a Alemanha não imporá condicionamentos ambientais à ajuda externa".

**Dívida por natureza** – No caso específico do Quênia, ocorreu uma coincidência de interesses, aliada à facilidade de realizar os projetos, segundo garantiu Rolf Lerch. Ele explicou que, nos últimos anos, o Quênia viu-se impossibilitado de saldar compromissos com a Alemanha, referentes a empréstimos para o desenvolvimento, chegando essa dívida a 405 milhões de dólares. Como parte da troca da "dívida por natureza", o Quênia aceitou investir soma igual à dívida cancelada em projetos para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O acordo foi o primeiro do tipo realizado pela Alemanha Federal com um país em desenvolvimento, embora o cancelamento de dívida externa já tenha outros exemplos na política internacional do país, mas sem contrapartidas preservacionistas.

Até agora, Bonn anulou um total de quatro bilhões de dólares em créditos junto aos países mais pobres da Ásia e África. Beneficiaram-se a Birmânia, atual União de Mianmar (390 milhões de dólares), Moçambique (74 milhões), Gana (250 milhões), Mali (98 milhões), Senegal (150 milhões), Zaire (225 milhões), Zâmbia (215 milhões); além de Guiné, República Centro-Africana, Mauritânia, Serra Leoa, Sudão e Togo.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Nelva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Cláudia Nelva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adam/Eduardo Khalil (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nôñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cauffin (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumuclo (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Davse Vitoria e Gullhermina Ierecô. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Walmyr Peixoto da Silva. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Ditador:** João Carlos de Farias Guerra. **Composição:** Luzia A. Nelva e Paulo Rui G. Batista. **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos. **Revisão:** Cláudia Márcia Soares. **Administração:** Henrique Menezes. **Comercial:** Rafael Peres B. Filho. **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes – Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 – Tel. Assinaturas: 252-7440.

### EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**  
**Diretor:** Nelva Moreira/Editor: Procópio Mineiro.  
**Editor Assistente:** Antônio Carlos da Cunha.  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)  
**Sede de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P  
• **Edição em Espanhol**  
**Sucursal do Rio de Janeiro / Cone Sul**  
**Diretor:** Roberto Bissio  
**Assinaturas:** A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideu, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela  
**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue – Buenos Aires – Argentina  
• **Edição em Inglês:**  
**Editor:** Bill Hinchberger/Editor Adjunto: Roberto Raposo  
**Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil – Tels. 222-1370/242-1957 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva Equador, Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ita-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA, Fotos: Reuters.  
SSN – 0101-7993  
Capa: Pedro Toste



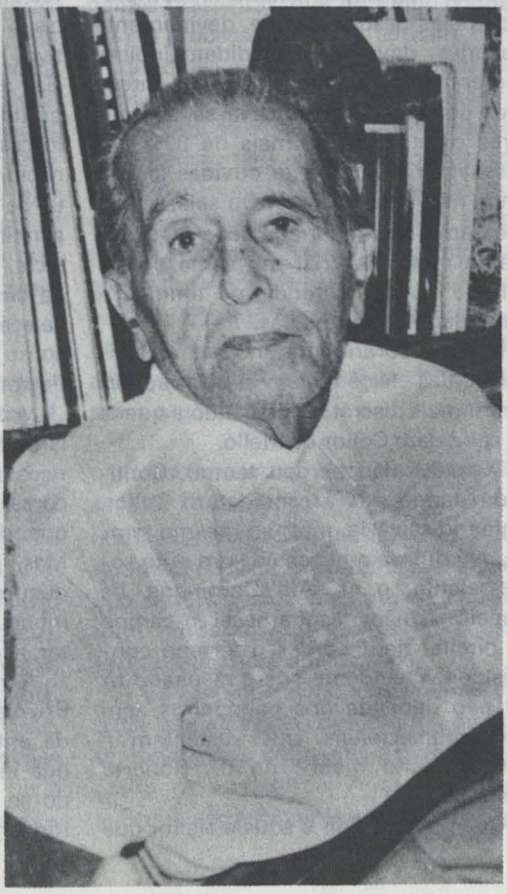
# SUPLEMENTO BRASIL



**BARBOSA LIMA SOBRINHO** fala da importância das eleições de novembro e da recuperação da vida democrática brasileira, para que a nação saia da crise e retome o caminho do desenvolvimento econômico e social



Para **MARIA YEDDA LINHARES**, as eleições presidenciais diretas devolvem ao povo brasileiro a possibilidade de retrazar seus caminhos, retomar seu destino e transferir à responsabilidade do eleito a realização das aspirações sociais por um país capaz de garantir oportunidades a todos.



**LUIZ CARLOS PRESTES** entende que, frente às eleições, o brasileiro está diante do maior desafio das últimas décadas: transformar seu voto em instrumento de avanço social, num país sob os efeitos da dominação praticada por elites insensíveis, que se recusam a dividir a riqueza gerada pelo trabalho do povo e permitem a sangria do país através da dívida.



# A unidade da esquerda

As eleições presidenciais diretas podem ensejar o início de uma etapa histórica no Brasil, em que o poder se exerça para o atendimento das prioridades da maioria. Mas, a vez do povo — depois de decênios de império da direita — depende também da argúcia eleitoral dos progressistas



Neiva Moreira

O encontro de Miguel Arraes e Leonel Brizola no Palácio das Princesas, em Recife, foi um fato político de inegável conotação histórica.

Nada mais assemelhado, no quadro político brasileiro, do que a ficha ideológica dos dois líderes. Acompanho-os há mais de duas décadas e os observo de perto, inclusive nas suas divergências. Não me recorro de que jamais tenham sido estas colocadas em termos doutrinários. Foram, sim, frutos de discrepâncias ocasionais, determinadas por compromissos partidários ou regionais. E isso fica patente no atual momento político.

Ninguém pode estranhar que o governador de Pernambuco se sinta incômodo dentro do PMDB e, sobretudo, em relação à candidatura do dr. Ulysses Guimarães. Por outro lado, seria tapar o sol com a peneira tentar desconhecer o paralelismo das posições programáticas entre Arraes e o ex-governador Leonel Brizola. Isso explica não apenas a calorosa recepção a Brizola no Palácio das Princesas, como o fato de que importantes lideranças políticas e populares ligadas ao governador pernambucano já estejam apoiando aquele candidato.

Há, no entanto, um motivo maior que deve estar influenciando na maior aproximação entre os dois líderes. A preocupação de que, com a dispersão das forças populares, a direita possa vencer as eleições e homologar, pelo voto, o poder que exerce desde a deposição do presidente João Goulart e a implanta-

ção da ditadura militar.

A direita manobra nesse sentido e o faz com habilidade. Preparou durante dois anos a candidatura do sr. Fernando Collor. Das reportagens especiais na "TV Globo" à capa da revista "Veja", aos textos insinuantes das novelas e às redes nacionais de televisão, criando o mito do "salvador da pátria" e do "caçador de marajás", foi uma programação de alto custo e de amplos recursos técnicos, mas de inegável eficácia.

Essa mágica publicitária foi completada pelas pesquisas, que, devidamente ajustadas, davam ao candidato índices aparentemente insuperáveis nas intenções de voto. Escamoteava-se dos leitores o fato de que mais de 60% das pessoas aparentemente ouvidas diziam ainda não ter candidato. Ou seja, se já o tivessem, não queriam revelar quem era. A meta era criar um clima do "já ganhou" para confundir os tímidos e estimular os oportunistas.

Com o horário gratuito e a aproximação das eleições, as pesquisas apareceram mais discretas, indicando a queda do candidato Collor de Mello.

A mídia não perdeu tempo. Continuou dando gás à candidatura Collor, tentando salvá-la, mas, ao mesmo tempo, estimulava a criação de um mito sobressalente, o sr. Afif Domingos, de maneira a não desguarnecer o campo da direita, nem perder o terreno conquistado. É evidente que o resultado final não depende dos banqueiros nem das multinacionais, que sustentam a direita, muito menos do dr. Roberto Marinho.

Quem vai decidir é aquele eleitor que

já declinou sua intenção de votar nos candidatos da esquerda — Brizola, Lula, Covas, Roberto Freire — ou que figura na chave dos indecisos, mas que já sabe perfeitamente em quem vai votar.

O que fica da estratégia da direita é sua capacidade de organizar suas próprias forças e de atuar com o objetivo determinado de vencer, não importando qual seja o candidato.

Às vésperas de um pleito que pode decidir o futuro do nosso país por muitos anos, a lição serve à esquerda. A decisão de disputar, mesmo sem perspectivas de vitória, uma eleição presidencial, atrai, naturalmente, o interesse dos partidos, pois contribui para avaliar suas forças e lhe permite uma atuação a nível nacional. Essa linha estratégica é correta, se não põe em perigo as chances do conjunto das forças populares nem propicia, pela sua divisão interna, a vitória da direita. Nesse caso, o que deve prevalecer, para as forças progressistas como para o eleitor, é a decisão de derrotar o adversário.

Vozes influentes nos partidos populares têm se levantado, alertando para o risco da divisão que nenhum deles pode correr. É claro que há o segundo turno, quando a unidade se torna inevitável. Mas, já antes de 15 de novembro, o quadro eleitoral deve ser seguido de maneira atenta e responsável, para evitar erros insanáveis.

A reunião de Recife entre Arraes e Brizola foi um bom indício do esforço de entendimento da esquerda. É justo que essas iniciativas frutifiquem, criando-se condições de unidade para a vitória.



# Reencontrar o fio da História

Procópio Mineiro

A professora Maria Yedda Leite Linhares, doutora em História e que ministra cursos na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e na Universidade Federal Fluminense-UFF, considera que o país vive uma oportunidade única de se reencontrar com a própria história e retomar a caminhada em busca de um desenvolvimento equilibrado. "Precisamos aprender tudo de novo", diz ela, referindo-se à necessidade de que a sociedade brasileira dê uma guinada, em relação ao modelo dos últimos 25 anos, responsável por uma crise social inédita na história brasileira.

O pleito de novembro pode representar, assim, uma decolagem do país rumo ao futuro, se for posto em prática um programa de conteúdo progressista, que reponha o fôlego político e social do país. Caso contrário, o agravamento dos problemas, a intensificação da miséria da maioria da população, ante o crescente enriquecimento de uma minoria, tornará o quadro ainda mais explosivo.

*O Brasil vive engasgado com uma série de graves questões não-resolvidas. A campanha eleitoral apresenta uma série de propostas políticas, entre elas algumas de reformas profundas na sociedade. Estas eleições podem significar a retomada de um processo transformador no país?*

— Eu acredito que as eleições não apenas podem retomar esse processo, que foi dramaticamente interrompido, como elas devem, necessariamente, resgatá-lo. O que eu acho muito triste, muito dramático, diria mesmo quase que trágico, quando se encara este pleito, é que, excetuando o de Brizola,

**As eleições presidenciais diretas devolvem ao povo brasileiro a possibilidade de retrazar seus caminhos, retomar seu destino e transferir à responsabilidade do eleito a realização das aspirações sociais por um país capaz de garantir oportunidade a todos**

eu não vejo grandes projetos de mudança profunda deste país. O que se percebe hoje, no Brasil, é uma direita muito bem articulada e, de novo em marcha, o velho projeto das classes dominantes, expresso na frase que diz: "Pode-se mudar, contanto que tudo permaneça o mesmo".

Eu não creio que as classes dominantes brasileiras, que no fundo conduzem o processo eleitoral, tenham, concretamente, a disposição de mudança. Não está dentro da tradição brasileira. Eu não sei se essas classes dominantes tradicionais têm uma disposição de transformar esse país, e, mais do que uma disposição, até que ponto sentiriam tal necessidade. Até que ponto elas estão imprensadas contra a parede por um movimento popular? Temos que analisar, quase que candidato a candidato e possibilidade por possibilidade, esses candidatos.

*Um dos pontos do discurso eleitoral é a questão do moderno e do antigo. É dito que o discurso da esquerda, que propõe reformas sociais de profundidade, é antigo, ultrapassado, enquanto o da direita seria moderno. Esse moderno e esse antigo estão bem qualificados?*

— Eu acho que é isso mesmo, mas em outro sentido. Acho que um é o discurso antigo, pelo conteúdo, e o outro moderno na sua forma. Agora, o antigo tem que ser antigo mesmo, porque na-



Yedda: é preciso reaprender tudo de novo.

da mudou. Nós estamos a quantas décadas, a quantas gerações, tentando imprimir o rumo da mudança neste país, sem o conseguirmos até agora? Então, é evidente que o discurso progressista pode até parecer antigo, pois ainda precisamos e queremos fazer, no país, as reformas que a Inglaterra fez no século passado; que a França fez, em boa parte, durante a Revolução Francesa — que acaba de completar duzentos anos — e que concluiu, na Terceira República, com a garantia da educação básica fundamental para todos os cidadãos.

Nós ainda precisamos melhorar objetivamente as condições de vida da maioria da população; ter uma organização sindical trabalhista coesa e





O Estado brasileiro, quando lhe permitem, tem sabido responder com eficiência aos desafios do progresso

capaz de realmente lutar; alcançar um capitalismo menos ganancioso e mais voltado para a distribuição de renda entre aqueles que participam do processo produtivo. Ora, nada disso foi feito neste país. Nós estamos há quantos anos – há quarenta anos, pelo menos – querendo que o Brasil entre por um caminho que não seja o da polarização, da segregação, do monopólio exercido por um pequeno grupo. Enfim, queremos que o Brasil vença a sua etapa escravista, que deixe de ser um país de escravos e senhores, para ser realmente uma ordem capitalista, com pensamento social adequado. Isto é o que o Brasil reclama há longo tempo: talvez por isso o nosso discurso seja apontado como antigo...

Estes, que se apresentam como novos são, na verdade, velhos. Os rótulos talvez sejam novos, mas o conteúdo dessa Nova Direita é antigo, atrasado. As garrafas podem ser novas, mas o conteúdo é a coisa mais antiga que existe.

Desde a última eleição presidencial passaram-se quase 30 anos. Os problemas fundamentais estão ainda por

resolver, mas o país adquiriu feição nova: hoje mais de 70% da população vivem em cidades, numa inversão do que ocorria naquela época, e a economia brasileira cresceu muito. Em que influi este novo quadro?

– Não há dúvida de que hoje os problemas são muito mais amplos, agravaram-se. Outros talvez sejam novos, decorrentes exatamente dessa urbanização perversa que sofremos. A concentração da renda aprofundou-se. A concentração da propriedade da terra, igualmente. Nesse período dos últimos 30 anos, esta concentração da terra atingiu índices quase que insuportáveis: o Brasil é um país que se aproxima do índice de concentração absoluta da propriedade da terra.

Tudo isto se faz através do empobrecimento generalizado da população. A miséria salta à vista. Não é preciso ser economista nem sociólogo, para sentir o que tem sido a deterioração da vida urbana neste país, o esmagamento da classe média, a proletarianização cada vez maior da população, a ampliação da pobreza e da miséria. São velhos problemas, que se tornaram muito mais agudos e extensos.

Hoje, é mais difícil enfrentar esta situação do que há 30 ou 40 anos atrás. Um programa de reformas, como o que foi pregado no Brasil nos anos 50 – reconheço, que talvez de uma forma ingênua, até partindo de pressupostos teóricos errados, como o de imaginar o país como de base feudal – teve algumas perspectivas deslocadas. Hoje, estamos muito mais enriquecidos nas análises desta grande crise que atinge o Brasil. Temos também melhores condições de construir

programas para sair da crise – naturalmente, com maior sacrifício da população brasileira do que teria sido exigido, se as reformas tivessem sido realizadas no devido tempo, no nascedouro do processo da industrialização brasileira. Hoje em dia, as diferenças estão muito mais acentuadas. A polarização social é muito mais marcada.

O atual nível de urbanização seria um elemento de complicação ou um fator capaz de dar maior velocidade às reformas?

– Eu não saberia responder a esta questão de maneira adequada. Mas, creio que, em princípio, é um elemento de complicação. É preciso agora tratar com massas urbanas extremamente pauperizadas, vivendo em situação de miséria absoluta. São imensas as exigências de infra-estrutura. A urgência é maior. Como reverter uma parte dessa população para o campo, para a produção de alimentos? Como redistribuir, de forma mais harmoniosa, a população brasileira? Aliás, será isto possível, dentro de uma gestão democrática do Estado e da sociedade? A situação é muito grave. Vejamos o caso do Rio de Janeiro: é um estado que se pauperizou-



de forma dramática. Qual a saída para o Rio? Como pensar programas altamente inventivos para assegurar a produção alimentar do Rio de Janeiro? Na área rural, a população está reduzida a cerca de 5%, enquanto, só no Grande Rio, a concentração populacional atinge o índice de 80%. Como gerar atividades, como gerar empregos, sem que se tenha que iniciar um processo de retorno à terra, à agricultura, de parte dessa população?

*A reforma do campo – onde hoje existe o que se considera uma guerra civil não-declarada – é uma questão de fundo ideológico ou de pura racionalidade econômica?*

– Não é só um problema de racionalidade econômica: é uma questão social extremamente grave, é uma questão política. Que estamos em meio a um estágio de guerra civil no Brasil, todos sabemos. Apenas, nos apercebemos disso nas entrelinhas das informações dos meios de comunicação. O conflito está espalhado por todo o país. No campo, o agravamento da tensão ocorre num momento em que a população rural é crescentemente minoritária e sofre o risco de ser esmagada pelo grande capital, que monopoliza a terra.

Se antes tínhamos um latifundiário de tipo antigo, hoje temos um extraordinariamente poderoso, que é o capital financeiro internacional se apossando do nosso campo.

É não só uma questão social, política e econômica, mas é uma questão que

eu considero assunto da esfera nacional. Trata-se da salvaguarda dos interesses nacionais, da nacionalidade, do país como nação, se é que queremos sobreviver como nação.

*Entra na esfera da soberania nacional...*

– Sim, está na área da soberania brasileira. É uma questão a esclarecer: quantas empresas estrangeiras, transnacionais, detêm a terra no Brasil e promovem a sistemática expulsão do produtor rural? É possível que isso continue?

O que muito me chama a atenção é a completa falta de sentimento nacional, de consciência nacional, social e política, da classe dirigente brasileira. Ela é tão introvertida, tão voltada para viver exclusivamente seus próprios interesses... Não temos bola de cristal, mas dá a impressão de que essa classe é suicida. Ela está levando o Brasil para uma situação de impasse completo. Ou de decadência definitiva.

Não pensemos que a História é necessariamente regida por um processo incontrolável, divino, de progresso indefinido. Progresso indefinido que não existe na História. Há nações que desaparecem mesmo. O Brasil está num processo que o torna fadado à miséria absoluta em pouco tempo, se não houver a reversão da situação.

*Uma das teses mais difundidas hoje é a que prega a substancial redução do papel do Estado, na definição do desenvolvimento do país. Os problemas do país*

*decorrem do Estado?*

– É impossível entregar o papel da orientação do desenvolvimento às forças cegas do mercado. Em países como o Brasil, torna-se cada vez mais evidente que o papel do Estado é um papel de progresso. É através dele que se tenta produzir um mínimo de distribuição, de homogeneização social. O Estado funciona como árbitro, como controle dos interesses exacerbados do particular. No Brasil, quando se passa alguma noção de bem público, é através do Estado.

Analisemos o caso do Império. O próprio Estado imperial brasileiro foi muito mais avançado que os senhores de escravos, em momentos cruciais. O Império e sua burocracia tiveram a consciência muito mais clara, muito mais objetiva da necessidade de extinção da escravidão, muito à frente da elite escravista. Vejamos os anos 30. O Estado da Revolução de 30 representou um avanço contra as oligarquias regionais neste país. O Estado – quando passa por ele a questão nacional – sabe propor soluções mais adequadas do que os interesses privados.

*Por conta da visão anti-Estado, verifica-se a apropriação do Estado pelos interesses particulares. Denuncia-se que serviços públicos são desmontados, para dar margem a sua passagem para empresas particulares, através da privatização. Este é um processo sadio?*

– Estas questões precisam ser discutidas pela sociedade brasileira. Quem estiver interessado num processo de mudanças no Brasil, precisa debater este avanço do privado sobre o público. A apropriação do público pelo particular é um absurdo. Dizer que Petrobrás, Eletrobrás, etc. devam ser privatizadas, por funcionarem mal, é algo que não cor-

**A reforma do campo é questão social, econômica e política e envolve até a própria soberania**







### Nossas elites vêm a educação de qualidade para todos como ameaça a seus privilégios

responde à realidade. As empresas do Estado funcionam bem, quando há interesse. Estas grandes empresas têm administração exemplar. O Estado funciona muito bem, quando se quer. Durante a ditadura, por exemplo, o Estado teve uma atuação altamente eficiente na organização da repressão política. Só não funciona bem, quando não há interesse. As falhas existentes não decorrem do fato de ser público. Na França, o setor público funciona exemplarmente: lá, por exemplo, todos os transportes são públicos, e funcionam com perfeição. Na Alemanha, o setor público também funciona. Então, onde está o problema? É uma questão de incompetência da burocracia brasileira? Onde há incompetência, é porque existe interesse, por parte de determinados setores, onde ela domina. Agem como aves de rapina, querem se apropriar do público, do que já está pronto, evitando ter que investir para aumentar suas riquezas. É uma apropriação indevida, um processo lesivo à solução dos grandes pro-

blemas nacionais.

*Uma tese muito simpática à elite nacional é a que prega o prévio crescimento do bolo da riqueza, para só depois se melhorar a renda do trabalhador. Ao mesmo tempo, tornou-se consagrada a definição proposta por um economista, de que o Brasil tem a sociedade composta de uma minoria de padrão belga, convivendo com a imensa maioria em condições indianas, ou seja, aqui é a Índia, o reino dos contrastes.*

— Estamos a caminho do suicídio. Acabaremos voltando aos tempos do Império Romano, com os "bárbaros" assaltando a grande fortaleza das elites privilegiadas. Espero que a situação mude, através de modos diferentes que o do exemplo romano...

*O desenvolvimento pode ser retomado com políticas de renda mais equilibradas?*

— Creio que pode, e considero que deve. Resta saber até que ponto os grandes grupos econômicos do país serão capazes de desencadear, novamente,

ações políticas contra as reformas. Aí seria o embate, que a sociedade brasileira teria que enfrentar. Creio que haverá reação muito forte por parte dos grupos privilegiados, que se satisfazem com este estreito mercado atual. É uma forma de produção, com a qual eles estão satisfeitos. Não sei, se se sentem ameaçados em seu poder. Mas, se entendem que estão, podem ser levados a desencadear outra reação. Esperemos que não ocorra. O Brasil precisa encontrar o caminho de sua maturidade, do processo democrático normal, utilizando as grandes políticas de mudanças, transformações, progresso, redistribuição de rendas.

Veja o caso da educação. Quando se fala em fazer uma escola pública de boa qualidade, realmente universal, esses grupos se levantam, a imprensa ataca. São contra, porque sabem que é esta escola que abrirá a primeira avenida no caminho da justiça social neste país.

*A educação, ao mesmo tempo, seria o grande meio de sustentação do desenvolvimento moderno. A que atribui o fato de as elites não reconhecerem este aspecto?*

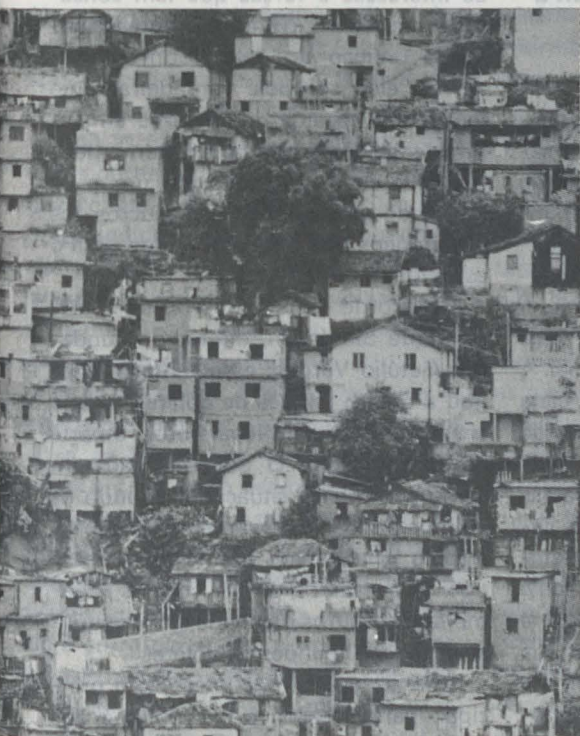
— Não reconhecem, porque este pequeno grupo, incrustado numa massa de miseráveis, extrai sua riqueza da situação de absoluto desamparo da maioria. Estes privilegiados têm suas necessidades de acumulação e consumo perfeitamente satisfeitas, nessa situação. Assim, a educação não é um grande objetivo para eles, como o foi na França. Naquele país, o objetivo não foi econômico, mas político. Foi a consciência do jacobinismo francês, dentro da questão nacional, que resolveu a questão da educação. Aqui no Brasil, mais do que política e econômica, a questão da educação é social. De sua solução, partirá uma nova possibilidade de construir outra sociedade, com outra ordem econômica. Mas, até que ponto estes setores empedernidos do poder econômico do país acreditam nisso, desejam isso? É uma questão ideológica séria. Até que ponto, eles não acham



que a educação universal viria a ameaçar seus privilégios?

*No debate das necessidades imediatas do país, tem posição de destaque a questão da dependência. A direita prega o que chama de plena integração da economia nacional com os países ricos. A tese nacionalista defende a busca de um desenvolvimento de linhas autonomistas. Quais as condições de uma rendição à dependência, como prega a Nova Direita?*

— É uma questão complexa. Creio que se tem exagerado a questão da dependência, que serve como uma espécie de desculpa para certos setores, que pretendem se eximir das responsabilidades. Fica confortável dizer que não se pode transformar o país, porque existe a dependência. Acho que nossos destinos não são determinados de fora. Existem laços de dependência de ordem geral, desde a época da Colônia. Mas, a principal dificuldade é interna, na composição de classes do país. Somos controlados, porque existem setores domi-



A mentalidade da escravidão persiste em nossa sociedade

nantes internos que aceitam ser teleguiados de fora. Existe imensa responsabilidade interna nessa situação, uma coparticipação nesse quadro de dependência. Faz parte da imensa engrenagem de corrupção, desmando, falta de patriotismo das elites brasileiras. Existe o poder do imperialismo, mas nós somos dominados pela ponta interna, pelas classes ricas internas, que estão, conscientemente, explorando esta situação. Este é um processo de revisão teórica que precisamos fazer...

*Diz-se que é preciso como que escanear as fronteiras econômicas...*

— Nós sequer chegamos ainda a viver plenamente nossa etapa nacional. Não sei como seria possível queimar uma etapa como essa, na busca de uma integração desigual. O que nos deve preocupar é como produzir as riquezas, internamente, e como redistribuí-las, internamente.

É uma fase importante a que se abre para nós, agora, com estas eleições. Só vamos vencer o impasse com um projeto nacional, brasileiro, de desenvolvimento econômico, social, cultural, de auto-afirmação, com um nacionalismo maduro, que realize as aspirações mínimas de igualdade da população brasileira. Apostar numa integração com o capitalismo internacional — é claro que vamos ser engolidos por eles, que são muito mais fortes. Só nos restará o genocídio. O que precisamos é construir um capitalismo, neste país, que não seja este modelo perverso que está aí, vivendo das sobras do capitalismo internacional, e que beneficia só um pequeno grupo de brasileiros, que admitem este estado de exploração neste país.

*Hoje, a corrente dita liberal gosta de citar, como exemplos, os capitalismos orientais, tipo Japão ou os chamados Tigres Asiáticos...*

— O Japão fez sua revolução

nacional, transformadora, já no século passado. O Japão teve um passado feudal, enquanto éramos escravistas. Quando, no começo da segunda metade do século passado, o Japão iniciava sua revolução modernizadora, a reforma Meiji — que, exatamente, restaurava as funções do Estado — nossos senhores aqui ainda vendiam escravos em hasta pública. São situações totalmente diferentes. A estrutura de classes que resulta de cada situação dessas é inteiramente diferente.

No Brasil, ainda estamos esperando o momento de matar a escravidão em nossas almas, em nossos corações, em nossas mentes. A escravidão acabou no papel, um século atrás, mas não desapareceu: continua presente na concepção do trabalho, na relação do homem com o trabalho, nas hierarquias, nos sistemas de dominação, no racismo, nas relações sociais. Precisamos antes apagar e modificar isso. Enfim — para ficarmos na comparação com o Oriente — ainda não fizemos a grande revolução nacional e modernizadora, que o Japão fez no século passado.

O Brasil tem de se construir a partir de seus próprios valores, de sua cultura, suas tradições e hábitos, mas passando pela igualdade social. É preciso que surja uma nova sociedade, em que haja oportunidade, de fato, para todos, o que ainda não conhecemos em nossa História. A mentalidade da escravidão ainda está permeando nossa sociedade. Como apagar isso e como ingressarmos em outro mundo, o da liberdade e da igualdade?

*A modernização, portanto, depende da solução de velhas questões?*

— Temos que resolvê-las. O que é a modernização? Creio que é educação para todos, trabalho para todos, oportunidade de acesso a um mínimo de bem-estar, de progresso material e cultural, para a totalidade da população. É modernização tais benefícios somente para 20% da população? E o resto? Destinar os 80% restantes ao genocídio, como pregam indiretamente alguns meios de comunicação? ●





Nossa luta é para a democracia chegar ao pobre também

## A grande conquista

O brasileiro está diante do maior desafio das últimas décadas, que é o de transformar seu voto num instrumento de avanço social, num país sob os efeitos da dominação praticada por elites insensíveis, que se recusam a dividir a riqueza gerada pelo trabalho do povo e permitem a sangria do país através da dívida

Antônio Carlos da Cunha

“A partir de 15 de março do próximo ano, teremos à frente da nação, na medida em que as eleições se realizem de maneira efetivamente democrática, livres das costureiras fraudes dos últimos pleitos, o presidente da República escolhido pelo voto direto do povo, possuidor, consequentemente, do prestígio necessário, para exigir dos cidadãos de todas as classes e camadas sociais, os sacrifícios indispensáveis para pôr em ordem a economia nacional.”

As palavras são do ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro-PCB, senador Luiz Carlos Prestes, que chama a atenção, no entanto, para o fato de estarem as eleições de novembro sendo realizadas em momento dos mais difí-

ceis para a vida da maioria esmagadora da população brasileira, vítima de salários muito baixos, consequência de uma política econômica ditada por interesses poderosos e orientada no sentido de descarregar todas as dificuldades da crise nas costas dos trabalhadores.

“Mantém-se assim”, diz ele, “a mais injusta distribuição da renda nacional. A riqueza do nosso país acumula-se, cada vez mais, nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas, banqueiros, empresários e latifundiários mais abastados, todos, em geral, associados ao capital multinacional, direta ou indiretamente. Isso ocorre no lado econômico e social. No terreno político, cresce a desmoralização das lideranças, em sua maior parte comprometidas com a corrupção avassaladora. Lideranças políticas que, desde o golpe militar de 1964, por falta de debate democrático, deixaram de se renovar, sendo, ainda

hoje, as mesmas de antes daquele golpe”.

**Problemas internos e externos** — Prestes entende que o próximo presidente, com o prestígio e o respaldo do voto popular, deverá providenciar as medidas necessárias, que assegurem a democracia para o povo e não apenas para a elite dirigente, como existe hoje no país.

“Vamos tomar como exemplo”, prossegue ele, “o direito do cidadão à inviolabilidade do lar. Mesmo na Constituição anterior, feita pelos generais, em 1967, já existia esse direito. É um artigo constitucional, que diz que, na casa do cidadão, mesmo de dia, só se pode penetrar com mandado judicial. Ninguém respeita isso para o pobre. Vê-se, na tv, soldados da PM e policiais civis pondo abaixo a pontapés e tiros portas de casa e barracos dos pobres, em ato de extrema violência e desrespeito aos direitos humanos”.

Na opinião do senador, são muitos os interesses e forças que têm conseguido impedir o avanço e progresso social e político do país. “Constituem”, afirma ele, “grupos verdadeiramente terríveis. Eles atuam com base em fatores externos e internos. Externamente, além da dívida, que tem um peso tremendo para o Brasil, há os lucros dos monopólios que são exportados para o estrangeiro.

De acordo com dados do sr. Mário Henrique Simonsen, diretor da Fundação Getúlio Vargas, essa remessa chegou a quatro bilhões de dólares no ano passado. Parte saiu legalmente, e parte de forma ilegal. O governo não tem como controlar a situação. Segundo os últimos dados, essas remessas já sobem a cinco bilhões este ano. A soma desse tipo de evasão de divisas com os pagamentos dos juros da dívida externa quase chega a 20 bilhões de dólares”.

Quanto aos fatores internos, o principal, para Prestes, é o problema dos salários. Ele lembra, que o Dieese, órgão de pesquisa econômica dos sindicatos dos trabalhadores, prova que,



para o salário mínimo ter hoje o mesmo valor da época em que foi criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, em 1940, precisaria ser de mais de NCz\$ 800,00.

"O crescimento da massa salarial do país", sustenta o senador, "seria uma forma de desenvolvimento social, porque o aumento do consumo obrigaria a produção a aumentar. A inflação é determinada, exatamente, pelo excesso de moeda sobre a produção. Quer dizer, temos hoje uma produção pequena para a moeda que o governo gasta com outras coisas, que não são salários. O salário brasileiro é um dos menores do mundo. O nosso salário mínimo não chega a 60 dólares, enquanto na Espanha é de 500 dólares, na França quase 600, nos EUA é de 850 dólares".

**No fundo, atraso cultural** – Prestes define o arrocho salarial, como um dos instrumentos mais eficientes de dominação dos grupos que controlam o poder no país: "Estão matando o povo de fome. Fui educado no Rio, desde seis anos de idade, quando vim de Porto Alegre, onde nasci. Andei muito pelos bairros e morros cariocas e nunca vi tanta miséria como hoje. São milhares de famílias morando nas ruas, dormindo sob as marquises, embaixo dos viadutos ou em qualquer lugar da rua. Os governantes vêm tudo e não tomam uma medida sequer. Podiam providenciar pelo menos uma barraca para essa população passar a noite. Isso se repete em todo o país, mas, a situação é mais grave nos grandes centros".

Para o senador, é difícil dizer quais as diferenças entre as oligarquias dos anos 40 e as atuais, porque o que mudou efetivamente foi o estilo de ação, modernizando-se os instrumentos de dominação. Prestes diz que a corrupção avassaladora caracteriza hoje a política brasileira: "Todo mundo ou corrompe ou é corrompido. Ao lado de tudo isso, há a desmoralização dos quadros políticos".

E continua: "Mas, o mal maior do povo brasileiro é o atraso cultural. O analfabetismo. Temos mais de 20 milhões de brasileiros adultos analfabetos.



A miséria se repete em todo o país, agravando-se nos grandes centros

Número que é crescente, não só aqui, como na América Latina em geral. A saúde pública é um verdadeiro fracasso. A pessoa pobre que adoece no Brasil morre por falta de socorro médico. Os nossos hospitais estão em petição de miséria. Temos também o problema da reforma agrária. No Brasil, não haverá progresso, enquanto não acabar o monopólio da terra nas mãos de uma minoria".

Para Prestes, a má divisão da terra é um dos entraves ao desenvolvimento: "São especuladores que acumulam terra para vender mais caro. O pior de tudo é que a Constituição nova proíbe qualquer desapropriação de terra produtiva. Quer dizer, só vão desapropriar as terras improdutivas para entregar ao trabalhador, ao camponês. Isso é um crime. Como é que esse homem, sem recurso algum, vai conseguir produzir numa terra improdutiva?".

**O voto da juventude** – O velho líder tem esperança muito grande nos jovens brasileiros, que, para ele, têm vivacidade maior do que os adolescentes de alguns anos atrás. "Isso acontece", acrescenta ele, "por causa dos meios de comunicação, e apesar da televisão e de todo o mal que seus percalços repre-

sentam, estimulando o povo ao consumismo. Como não há dinheiro, gera-se a violência, a alienação e outros graves dramas sociais. Ou seja, além dos governos inoperantes, que, na área da educação, não conseguem assegurar nem o ensino público gratuito, ainda aparece a tv, que deseduca o povo".

"Mas, os jovens, até mesmo inconscientemente, são de oposição, porque eles se sentem assim em relação a tudo isto que está aí. A própria vivacidade da juventude faz com que ela caminhe nesse sentido. Essa é uma das razões fundamentais da importância do voto aos 16 anos, porque o jovem tem instintivamente a noção exata do seu papel social."

**Controle da comunicação** – Prestes entende que a democratização dos meios de comunicação é vital, para que a coletividade tenha poder de decisão no sistema econômico. Ele acha, entretanto, que isso é praticamente impossível, nas condições atuais, porque os veículos de comunicação são empresas que exigem investimentos de elevadíssimas somas de dinheiro.

"Jornal", assinala ele, "até seria possível, embora nunca se pudesse imaginar concorrer com o "Jornal do Brasil",



"O Globo", "O Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", porque seria necessário um capital muito grande. A classe operária, que é a mais consequente – porque é a que está menos presa ao capitalismo e tem interesse em substituir o sistema por uma sociedade nova e mais justa – precisa de um instrumento de comunicação. As mudanças têm que ser feitas pelo povo, quer dizer, pelos operários e seus aliados fundamentais, que são os trabalhadores do campo e a pequena burguesia urbana".

**O discurso conservador** – Segundo o senador, os candidatos da direita, com um discurso pretensamente liberal, falam de tudo o que interessa ao brasileiro, mas de forma superficial. Ele dá, como exemplos, Fernando Collor de Mello e Guilherme Afif Domingos, que têm resposta para tudo.

"Fazem uma pergunta a eles, e, antes do término da indagação, já estão respondendo, como se fosse decorado, com se tivessem uma chapinha com tudo pronto. Ninguém aprofunda coisa alguma, não se vai a fundo. Não basta dizer que vão colocar na cadeia todos os ladrões e que resolverão o problema da inflação. Precisam dizer como isso será feito, dentro do sistema capitalista."

Prestes acha que o combate à inflação, por exemplo, vai exigir mais sacrifícios da população. "Os salários", prossegue ele, "depois de aumentados para um nível justo, deverão ser congelados. Em contrapartida a essa medida que afetará a classe trabalhadora, é preciso criar um imposto sobre fortunas. Ao mesmo tempo, deve-se atacar o setor financeiro, que é o que mais ganha com toda essa especulação, na inflação que tomou conta da economia. É preciso reduzir os juros, que são catastróficos para as micro, pequenas e médias empresas. Os juros atuais quebraram milhares e milhares de pequenos empresários brasileiros".

"Quem mais ganha hoje, em todo o país, é o banqueiro, que está realmente no melhor negócio que se pode imagi-

nar – define Prestes. Tal situação, dificilmente os conservadores e a direita vão alterar, porque dela se beneficiam. A prova disso é que eles detêm o poder e nada mudaram até hoje".

**Unamo-nos todos em defesa da democracia. É preciso que nos organizemos para sustentar e apoiar o novo presidente, na sua gigantesca tarefa de pôr ordem nas finanças da nação, de assegurar a terra ao trabalhador do campo e casas para a família operária, de pôr fim ao analfabetismo adulto e de cuidar da educação e saúde da população.**

**Brizola para presidente** – Na opinião de Prestes, o povo brasileiro, depois de 29 anos sem eleições pelo voto direto para a presidência da República, está hoje frente a uma grande conquista: "Temos que utilizá-la para a elevação do nível de confiança política, no seio popular. É um fator de educação, fundamental à luta que devemos travar contra o atraso cultural da população, sobretudo no campo ideológico e político".

"As eleições deverão mudar o país – afirma o velho líder político. Particular-

mente, estou fazendo todo o esforço que posso para falar com o povo, conversar muito com todos e explicar o meu ponto de vista, que é o seguinte: que todos escolham o melhor candidato, aquele comprometido com as mudanças que o país precisa, mas, sem nenhuma ilusão de que essas eleições vão resolver os problemas do Brasil."

No quadro político, social e econômico de hoje, o senador está engajado na campanha presidencial do PDT. "O ex-governador Leonel Brizola", justifica Prestes, "é o candidato em quem os trabalhadores podem confiar, por sua personalidade política, integridade moral e qualidades pessoais. Já foi prefeito de Porto Alegre e governador do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e a direita, com todo o controle que tem sobre os meios de comunicação e poder judiciário, não conseguiu chamá-lo de corrupto ou ladrão dos cofres públicos. Nos cargos que exerceu, Brizola se revelou administrador capaz, terminando, por isto, o seu período de governo, ao contrário do que em geral acontece, com crescente prestígio popular".

Em manifesto público, distribuído em todo o país, ressalta a preocupação do candidato pedetista, no sentido de afastar a criança da rua, com a proposta dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep. "Brizola", continua ele, "é também admirado pela sua coragem em defender a Constituição nacional e, portanto, a posse de João Goulart na presidência da República, quando da crise da renúncia de Jânio Quadros e das ameaças públicas do então ministro do Exército de mandar bombardear o Palácio Piratini, em Porto Alegre. Foi ainda o único governador que nacionalizou duas empresas estrangeiras, a Bond and Share e a ITT. A luta pela vitória da candidatura dele, no entanto, não está sendo fácil. Contra essa candidatura estamos vendo levantarem-se todas as forças reacionárias deste país ou que aqui atuam. Além disso, os conservadores têm juntado todo o dinheiro que lhes foi possível, para gastar na campanha contra Brizola".



# Um governo democrático

**A importância das eleições de novembro e da recuperação da vida democrática brasileira, para que a nação saia da crise e retome o caminho do desenvolvimento econômico e social**

“É fundamental, para os brasileiros, que o próximo presidente coloque a solução do problema da dívida externa como base de suas prioridades governamentais. Estas, entre outros setores, devem contemplar os investimentos na educação e saúde, o desenvolvimento com aporte de capital nacional, o controle do sistema financeiro e uma atividade de comunicação social que restabeleça a variedade de opiniões.”

As palavras são do político, escritor e jornalista Barbosa Lima Sobrinho, ex-governador de Pernambuco e presidente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI. Ele tem uma sugestão, que considera definitiva, para se solucionar a questão da dívida: o Brasil e todo o Terceiro Mundo devem reivindicar da comunidade financeira internacional o mesmo tratamento dado pelos países vencedores da Primeira Guerra à Alemanha, que, derrotada, teria de pagar reparações de guerra e não o fez integralmente.

“As dívidas externas”, explica ele, “resultam de entendimentos e compromissos entre credores e devedores, já em parte cumpridos com os pagamentos das prestações e dos juros. As reparações de guerra foram as obrigações de pagar as imensas destruições, pelas quais se responsabilizaram os exércitos germânicos. Comparadas as



**Barbosa: deve-se privilegiar o ensino e a saúde**

duas obrigações, as reparações de guerra avultariam como um dever sagrado, por motivos de ordem moral, acima de qualquer restrição.

Não obstante, o tratamento de um e do outro, do pagamento das reparações e das prestações das dívidas externas, tem-se distanciado, com as facilidades de que usufruíram as reparações e a intransigência, com que se vem exigindo do Terceiro Mundo o pagamento de sua dívida externa. Para os países devedores, que não fizeram mal algum aos credores, pelo contrário, até negociaram com eles, vem a acusação de caloteiro. Para os alemães, cuja dívida era fruto de um ato de violência, fizeram concessões que foram, pouco a pouco, reduzindo o pagamento das reparações até a sua completa extinção”.

**Concordata preventiva** – Barbosa Lima Sobrinho explica que o problema da dívida, para o Brasil, exige solução prioritária porque é imediato, considerando que o país precisa, para honrar os juros e outros encargos, de mais de 12 bilhões de dólares anuais, e não os tem, exceto às custas de muito sofrimento e miséria da população.

“A situação”, prossegue ele, “obriga

o governo a confiscar parte do lucro do setor exportador, desestimulando o sistema; a emitir moeda, que é inflacionário; e a criar, permanentemente, títulos públicos, que expande de forma colossal a dívida interna. Tudo isso significa sacrifício da população, sobretudo, dos trabalhadores”.

O jornalista questiona, principalmente, o valor da dívida, tanto em relação ao que ela realmente representou de investimentos no país, quanto ao montante já pago até agora, embora a dívida não tenha parado de crescer. “Precisamos”, defende o presidente da ABI, “auditar o que de fato entrou no país e em que foi aplicado. Fala-se muito em usinas hidrelétricas. Mas, elas pouco representam diante da dívida. Temos que verificar o excesso de juros.

De 1982 a 1986, por exemplo, o Brasil pagou 73 bilhões de dólares, mas a dívida, em vez de diminuir, cresceu para 112 bilhões de dólares. Quer dizer, de nada adianta pagar. Temos que suspender os pagamentos e chamar os credores para discutir aqui esse absurdo. É o que se pratica no comércio internacional, a chamada concordata preventiva. Aí, se reduzem, basicamente, os juros. Se esse procedimento serve para



todos, por que não ao Brasil? No direito internacional, há uma cláusula que autoriza mudança no contrato. Se eles alteraram os juros unilateralmente, por que não podemos fazer a redução do custo da dívida em comum acordo?"

**Educação e saúde** – Barbosa Lima Sobrinho entende que, ao longo dos últimos meses, no fogo da campanha presidencial, o eleitorado esteve submetido a uma pressão forte, a partir da aparência dos candidatos, o que representa um fator de grande influência. "Mas, é o voto", assinala ele, "que pode surpreender a todos. Temos aí não só bons programas de governo, como há homens que já mostraram, na sua vida pública, do que são capazes de realizar para melhorar a vida dos brasileiros, como o ex-governador Leonel Brizola, o senador Mário Covas e o ex-ministro Aureliano Chaves".

Segundo o presidente da ABI, a prioridade da educação deverá privilegiar o ensino público em todos os níveis de escolaridade, mas, principalmente, no ensino fundamental. Quanto à saúde, ele entende que cabe ao governo proporcionar o atendimento e a orientação de forma preventiva. "Isso tudo faz parte do próprio desenvolvimento social, que exige também a solução do problema dos salários baixos dos trabalhadores brasileiros".

Ele acrescenta que os salários baixos, por sua vez, estão ligados à estrutura do crescimento das empresas, no país: "Capital se faz em casa – lembra o ex-governador. Todos os países desenvolvidos cresceram dentro dessa tese. O capital estrangeiro é desnecessário para o nosso desenvolvimento. A prova disso é que, há mais de 15 anos, somos exportadores de capital. Os recursos estrangeiros chegam até nós dentro de uma relação colonial, que tem os juros como tributo. O Japão é o grande exemplo sobre a maneira como deve ser feito o desenvolvimento. Cresceu com capital próprio e hoje é a segunda economia do mundo, com elevada renda per cápita".



É urgente que se reorganize o sistema financeiro, com novo modelo bancário

Para que o Brasil venha a se desenvolver com recursos próprios, segundo Barbosa Lima Sobrinho, é urgente que se reorganize o sistema financeiro, com um novo modelo bancário, mais apropriado à realidade nacional. "O que não podemos admitir é o modelo que o Banco Mundial está nos indicando. Precisamos de bancos preocupados com o financiamento nacional, exatamente como acontece no Japão. E temos, internamente, capital para esse financiamento, porque, por ano, estamos remetendo para o exterior os 12 bilhões de dólares que custeiam a dívida externa, fora o que é enviado ilegalmente, através do subfaturamento e outras formas de remessas, que se calcula hoje em mais de 20 bilhões de dólares".

**Opinião pública** – O presidente da ABI diz que a grande dificuldade que entra a reversão desse quadro é o fato de estar a opinião pública, em grande parte, orientada para os interesses do grande capital, cuja presença nos meios de comunicação é muito constante.

"O poder econômico", ressalta ele, "é natural nos meios de comunicação de hoje, que exigem enormes investi-

mentos para que funcionem. Mas, não podemos admitir que a influência desse tipo de mensagem junto à população ocorra de maneira tão exagerada e distorcida. É preciso que se crie um modelo alternativo de comunicação, que certamente resultará num confronto benéfico para o país, porque vai restabelecer a variedade de opiniões. E é com isto que os governos precisam contar, para acertar mais e errar menos".

Barbosa Lima Sobrinho entende que a procura de outras opiniões para se desenvolver o país, significa a valorização das entidades civis, que integram e são parte essencial do regime democrático. "O governo", continua ele, "é um inquilino e não dono do Palácio da República. O governo não pode pretender ser o dono da verdade absoluta. Ouvir a oposição prudente e responsável, que colabora quando critica, cumprindo o seu dever, é vital a uma sociedade que busca o fortalecimento de todas as suas instituições democráticas. O governo não pode pensar que suas idéias são dogmas".

Antonio Carlos da Cunha



# Um programa para mudar

Com a experiência do desempenho de dois governos estaduais – Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – e de uma liderança política reconhecida, nacionalmente, há mais de três décadas, Leonel Brizola prepara-se para disputar as eleições presidenciais de 15 de novembro, com a certeza de que chegará ao segundo turno, quando calcula que vai se confrontar com um candidato de perfil direitista

O confronto do espírito progressista contra o projeto conservador, no turno decisivo, representará, segundo Brizola, a exata forma da luta que se trava no seio da sociedade brasileira: o embate entre as urgências sociais da quase totalidade da nação e os privilégios de uma reduzida camada de beneficiários das tortuosidades do sistema econômico brasileiro. Não pode existir desenvolvimento equilibrado, sem justiça social – afirma Brizola, reiteradamente, enquanto aponta seu programa trabalhista, de socialismo democrático, como a chave para o Brasil abrir as portas de um tipo de desenvolvimento capaz de incorporar a seus benefícios os quase 90% da população hoje em estado de pobreza e miséria.

Ao desenvolvimento perverso que caracteriza o crescimento brasileiro, Brizola contrapõe a realização de reformas extensas, uma verdadeira reorientação da nacionalidade, em busca de um modelo social que envolva o progresso material – com a retomada do desenvolvimento econômico – e a justa distribuição das riquezas criadas pela coletividade, com a extensão efetiva dos direitos da cidadania à massa trabalhadora.

Estes dois objetivos primários têm pelo caminho, como obstáculos, questões tão variadas como a mentalidade reacionária de grupos decisivos da ação empresarial, o enfraquecimento do corpo social, como um todo, em função das perdas contínuas provocadas pela dívida externa, o mau funcionamento estatal, a desesperança, a fome, a inexistência de um projeto nacional coerente,

o insuficiente padrão salarial, a organização iníqua do campo.

Partindo do pressuposto de que a base de qualquer reforma ou progresso é o próprio homem, Brizola destaca que as transformações exigidas pelo Brasil dependem de uma arma definitiva: a educação. Esta, segundo sua opinião, é

o instrumento de capacitação do brasileiro para a construção de uma sociedade diferente, mais igualitária. “Para o Brasil desenvolvido, o caminho único é o desenvolvimento do brasileiro. E isto quer dizer educação” – insiste Brizola.

**Uma nova era** – Os mais de 40 anos de vida política, a maior parte do tempo no centro dos acontecimentos, tornaram Brizola convencido das potencialidades do futuro brasileiro e da urgência das mudanças. Para ele, que já lutava por reformas sociais e econômicas desde os anos cinquenta, mais do que nunca o Brasil vive numa encruzilhada. Para ele, a opção correta descortinaria para o país o início de uma nova era, que permitiria o surgimento de um país adulto, dono de seu destino e apto a alcançar os objetivos mais generosos para o seu povo.

“Nós estamos diante de uma hora de mudanças – diz Brizola. E o povo entende que estabelecemos um terceiro mundo – 59



Brizola e Willy Brandt: o apoio da Internacional Socialista



mos diante de uma encruzilhada, diante de uma situação de fim de época, como naquele ano de 1889, um século atrás, que marcou o fim da monarquia. Ali também havia um modelo econômico, baseado na escravatura, e os barões, condes e fazendeiros não entendiam que precisavam pagar salário àquela gente. Alegavam que abolir a escravidão era contra a própria vontade de Deus e contra o direito natural. Ocorre praticamente o mesmo hoje em dia, quando os grandes capitalistas, que controlam este país, aproveitam-se desse modelo econômico perverso e acham que podem continuar mantendo seus privilégios, entre eles o de pagar estes salários irrisórios para o povo brasileiro”.

A nova era, que o candidato pedetista aponta, inclui uma espécie de reprogramação do Brasil, através de uma série de reformas de profundidade e da adoção de políticas que eliminem os pontos de estrangulamento do progresso sócio-econômico nacional. “É preciso questionar e modificar este modelo econômico e a incompetência da classe dirigente”.

Brizola aponta, como exemplo das várias formas de desmandos e insensibilidade das elites brasileiras, a dívida externa. Hoje, ponto central do estrangulamento econômico brasileiro – e também de todo o Terceiro Mundo – a dívida é, ao mesmo tempo, o desafio imediato e o retrato da incompetência dessa classe dirigente em gerenciar o país.

“O Brasil não suporta mais a sangria a que os credores internacionais o submetem – afirma o líder trabalhista. É preciso contestar o valor e a forma desse endividamento, produzido pela irresponsabilidade dos dois lados, o governo brasileiro e os banqueiros internacionais. É preciso um exame profundo desse assunto, para que o país saiba, afinal, o quanto deve, realmente, depois de já ter pago tanto, sem que os valores se reduzam. Uma vez esclarecido esse ponto, vamos precisar de novas condições de pagamento do principal, que permitam ao país eliminar a dívida, de

maneira suave, no espaço de algumas décadas, talvez 30 ou 40 anos”, propõe Brizola.

Segundo ele, o Brasil não pode hipotecar seu futuro da forma como o vem fazendo, enviando ao exterior bilhões de dólares, anualmente, a título de pagamento de juros. “Nós já pagamos muito além do que devíamos. E carregamos nas costas até mesmo as consequências da inflação norte-americana”.

A dívida externa é hoje o nó que sufoca o país e vai se constituir no ponto de atrito mais imediato com os setores financeiros internacionais, acostumados a calçar sua prosperidade com a extração espoliativa das riquezas do Terceiro Mundo. Para a busca de um entendimento, Brizola conta com sua experiência e com o acatamento de estadista que merece de setores políticos de primeira linha no mundo desenvolvido, principalmente por sua vinculação com a Internacional Socialista – da qual é hoje um dos vice-presidentes – onde se encontram chefes de governo de vários países europeus.

A batalha da dívida necessitará, porém, ainda mais que isso: exigirá a participação de todas as forças nacionais,

**A criança, centro das preocupações do dirigente do PDT, que se comprometeu a promover uma revolução na educação**

na busca de uma fórmula que permita ao país superar esse que será o mais contundente dos desafios da primeira hora de governo.

**Fazer a cabeça** – Há muito identificado como o pregador das reformas, Brizola acredita que a situação amadureceu a tal ponto, que impedi-las é o mesmo que tirar ao Brasil o último alento e condená-lo a um futuro de pobreza mais dramática que a atual, onde já se contam por dezenas de milhões os brasileiros submetidos ao estado de fome permanente.

O símbolo dessa nova era será, de acordo com Brizola, a revolução da educação, isto é, a extensão às camadas populares – a quase totalidade do povo brasileiro – do direito à cultura, de que estão hoje excluídas, na prática, devido ao modelo escolar brasileiro, uma autêntica máquina de fracassos.

O modelo que pretende espalhar pelo Brasil é o dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep, que criou durante seu governo no Rio de Janeiro e cujas características atendem a seu ideal de formação para o brasileiro. Trata-se da escola de turno único, na





qual a criança entra de manhã e sai apenas no fim do dia, recebendo aulas, estudo orientado, refeições, lazer e atendimento médico-dentário.

Segundo Brizola, "o Ciep é uma nova instituição que surge, questionando, por dentro, esta realidade social injusta, desumana e impatriótica. Estas novas escolas proporcionarão às nossas crianças alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, esporte, lazer, material escolar, assistência médica e dentária. Depois de permanecer o dia todo no colégio, voltam, de banho tomado, para o carinho da família".

O presidiável pedetista aponta o descaso com a educação como um dos fatores do atraso, lembrando que o sistema de ensino brasileiro reprova e afasta milhões de crianças. "Mais de 50% de nossas crianças, depois de anos de repetência, deixam a escola mal assinando o nome. Noutras palavras: analfabetas e ressentidas. Por quê? Deficientes de saúde e de alimentação, apenas permanecem algumas poucas horas no ambiente escolar, o qual, por sua vez, tem sido precário e ineficaz".

Ele rebate as críticas contra o modelo que implantou no Rio e afirma que, ao contrário, "as nossas crianças merecem

ainda mais. Elas representam o que o Brasil tem de maior valor e, também, os nossos próprios destinos, como nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste país deveriam estar em escolas como os Cieps. Para isto, bastaria que não se desviassem tantos recursos públicos para fins inúteis e inconfessáveis. Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando num Ciep".

Brizola - um órfão de família muito pobre do interior gaúcho e que enfrentou as maiores dificuldades para estudar - aposta que "dos Cieps não de sair aqueles homens e mulheres que irão fazer, pelo povo brasileiro e pelo Brasil, tudo aquilo que nós não conseguimos ou não tivemos coragem de fazer".

**Reciclar o desenvolvimento** - A luta na área do desenvolvimento econômico é outra preocupação central de Brizola, que já estuda, há muito tempo, projetos de recuperação para o país. "Só acredito no desenvolvimento econômico que compreenda também a justiça social", define, explicando que seus projetos de reforma no campo da produção econômica têm por base a livre iniciativa, mas subordinada aos interesses maiores da nação. "Seguimos as linhas do socialismo democrático", assinala, ao frisar que a presença do Estado justifica-se na economia, naquelas áreas estritamente necessárias, como acontece inclusive no mundo desenvolvido.

Por isso, considera que a onda de privatizações em curso pode ter por efeito a desorganização da economia e prejuízos à própria soberania nacional, na medida em que o capital transnacional se apossar de empresas de base construídas pelo povo brasileiro. Ele chama a atenção para a função de apoio ao desenvolvimento global exercido por estatais de infra-estrutura, como a Petrobrás, a Eletrobrás, as siderúrgicas, as empresas de telecomunicações e muitas

outras, que têm sua história estreitamente ligada ao desenvolvimento brasileiro.

Outro ponto vital para reciclar a economia é, em sua opinião, a reforma do campo. Brizola entende que o Brasil precisa criar, nos próximos anos, 25 milhões de pequenas e médias propriedades rurais, de forma a garantir e expandir a produção alimentar e dar colocação a milhões de brasileiros, hoje sofrendo o desemprego ou subemprego no campo e nas periferias das cidades.

"Vamos trabalhar, para que haja muitos projetos de colonização, para fazer o que já fizemos: juntar poder público e iniciativa privada e colonizar áreas por este país. Tenho certeza de que, com a experiência que temos sobre o assunto, ao final do governo vamos estar colocando anúncios no jornal, oferecendo pequenas e médias propriedades para quem quiser trabalhar no campo. Para fazer essa reforma, basta examinar o que o governo tem, o que certos grupos abocanharam, e o que foi apossado por grupos estrangeiros, milhões de hectares, por meios suspeitos".

Brizola rebate a frequente acusação de que reformar o campo é atentar contra o direito de propriedade. "Não questionamos o direito de propriedade. Pelo contrário, defendemos a extensão do direito de propriedade. O Brizola no governo será a garantia da extensão do direito de propriedade. Acreditamos que a propriedade é uma coisa tão boa, que a queremos para todos os brasileiros. Esse direito à propriedade deve ser democratizado. Sem atropelos, sem confiscos, sem violência, vamos democratizar a propriedade. Isto faz parte dos direitos humanos de um povo que herdou este imenso território brasileiro", assegura.

Às vésperas das eleições presidenciais, que classifica de decisivas para a história brasileira, Leonel Brizola, o homem das reformas e do socialismo democrático, garante: "Neste país, ninguém está mais preparado para exercer a presidência da República do que eu".

Procópio Mineiro







Ao Congresso cabe decidir sobre privatizações, iniciadas na Bolsa

## O risco da desnacionalização

**Privatização pode retirar do Estado um patrimônio que, em 1988, deu lucro de mais de 200 milhões de dólares, e as operações de venda beneficiam também as empresas estrangeiras, através da conversão da dívida externa**

O projeto de lei enviado pelo poder executivo ao Congresso Nacional, dispondo sobre a privatização de empresas estatais, recebeu veemente repúdio do Movimento em Defesa da Economia Nacional.

O movimento divulgou documento, no final de setembro, assinado por 30 entidades de trabalhadores, empresários, profissionais liberais e políticos, entre as quais a Frente Parlamentar Nacionalista, Associação Brasileira de Imprensa-ABI, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional-Cebracan e as associações dos servidores do Banco do Brasil, Banco Central e da Fundação Oswaldo Cruz, além dos sindicatos dos professores e dos jornalistas do Rio.

A aprovação do projeto, segundo o documento, causará enormes prejuízos ao país, porque liberaria o poder executivo para realizar privatizações sem quaisquer balizamentos, cuidados ou precauções, indispensáveis à salvaguar-

da do patrimônio público e à preservação do interesse e da soberania nacionais.

O documento repele a alegação de que é preciso privatizar para reduzir o déficit público, afirmando que tal argumento é caviloso, porque quase todas as empresas incluídas no projeto apresentaram lucros no exercício de 1988. "Algumas", assinala o documento, "como a Companhia Petroquímica do Sul-Copesul, controlada da Petrobrás Química S.A.-Petroquisa, são extraordinariamente lucrativas. Nos dois últimos exercícios, a Copesul apurou lucros que somam quase 70 milhões de dólares".

**Desnacionalização** — De acordo com o documento, o projeto governamental não exclui do rol das empresas privatizáveis a Cia. Vale do Rio Doce, a maior mineradora de ferro do mundo, criada por lei, extremamente rentável e que, "por suas dimensões e contribuição ao

desenvolvimento do país, é patrimônio nacional intocável, que deve permanecer sob permanente e absoluto controle da União".

Dizem ainda os signatários do documento, que a utilização da conversão da dívida externa, para privatizar estatais, configura prática escandalosa. "A conversão é uma operação inflacionária, porque expande a base monetária. Não representa a entrada de novos recursos no país. Implica o agravamento do processo de desnacionalização, com perda do controle brasileiro sobre empresas estratégicas para a economia nacional".

O documento alerta, ainda, que "a médio e longo prazos, a conversão da dívida agrava os problemas cambiais do país, uma vez que, na economia de mercado, os lucros sempre tendem a superar os juros. A não-consideração dos elevados deságios, com que são negociados os títulos brasileiros no exterior, é atitude criminosa contra o país. A moralidade na administração pública impõe a imediata cessação do processo de conversão, até que a Comissão Mista do Congresso Nacional conclua a sua missão constitucional de periciar a dívida, analisando os seus aspectos legais, contábeis e éticos".

O movimento quer que a avaliação das empresas privatizáveis seja feita por comissões integradas por representantes do governo federal, dos trabalhadores e dos empresários, e denuncia como indecorosa a venda do patrimônio público, representado por empresas rentáveis, com grande potencial econômico e financeiro, através de financiamentos do BNDES, com longos prazos de carências e de amortizações, a juros fortemente subsidiados.

"Os senhores Paulo Galeta, secretário do Conselho Federal de Desestatização, e Márcio Fortes, presidente do BNDES, dois pregoeiros do processo de privatização, falam de juros de 12% ao ano, enquanto no mercado financeiro o próprio governo paga taxas superiores a 10% ao mês", critica o documento. •

A.C.C.





O engajamento das famílias das vítimas reforça a luta contra a aids

## Nomes para lembrar

**A dor e o espanto se fazem mais suportáveis, quando as famílias, que tiveram algum membro atingido pela aids, relembram as vítimas, como na homenagem a Chico Mário, que marcou o lançamento do movimento de solidariedade no Brasil**

Margareth Lins

**M**anter acesa a memória das vítimas da aids é a proposta do Projeto Nomes. A campanha surgiu em São Francisco, Estados Unidos, a partir da mobilização das famílias, amigos e amantes das vítimas. Eles começaram a confeccionar painéis de tecido, do tamanho de uma colcha, com o nome e outras referências ao doente falecido, em forma de pintura ou bordado. Essa prática cresceu de forma inusitada, estendendo-se por mais de 20 estados norte-americanos e 16 países. Recebeu, ainda, recente indicação para o prêmio Nobel da Paz.

No encontro, ocorrido em Washington, ano passado, foram estendidos no chão mais de 8 mil painéis, com 9 quilômetros de corredores de pano, onde as pessoas podiam caminhar observando um a um. A leitura dos nomes das vítimas da aids, feita pelos organizadores da exposição, levou onze horas para ser concluída. Todos estes fatos aparecem no vídeo, *Names*, realizado na capital dos Estados Unidos, e que é permeado de emoção, do início ao fim.

**Painéis e apoio** – A rede de solidariedade criada pela campanha mundial chegou ao Brasil, em dezembro de 88, mas teve seu lançamento oficial num show, em homenagem ao compositor Chico Mário (irmão do falecido cartunista Henfil e do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho), no Teatro João Caetano, centro do Rio, em agosto passado. O compositor foi vitimado pela aids no ano passado, seguindo o destino de seu irmão Henfil, e teria completado 41 anos, na data do show beneficente. A família, que tem ainda em Betinho, o Herbert de Souza, um incansável batalhador pelas causas humanas, esteve representada no palco por Marcos Pereira, filho de Chico Mário.

“Como a cura da aids”, falou Marcos, “está distante, a solidariedade e o carinho são muito importantes, porque senão a pessoa se fecha e a morte vem mais cedo”. Ao piano, ele interpretou três músicas, duas dedicadas ao pai e “Narinha”, composição que fez para Nara Leão, recentemente falecida. Muitos artistas estiveram presentes, como Ney Matogrosso, Beth Carvalho, Oswaldo Montenegro, Moraes Moreira e Nana Caymmi.

Na entrada do teatro e no palco, fo-

ram expostos 72 painéis vindos de outras cidades, principalmente de São Paulo e Santos. Nest cidade portuária, estão os maiores índices de aids do país. No Rio, uma oficina funciona como centro irradiador da campanha, tendo à frente a viúva de Chico Mário, Nívea Pereira, e o filho Marcos. Assim como foi feito nos Estados Unidos, aqui também se filmam em vídeo todos os acontecimentos que envolvem o projeto.

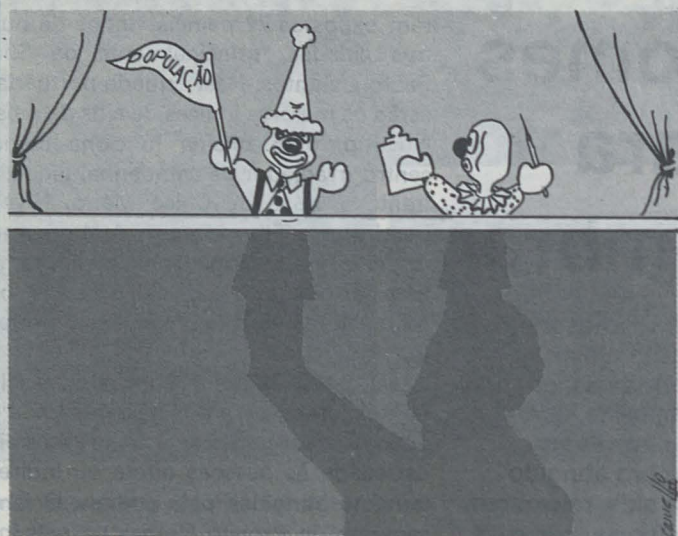
Os atores Walmor Chagas e Lucélia Santos leram, para a platéia que lotou o João Caetano, poesias e textos de solidariedade às pessoas direta ou indiretamente atingidas pela doença. O lançamento do Projeto Nomes no país intensifica o alerta sobre a necessidade de não se silenciar diante da doença, adotando também o lema do grupo nova-iorquino Act-up, que diz “Silêncio--Morte”, que vem sendo divulgado em cartazes, camisetas e *bottons*.

**Como criar um painel** – Procure fazer um painel através da pintura, do bordado, do aplique, representando a lembrança da pessoa querida que desapareceu. Use para o fundo do painel, que deverá medir 0,90m por 1,80m, tecido de algodão de qualquer cor. O tamanho foi escolhido para que se tenha um padrão único internacional. É importante uma bainha de 7cm, incluída nas dimensões acima.

Os participantes do Projeto Nomes fazem as seguintes sugestões para o desenho do painel: no caso de apliques, costure as letras no tecido de fundo (não use cola); no caso de pintura, desenhe as letras com tinta para tecidos.

Por último, escreva uma ou duas páginas sobre a pessoa, cuja lembrança você deseja homenagear, anexando, se for possível, uma fotografia. E envie todo o material para o Projeto Nomes, aos cuidados de Nívea e Marcos Pereira, à Rua Lopes Quintas, 576 – Cep 22460 – Jardim Botânico – RJ. Você pode ainda escrever ao mesmo endereço, para obter maiores informações, ou para a coordenação nacional do movimento, aos cuidados de Selma Fernandes – Caixa Postal 1591 – CEP 88001 – Florianópolis – SC.





## Pesquisa que desinforma

Mais um técnico, o professor de Estatística da Universidade de Brasília-UnB, Jorge de Souza, 47 anos, autor de livros destinados ao público acadêmico ("Teoria estatística clássica dos testes subjetivos" e "A estatística econômica e social"), contesta o que vem ocorrendo em relação às pesquisas sobre as tendências de votos do brasileiro, em novembro.

"Do ponto de vista técnico", diz o especialista, "as pesquisas eleitorais, no Brasil, não são confiáveis. Para o grau de detalhamento feito pelos principais institutos, com a margem de erro aceitável de um por cento, é necessária uma amostragem com 41 mil eleitores, mas estes institutos trabalham com margens maiores e utilizando apenas entre três e cinco mil eleitores".

Jorge de Souza questiona um fato que, aparentemente, dá credibilidade às pesquisas feitas no país: a coincidência nos resultados de todas elas. "Os próprios

institutos", critica ele, "defendem a credibilidade de suas pesquisas usando esse argumento, mas, em Estatística, isto é pouco provável de ocorrer. A semelhança de resultados não atesta competência, pode, sim, atestar a manipulação".

Livre-docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, assessor do Senado Federal, fundador do Sindicato dos Estatísticos do Distrito Federal e presidente, em várias gestões, do Conselho Regional de Estatística, o professor Jorge defende a aprovação, pelo Congresso, em caráter de urgência, de uma legislação que evite e puna as manipulações nas pesquisas, para ser aplicada já nesta eleição presidencial. "A confiabilidade de uma pesquisa", alerta ele, "está vinculada ao nível de desenvolvimento e de cultura de uma sociedade. Em países europeus e nos Estados Unidos, um instituto de opinião, mesmo acertando o primeiro lugar, ao errar a colocação dos

demais competidores cairá em descrédito e pode ser fechado".

O pesquisador contesta as avaliações, de que a divulgação dos resultados das pesquisas não influenciam os eleitores: "A natureza das pessoas que não têm uma formação cultural mínima é de optar pelos favoritos. Na área mercadológica, há muitos estudos sobre a psicologia do comportamento que comprovam isso. Os erros e desvios nas pesquisas eleitorais podem gerar muitos empates técnicos. Isso confunde o eleitor e o leva a praticar o chamado voto útil, que é antidemocrático e uma forma de ma-

nipulação política".

Entre os vários fatos que Jorge de Souza estranha estarem ocorrendo, em relação aos números e interpretações das pesquisas, no país, um tem chamado mais a sua atenção: os resultados dos trabalhos dos institutos praticamente não se alteraram, nos últimos meses. "A dinâmica social e a adoção de preferências levam a mudanças. Isso é uma avaliação sociológica. Do ponto de vista estatístico, essa estabilidade também é estranha. Minha posição, ao fazer essa observação, é absolutamente técnica, com compromissos apenas com a sociedade e com a ética profissional".

## A espera de regulamentação

O Brasil ainda não tem um código de defesa do consumidor e, muito provavelmente, só o terá após março de 1990, mais de 18 meses depois da promulgação da Constituição, que tinha fixado (Artigo 45) apenas seis meses para a regulamentação do código. O atraso é estimulado pela ausência de sanções ao não-cumprimento dos prazos para a regulamentação dos dispositivos constitucionais. O projeto do código tramita nas comissões desde o ano passado, estando praticamente pronto para ir ao plenário, mas não é votado por causa do emperramento das atividades do Congresso. O código prevê, por exemplo, pena de reclusão de um a



### Consumidor indeciso

cinco anos para quem vender alimentos nocivos à saúde.

Há outros dispositivos importantes que deverão encerrar este ano sem regulamentação, como o que trata da lei agrícola, sobre os objetivos e instrumentos de política agropecuária, prioridades de planejamento de safras, comercialização e abastecimento interno, exportação etc.. A criação do fundo de participação dos estados e municípios é outra prioridade para retomada do desenvolvimento do país (Artigo 39), mas, por enquanto, não saiu da intenção dos parlamentares que,



agora, não querem avançar com o assunto, na expectativa dos resultados das eleições presidenciais. Esse fundo é de vital importância para a descentralização do poder, no país, porque deverá possibilitar aos municípios e estados realizarem seus investimentos, sem a interferência do governo federal. Também dependem de regulamentações os dispositivos da Carta que tratam dos estudos territoriais (criação de novas unidades federativas); seguridade social; propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias; exames analíticos e periciais dos atos e fatos geradores da dívida externa, e alteração do processo eleitoral de 1990, quando o país renovará o Congresso, os governos e legislativos estaduais.

## Pesquisa pobre

O Brasil investe em pesquisa e tecnologia 2,5 bilhões de dólares por ano, o que corresponde a apenas 0,7% do Produto Interno Bruto-PIB. Dos recursos investidos, mais de 60% são provenientes dos cofres públicos. A informação foi prestada pelo secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Décio Leal de Zagottis, em depoimento sobre a falta de recursos para a pesquisa no país.

Segundo Zagottis, é pre-

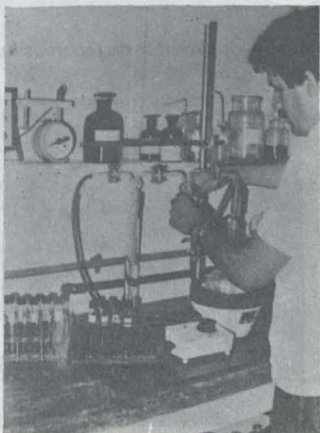


Ianomânis também prejudicados pelos garimpeiros

ciso estimular a participação do setor privado na área da Ciência. Ele defendeu a criação de um mecanismo semelhante à Lei Sarney, que estimula a produção cultural, para desenvolver as pesquisas universitárias vinculadas à indústria. "Os países desenvolvidos", lembrou Zagottis, "aplicam em torno de 3% do PIB em pesquisas. Os Estados Unidos, por exemplo, investem 150 bilhões de dólares, por ano, na área".

Disse ainda o secretário, que as instituições públicas de pesquisas mais importantes do país são o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica-CNPq, que investirá este ano 400 milhões de dólares, e o Fundo Nacional de Apoio à Pesquisa-Finep, com 300 milhões de dólares.

### Lei Sarney para ciência



## Fora da reserva

A Fundação Nacional do Índio-Funai continua os trabalhos, a fim de colocar para fora das áreas indígenas de Roraima, principalmente da reserva dos ianomânis, os 40 mil garimpeiros que atuam na região. As dificuldades são devidas, sobretudo, ao fato de já existir, no Congresso Nacional, um projeto de lei do Executivo, sugerido pelo governador de Roraima, Romero Jucá Filho, regulamentando a garimpagem no estado.

Mas, o que deverá prevalecer é o interesse do governo federal em proteger as áreas indígenas. Essa é a esperança do cacique Raoni Txucarramãe, que teve uma audiência especial com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. Sarney, que recebeu de presente do cacique uma borduna (instrumento usado pelos índios na caça de animais selvagens), não hesitou em prometer a retirada dos garimpeiros da área, fazendo questão, no mesmo momento, de passar a ordem ao presidente da Funai, Íris-Pedro de Oliveira, e ao

ministro Rubens Bayma Denny, secretário-geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional-Saden e chefe do Gabinete Militar da presidência da República.

## Projeto Zumbi

Revisar a versão social da história da pátria, resgatando o papel do negro no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Brasil. Esse é o objetivo do Projeto Zumbi, nome do convênio do Centro de Estudos Afro-Brasileiros-Ceab com a Fundação Educacional do Distrito Federal, que já está colocando no currículo de suas 458 escolas, com 370 mil alunos, a disciplina sobre a história do negro no Brasil.

"O povo brasileiro", explica Vadimiro de Souza, presidente do Ceab, "é mestiço, e não formado por arianos. Através do convênio, esperamos encontrar um caminho que unifique a história do país, cuja população é formada por 70% de mestiços".

O projeto prevê a realização de gincanas, envolvendo as comunidades das 11 cidades-satélites que formam o Distrito Federal. Haverá concursos de poesias, redação e monografia sobre a participação do negro na história do país, para os alunos de 1º e 2º graus, além de pesquisas de vizinhanças sobre os hábitos da população. Os 16 mil professores da rede de ensino público estão sendo preparados para o novo currículo escolar, através das delegacias de ensino da Fundação.



## Caixa baixa

A Petrobrás, com um déficit de caixa de quase 1 bilhão de dólares, pode vir a abandonar a meta de auto-suficiência de produção de petróleo, em 1997. Ao levar essa informação ao presidente José Sarney, o presidente da Petrobrás, Carlos Santana, alertou para outro fato ainda mais grave: a estatal corre o risco de retroceder 20 anos, ou seja, ao início da década de 70, em termos de dependência da importação do produto.

A causa de tudo foi a defasagem entre o custo do petróleo e as receitas da empresa com a venda dos combustíveis. Esta diferença vem sendo recuperada gradualmente, através dos aumentos mensais dos preços de comercialização dos derivados do petróleo. Mas, isto somente recompõe o caixa, não eliminando o comprometimento que já ocorreu, em relação ao cronograma de investimento da estatal.

Segundo Santana, a falta de investimento prejudicou não só as metas da bacia de Campos (pólo Nordeste, na plataforma Pargo 1), mas todas as outras estabelecidas pela Petrobrás. Ele mostrou que, em 1981, a empresa investiu 4 bilhões de dólares. Em 1989, a projeção inicial de 3 bilhões de dólares foi reduzida para 1,6 bilhão de dólares, dos quais apenas 70% foram liberados, sem a perspectiva de novos aportes até dezembro.

Sarney tomou conhecimento de tudo, após inau-

gurar o pólo Nordeste, em alto mar. Ele tinha levado para a solenidade um discurso de defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo, mas, com as informações de Santana, falou de improviso, concordando com a recomposição dos preços dos combustíveis, para evitar dano maior à soberania do país.

Apesar dessas dificuldades no âmbito do mercado interno, a Petrobrás mantém ativa sua atuação na frente externa: a Braspetro, que só atua lá fora, fechou acordos de cooperação técnica no setor de exploração com as estatais petrolíferas Petroperu, peruana, e Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana-Cepe, do Equador. Sobre este último acordo, a Petrobrás não divulgou detalhes, mas, quanto à Petroperu, o entendimento visa à exploração das reservas de óleo e gás na selva amazônica.

## Contas a receber

O governo brasileiro está negociando com a Polônia e diversos países da África e América Latina, no sentido de reescalonar os pagamentos dos seus créditos de quatro bilhões de dólares, de modo a garantir a entrada destes recursos no país.

A informação é do diretor da Carteira de Comércio Exterior-Cacex do Banco do Brasil, Namir Salek. Ele informou que esses créditos brasileiros lá fora são pro-

venientes das exportações feitas por empresas nacionais. A metade do dinheiro se refere às *polonetas*, que tratam de uma operação do Brasil com a Polônia, que, apesar dos esforços dos dois países, inclusive criando incentivos ao aumento das transações comerciais, até hoje não foi saldada.

Salek ressaltou, no entanto, que somente um pouco mais de um bilhão de dólares representam débitos efetivamente atrasados. O restante é relativo a dívidas a vencer, resultado do parcelamento das vendas.

## Medicina no caos

A denúncia é do membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e diretor do Sindicato Nacional de Medicina de Grupo, o médico Flávio Heleno Poppe de Figueiredo: "O médico, cada vez mais, sabe menos medicina. Uma vez de posse do diploma, de qualquer das 78 faculdades existentes no país, o jovem de roupa branca se registra no Conselho, passando a praticar

qualquer especialidade. Conheço doutor que mudou de especialidade três vezes, em cinco anos".

Segundo Poppe de Figueiredo, entre as causas desse quadro, estão as seguintes situações:

- Falência comprovada do 1º e 2º graus, que, por exemplo, despejaram para o vestibular do último ano, no Rio, 119.394 candidatos, sendo que apenas 10.775 foram classificados para a segunda fase, destacando-se que, se a média mínima fosse cinco, os alunos classificados não chegariam a mil;

- Falência das faculdades de medicina, com raríssimas exceções, que pularam de 17 para 78, em 20 anos. Mais da metade não possui sequer hospital de ensino.

Apesar da situação caótica da assistência médica aos brasileiros, sobretudo às camadas mais pobres, que dependem da Previdência oficial, o Brasil tem mais médico por habitante do que recomenda a Organização Mundial de Saúde-OMS: há um profissional para cada 725 brasileiros (nas grandes metrópoles, como Rio e São Paulo, a relação é de um médico para cada grupo de 450 pessoas). A OMS recomenda um médico para mil pessoas.

### Hospitais carentes de recursos humanos e materiais





## A criança brasileira

No Brasil, de cada mil crianças que nascem vivas, 64 morrem antes de completar um ano, sendo que 60% dos falecimentos têm como causa a desnutrição. A grande maioria das crianças sobreviventes (58%) corre o risco de sofrer retardamento físico e mental irreversível. O Nordeste é a região que apresenta maiores índices de desnutrição, com 84,6% dos menores de um ano em condições precárias de sobrevivência.

O alerta é do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, que divulgou pesquisa sobre a criança brasileira. Para um país como o Brasil, que ostenta a condição de ser a oitava economia do mundo capitalista, os índices são alarmantes. A exemplo do que acontece com as crianças da Etiópia, Uganda e Haiti, a

infância brasileira, submetida à subnutrição, torna-se vítima de doenças infecciosas, diarreias, infecções respiratórias (bronquite, pneumonia) etc..

As crianças que sobrevivem enfrentam vida miserável, morando em condições subumanas, sem nenhum tipo de saneamento (esgoto, água encanada) ou infraestrutura social (educação, saúde, alimentação). Quando chegam aos 10 anos de idade, os menores são incorporados à economia, geralmente informal, como parcela importante da mão-de-obra, na renda familiar. Segundo a Fundação IBGE, 10% da força de trabalho, no país, são constituídos pelo menor, entre 10 e 17 anos. O estudo *Perfil Estatístico de Crianças e Mães*, feito em conjunto com o Unicef, apresenta o trabalho do me-

nor como necessidade para a sobrevivência da família.

Segundo a secretária do Menor, do estado de São Paulo, Alda Marco Antônio, o trabalho dos filhos mais novos (10 a 14 anos) é mais frequente nas classes de renda mais baixa (até meio salário-mínimo per cápita), faixas em que aparece número maior de pais e mães desempregados. "Em famílias com rendimentos tão baixos, em estado de carência absoluta, os pais normalmente não têm qualificação e estão muito sujeitos ao desemprego e doenças. O trabalho do menor desempenha papel fundamental aí", explica ela.

O padre Júlio Rentato Lancelotti, da Pastoral do Menor de São Paulo, diz que as crianças, quando entram no mercado de trabalho, são utilizadas como trabalhadores desqualificados, ganhando pouco em locais insalubres. O IBGE mostra que as principais ocupações dos menores são na agropecuária, com salário de 0,4 salário-mínimo, e vendedores, ganhando 0,8 salário. As meninas, em geral, são empregadas como domésticas. Na indústria, apesar de normalmente serem registrados, os menores ganham menos de um terço, em relação ao que recebem os adultos, na mesma função.

### A criança desnutrida e doente tem que trabalhar



O stand de terceiro mundo, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em setembro, foi um sucesso de público, a exemplo de todo o evento. Cerca de 500 mil pessoas, durante os 10 dias da Bienal, passaram pelo Riocentro. Muitos daqueles que visitaram o nosso stand trouxeram-nos sugestões para melhor divulgação das nossas revistas e, com seu estímulo e apoio, permitiram-nos atingir níveis de vendas muito superiores às nossas estimativas.



# Um aditivo de mau gosto

Rash Behari\*

**E**m 1908, um químico japonês, chamado Kikunae, descobriu uma forma de extrair, de uma alga marinha que vinha sendo usada como tempero, uma substância capaz de intensificar os sabores dos alimentos.

Hoje, muitas décadas depois, o aditivo alimentar conhecido pelo nome de glutamato monossódico (MSG) pode ser encontrado em milhões de lares, restaurantes, barraças de rua e indústrias de processamento de alimentos, no mundo inteiro. O MSG é o condimento de uso mais disseminado no continente asiático. O valor da produção anual é calculado em cerca de 2 bilhões de dólares, e o Japão é o maior fornecedor mundial. A Ajinomoto Company, fabricante da marca mais conhecida, vende o produto principalmente a países do Terceiro Mundo.

No Oriente, o MSG é conhecido como Aji-no-moto, o que em japonês significa "essência do sabor" – denominação, na qual a firma japonesa foi buscar o seu nome comercial. É usado em tudo, desde sopas industrializadas até cachorros-quentes, e é encontrado em um número surpreendente de alimentos processados e enlatados, inclusive molhos, petiscos, temperos de saladas, carnes defumadas e alimentos congelados. Alimentos, com proteína vegetal hidrolizada ou "condimento natural", também contêm MSG.

O MSG é o sal sódico do ácido glutâmico, um aminoácido que é o ingrediente ativo dos sargaços, que os japoneses vêm usando há séculos para dar mais sabor à comida. Acredita-se que esse aminoácido estimula as papilas gustativas da língua, intensificando nossa percepção dos sabores.

Nos últimos anos, porém, a publicidade em torno dos perigos que o MSG

pode trazer à saúde levou alguns governos a impor certas restrições contra o seu uso. A Austrália e Cingapura proibiram o uso do aditivo em alimentos infantis. Vários fabricantes de alimentos infantis da Inglaterra, Canadá, Japão e Estados Unidos concordaram, voluntariamente, em não usá-lo em seus produtos.

Maurício, um pequeno país insular do Oceano Índico, tomou a medida mais severa, em fevereiro passado, quando o seu ministério anunciou a proibição da importação de MSG. A decisão foi bem recebida pela Mapbin, entidade local que promove o aleitamento materno e alimentação infantil, a qual vem fazendo uma campanha pela limitação do uso do aditivo. A Mapbin recomenda que a proibição de importar se aplique também a alimentos que contêm MSG.

Mas, por que todo esse barulho, se um comitê de especialistas das Nações Unidas considera desnecessário impor um limite sobre a ingestão diária de MSG?

Para começar, existem as sensações de ardência, dores de cabeça, insensibilidade e palpitações da coronária, experimentadas por pessoas que ingerem refeições contendo um excesso de MSG. Esses sintomas, conhecidos como Síndrome do MSG, foram identificados pela primeira vez por Robert Ho Man Kwok, que escreveu sobre eles um artigo, publicado no "New England Journal of Medicine", em abril de 1968.

Estudos realizados nos Estados Unidos revelaram que esses sintomas podem estar afetando 20% da população norte-americana. Além disso, foi demonstrado, através de testes, que o MSG pode provocar ataques perigosos de asma em pessoas sensíveis. E, em estudos de animais tratados com MSG, foram encontradas lesões cerebrais, obesidade, falhas de reprodução e anomalias hormonais.

Durante um estudo realizado na Coreia do Sul, em 1986, verificou-se que o coreano consome, em média, 3,5 gramas de MSG por dia – mais do que três vezes o consumo médio dos norte-americanos. Verificou-se, ainda, que 19% das famílias sul-coreanas consomem mais de seis gramas diárias por pessoa. Em alguns restaurantes, detectou-se o uso de até 9,9 gramas, em um só prato.

Embora o comitê de especialistas das Nações Unidas houvesse condenado a ingestão de quaisquer aditivos por crianças de menos de 12 semanas de idade, os anúncios às vezes mostram crianças de colo. Nessa publicidade, a indústria frequentemente manipula a ansiedade com que a dona de casa procura agradar à família. "Ponha uma pitada de MSG nos pratos que você prepara," dizem eles, "e veja como toda a família vai gostar da comida que você faz." Essa pressão mercadológica vem fazendo com que muitas pessoas abandonem o uso de ervas e condimentos locais.

A declaração de Bangkok sobre "Medidas Contra o MSG", assinada por 13 grupos nas áreas de saúde, consumo e ação civil, após uma reunião realizada na Tailândia em 1986, estabeleceu uma série de recomendações, sob o lema de "No-MSG-Please" (Nada de MSG, por favor), destinada a gerar providências contra o que consideram práticas irresponsáveis e pouco éticas por parte da indústria. Como diz Sarijini Rengam, um dos coordenadores do boicote: "Acreditamos que o uso do aditivo não é boa prática alimentar, e pode fazer com que as pessoas, especialmente das classes pobres, deixem de consumir alimentos saudáveis, dos quais têm necessidade vital. Somente os maus cozinheiros e os pratos de mau gosto precisam de MSG."

\*Rash Behari é o encarregado de publicações da Organização Internacional de Uniões de Consumidores-locu, em Penang, e edita o boletim noticioso "Consumer Currents".



# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL

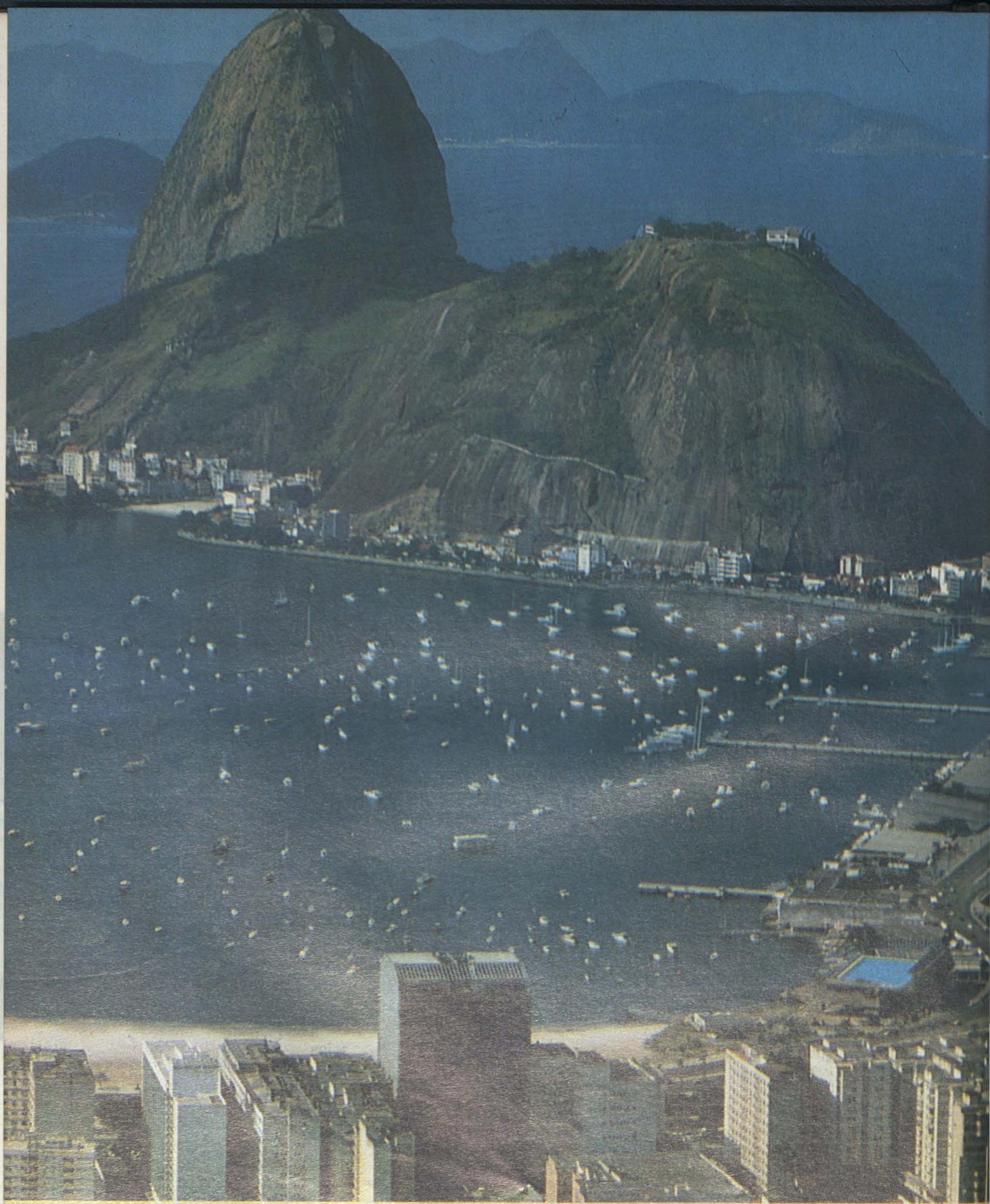


## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**





**Abrimos este espaço para debater os problemas  
do terceiro mundo.**



PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO